

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)

JAQUELINE FEITOZA SANTOS

**O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO EM TCCS: UM OLHAR SOBRE A
PRODUÇÃO TEXTUAL CIENTÍFICA EM CURSOS DE GRADUAÇÃO**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2019

JAQUELINE FEITOZA SANTOS

**O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO EM TCCS: UM OLHAR SOBRE A
PRODUÇÃO TEXTUAL CIENTÍFICA EM CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Texto, Significado e Discurso

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Márcia Helena de Melo Pereira.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2019

S236p	Santos, Jaqueline Feitoza. O processo de referenciação em TCCS: um olhar sobre a produção textual científica em cursos de graduação. / Jaqueline Feitoza Santos; orientadora Marcia Helena de Melo Pereira, Vitória da Conquista, 2019. 170f. Dissertação (mestrado - Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019. Inclui referência F. 165 – 167. 1. Argumentação. 2. Operadores argumentativos. 3. Referenciação - TCC. 4. Gêneros discursivos. I. Pereira, Márcia Helena de Melo (orientadora). II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. T. III. CDD: 469.8
-------	--

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The reference process in TCCs: a look at scientific textile production in graduation courses.

Palavras-chave em inglês: Argumentation. Argumentative operators. Referencing. TCC.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Prof^a Dr^a Márcia Helena de Melo Pereira (Presidente – Orientadora); Prof^a Dr^a Máira Avelar Miranda (UESB); Prof^a Dr^a Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues (PUC-MG). **Suplentes:** Prof^a Dra^a Rosângela Gabriel; Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva.

Data da defesa: 26 de março de 2019.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

JAQUELINE FEITOZA SANTOS

**O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO EM TCCs: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO
TEXTUAL CIENTÍFICA EM CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 26 de março de 2019.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Márcia Helena de Melo Pereira
(Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: Márcia Helena de Melo Pereira

Profa. Dra. Máira Avelar Miranda
Instituição: UESB

Ass.: Máira Avelar Miranda

Profa. Dra. Daniella Lopes Dias Ignácio
Rodrigues
Instituição: PUC-MG

Ass.: Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues

A minha querida mainha (*in memoriam*), cujo olhar jamais esquecerei.
Amor, sempre.

AGRADECIMENTOS

Na culminância deste curso de mestrado em Linguística, venho agradecer àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para essa conquista.

Em primeiro lugar, deixo os meus agradecimentos:

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), pela oportunidade de realização da minha formação em nível de mestrado. A UESB faz parte do meu crescimento e amadurecimento intelectual, à qual sou imensamente grata. Agiu como instrumento de transformação em minha vida, ainda na graduação e, agora, na pós-graduação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin/UESB), e de modo particular, à eficiente coordenação, e aos funcionários do colegiado, que sempre mostraram disposição para ajudar.

À Capes: “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

A minha orientadora, a professora Dr^a Márcia Helena de Melo Pereira, que tão brilhantemente exerceu seu ofício de professora, com conhecimento técnico impecável e com um diferencial humano de que fui agraciada: saber lidar com as nossas diferenças e nos respeitar como indivíduos. Sinto-me privilegiada por tê-la como orientadora e reconheço que fez muito mais do que sua obrigação profissional, nos enxergou com os olhos da sensibilidade, algo próprio das almas grandes e nobres. Muito obrigada. As lembranças do desenvolvimento deste trabalho com a sua ajuda me marcaram positivamente e, como todas as boas lembranças, terei o prazer de compartilhar no decorrer dos meus dias.

Aos membros da banca de qualificação: a professora Dr^a Márcia Helena de Melo Pereira (Presidente – Orientadora), o professor Dr. Adilson Ventura da Silva e a professora Dr^a Maíra Avelar Miranda, por aceitarem avaliar o trabalho, e pelas mais que valiosas contribuições.

Aos membros da Banca de Defesa: a professora Dr^a Márcia Helena de Melo Pereira (Presidente – Orientadora), a professora Dr^a Maíra Avelar Miranda e a professora Dr^a Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues, por aceitarem participar da banca e por toda a avaliação e contribuição ao trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) e a toda equipe de servidores e funcionários da instituição, por, em conjunto, possibilitarem a existência deste curso de Mestrado e nos servirem tão prontamente, com urbanidade e profissionalismo.

Ainda, em linguagem direta, estendo meus agradecimentos às pessoas que contribuíram de maneira ímpar para a realização desta pesquisa:

Agradeço também, e principalmente, ao meu querido Deus, por me capacitar até aqui, dando-me força e guiando-me em momentos que considerava humanamente impossível prosseguir. Mas o detalhe fundamental da fé e amor a esse Deus fiel se fez presente. E a indagação bíblica: “Se é que já experimentou que Deus é Bom” pôde ser respondida positivamente no decorrer dessa jornada. Sim, Ele é bom. E “Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas”. A ti, meu Deus, toda minha gratidão, sempre.

A minha querida família. O que dizer de um casulo em que sou cuidada e protegida? Essa é a minha família. Sem vocês como seria eu mesma nos momentos de fraqueza, quando estava debilitada na saúde, quando nem tinha forças para sair de casa? Vocês foram e são meu porto seguro, em que eu tenho a felicidade de dividir minhas alegrias e dificuldades. Muito obrigada por tudo, muito obrigada a todos.

Agradeço aos informantes que concederam seus TCCs para esta pesquisa. Muito obrigada pela disponibilidade em contribuir para este trabalho. Sinto-me honrada pelo privilégio de ler suas pesquisas, cuja materialização verbal me foi de grande auxílio investigativo.

Aos meus amigos e amigas que se fizeram tão presentes em momentos significativos da minha vida. Não esquecerei as conversas com minha amiga Meire, da sua prontidão em me ouvir e me aconselhar, sempre tão sábia, tão paciente. Não apresentarei mais nomes, mas agradeço de coração a todos vocês que me ajudaram, me apoiaram, me animaram nessa caminhada. No meu coração, vocês habitam, amigos e amigas queridos.

Agradeço aos meus colegas do curso de Pós-Graduação em Linguística. O tempo em que pude ter um contato mais próximo com vocês foi muito rico para mim, aprendi com vocês e desejo muito sucesso e realização para cada um.

Agradeço, imensamente, à minha equipe de trabalho do Colégio Vitória Lima de Oliveira, por toda compreensão e apoio. Não teria conseguido seguir na realização deste curso sem a ajuda da direção desse Colégio e apoio moral dos meus queridos colegas de profissão, louváveis professores e mestres na arte do bem tratar.

A todos vocês, com sinceridade, recebam o meu muito obrigada!

Para tudo há uma ocasião certa;
há um tempo certo para cada propósito
debaixo do céu. (Eclesiastes 3: 1)

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo identificar e descrever mecanismos ligados à textualidade denominados operadores argumentativos e processos de referenciação, no gênero Trabalho de Conclusão de Curso, doravante TCC. Temos por finalidade observar em que medida esses elementos auxiliam o escrevente a posicionar-se argumentativamente, atendendo ao seu projeto comunicativo, na condição de sujeito pesquisador do objeto por ele investigado. Para tanto, recorreremos à perspectiva dialógica da linguagem, tomando por base os postulados teóricos de Mikhail Bakhtin (2003) no que diz respeito à noção de gênero discursivo. Na perspectiva bakhtiniana, a linguagem é ideológica e dialógica por essência, e a enunciação, resultado da interação verbal de sujeitos num dado contexto social e histórico, atualiza e estabiliza a língua por meio dos gêneros discursivos. A partir desse posicionamento, objetivamos analisar como os escreventes dos TCCs investigados, concluintes de cursos de graduação, conseguem empregar os elementos referenciais necessários para auxiliar no cumprimento da função argumentativa para a produção do gênero TCC. Para essa investigação, coletamos três TCCs de áreas distintas, sendo um da área de Ciências Humanas, um da área de Ciências Exatas e outro da área de Ciências Biológicas, a fim de investigar como ocorre o emprego dos elementos referenciais e dos operadores argumentativos. Utilizamos uma metodologia de base qualitativa, baseando-nos em pressupostos teóricos da Linguística Textual (LT), em estudos ligados aos gêneros textuais, à referenciação e aos operadores argumentativos, tomando por base as investigações de Bentes (2012), Koch ([2004a] 2017), Bakhtin (2003), Motta-Roth e Hendges (2010), Koch e Elias (2016), Cavalcante (2012; 2014), Mondada e Dubois ([1995] 2016) e Apothéloz ([1995] 2016). Traçamos, também, o delineamento das sequências textuais, conforme pressupostos de Jean-Michel Adam (2010), e discussões em Bonini (2005) e Ribeiro (2012). Partimos da hipótese de que os escreventes dos textos investigados podem, mesmo na última etapa de seu curso de graduação, apresentar dificuldades no emprego de tais elementos. A análise de nossos dados revelou que os operadores argumentativos, quando empregados, foram responsáveis pelo cumprimento das sequências argumentativas; ademais, notamos que os elementos referenciais, também quando empregados, sobretudo em suas formas nominais, cumpriram a função de orientar argumentativamente a uma dada conclusão, tanto na função de recategorização anafórica quanto na de encapsulamento. No entanto, constatamos que a ausência ou escassez desses recursos comprometeram o cumprimento do propósito argumentativo esperado para o gênero. Verificamos, portanto, que orientar o discente de graduação sobre esses mecanismos

pode auxiliá-lo, ao instrumentalizá-lo com estratégias que corroborem para a apresentação escrita de sua pesquisa, cumprindo o teor argumentativo esperado no gênero TCC.

PALAVRAS-CHAVE

Argumentação. Operadores argumentativos. Referenciação. TCC.

ABSTRACT

This study aims to identify and describe mechanisms related to textuality named argumentative operators and referential processes, in the genre Course Conclusion Paper, hereinafter TCC. We aim to observe to what extent these elements help the writer to position himself argumentatively, meeting his communicative project, as a researcher of the object investigated by him. For this purpose, we use the dialogic language perspective, taking as base the theoretical assumptions of Mikhail Bakhtin (2003) with regard to the notion of discursive genre. In Bakhtin's perspective, the language is ideological and dialogical by essence, and the enunciation, the result of the subject's verbal interaction in a given historical and social context, stabilizes and updates the language by means of textual/discursive genres. From this positioning, we aim to analyze how the TCCs writers under investigation, the undergraduate programs graduates, can employ the referential elements required to assist in the argumentative function compliance for the TCC genre production. For this research, we collect three TCCs from distinct areas, being one from Human Sciences area, one from Exact Sciences area and another one from Biological Science area, in order to investigate how the employ of the argumentative operators and the referential processes occurs. We use a qualitative-based methodology, based on the theoretical assumptions of Text Linguistics (TL), on studies related to textual/discursive genres, to referencing and to argumentative operators, taking as a basis the investigations of Bentes (2012), Koch ([2004a] 2017), Bakhtin (2003), Motta-Roth e Hendges (2010), Koch e Elias (2016), Cavalcante (2012; 2014), Mondada e Dubois ([1995] 2016) and Apothéloz ([1995] 2016). We also trace the textual sequences design, according to the assumptions of Jean-Michel Adam (2010), and the discussions on Bonini (2005) and Ribeiro (2012). We start from the hypothesis that the text writers under investigation can, even in the last stage of their undergraduate programs, present difficulties on the employ of such elements. Our data analysis revealed that the argumentative operators, when employed, were responsible for the argumentative sequences compliance; furthermore, we note that the referential elements also when employed, above all, on their nominal forms, complied the function of guiding argumentatively for a given conclusion, both in the function of anaphoric recategorization and in the in the function of encapsulation. However, we verified that the lack or the scarcity of these recourses compromise the compliance of the expected argumentative purpose for the genre. We verify, therefore, that guiding the undergraduate student about these mechanisms can help him, by instrumentalizing him with strategies that support the written presentation of his research, complying with the expected argumentative content in the TCC genre.

KEYWORDS

Argumentation. Argumentative operators. Referencing. TCC.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação do contínuo dos gêneros na graduação.....	35
Figura 2 - Estrutura do trabalho acadêmico.....	38
Figura 3 - Metáforas sobre gêneros.....	45
Figura 4 - Sequências que permeiam os gêneros textuais segundo Adam.....	52
Figura 5 - Prototípico da sequência narrativa.....	53
Figura 6 - Sequência descritiva prototípica.....	54
Figura 7 - Sequência explicativa prototípica.....	55
Figura 8 - Esquema simplificado de uma sequência argumentativa.....	56
Figura 9 - Sequência prototípica dialogal.....	58
Figura 10 - Processos referenciais.....	71
Figura 11 - Seções para análise.....	88
Figura 12 - Esquema simplificado de uma sequência argumentativa.....	96
Figura 13 - Sequência explicativa.....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Visão geral da organização retórica de monografias.....	46
Quadro 2 - Esquematização dos movimentos retóricos.....	47
Quadro 3 - As sequências prototípicas de base e gêneros textuais.....	59
Quadro 4 - Resumo dos tipos de anáforas segundo Apothéloz ([1995] 2016).....	82
Quadro 5 - Os operadores argumentativos/discursivos.....	86
Quadro 6 - Categorias analíticas.....	90
Quadro 7 - A seção introdução de IHC.....	92
Quadro 8 - Seção introdução.....	118
Quadro 9 - Seção resultados e discussão.....	119
Quadro 10 - Seção considerações finais.....	120
Quadro 11 - A seção introdução de IEM.....	121
Quadro 12 - Seção de introdução.....	142
Quadro 13 - Análise de resultados de IEM.....	143
Quadro 14 - Conclusão de IEM.....	144
Quadro 15 - Movimentos retóricos de introdução de pesquisa.....	145
Quadro 16 - Seção de introdução.....	155
Quadro 17 - Discussão (análise) de IBM.....	155
Quadro 18 - Seção de conclusão de IBM.....	156

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 TRAÇANDO O CAMINHO DAS PRÁTICAS DE LINGUAGEM ATRAVÉS DOS GÊNEROS.....	24
2.1 Os PCNs e as competências linguísticas propostas.....	24
2.2 Os gêneros de discurso.....	28
2.2.1 <i>O que são gêneros do discurso.....</i>	<i>28</i>
2.2.2 <i>Um breve caminho histórico do conceito de gêneros.....</i>	<i>31</i>
2.3 As esferas de atividade humana.....	32
2.4 Os gêneros na esfera acadêmica.....	33
3 AS ESPECIFICIDADES DO GÊNERO TCC E AS SEQUÊNCIAS TEXTUAIS.....	40
3.1 O conceito do gênero TCC.....	40
3.1.1 <i>O gênero Monografia.....</i>	<i>41</i>
3.1.2 <i>O gênero Relato de caso.....</i>	<i>49</i>
3.2 Discutindo o conceito de Sequências Textuais.....	50
3.2.1 <i>A Sequência narrativa.....</i>	<i>53</i>
3.2.2 <i>A Sequência descritiva.....</i>	<i>54</i>
3.2.3 <i>A Sequência explicativa.....</i>	<i>55</i>
3.2.4 <i>A Sequência argumentativa.....</i>	<i>56</i>
3.2.5 <i>A Sequência dialogal.....</i>	<i>57</i>
3.2.6 <i>Procedimento metodológico conforme a Análise Textual do Discurso.....</i>	<i>60</i>
4 A LINGÜÍSTICA TEXTUAL E O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO.....	63
4.1 As fases da Linguística Textual.....	63
4.2 A Referenciação.....	68
4.2.1 <i>Da referência para a referenciação.....</i>	<i>68</i>
4.2.2 <i>O processo de referenciação.....</i>	<i>69</i>
4.2.2.1 <i>A anáfora e seus tipos.....</i>	<i>79</i>
4.3 As contribuições dos operadores argumentativos na construção das sequências argumentativas.....	83
5 ANÁLISE DO CORPUS: OS OPERADORES ARGUMENTATIVOS E A REFERENCIAÇÃO COMO ELOS ARGUMENTATIVOS NO GÊNERO TCC.....	88
5.1 Análise do TCC de comunicação.....	90
5.1.1 <i>Análise da seção de introdução.....</i>	<i>91</i>

5.1.1.1 Aspectos sociorretóricos.....	91
5.1.1.2 Os operadores argumentativos.....	96
5.1.1.3 A referenciação.....	100
5.1.2 A seção de metodologia e resultados.....	104
5.1.2.1 Os operadores argumentativos.....	104
5.1.2.2 A referenciação.....	111
5.1.3 A seção de considerações finais.....	113
5.1.3.1 Os operadores argumentativos.....	113
5.1.3.2 A referenciação.....	116
5.1.4 Discussão dos resultados do TCC de comunicação.....	117
5.2 Análise do TCC de matemática de IEM.....	121
5.2.1 Análise da seção de introdução.....	121
5.2.1.1 Aspectos sociorretóricos.....	121
5.2.1.2 Os operadores argumentativos.....	127
5.2.1.3 A referenciação.....	131
5.2.2 Análise dos resultados de IEM.....	132
5.2.2.1 Os operadores argumentativos.....	133
5.2.2.2 A referenciação.....	135
5.2.3 A conclusão de IEM.....	137
5.2.3.1 Os operadores argumentativos.....	138
5.2.3.2 A referenciação.....	140
5.2.4 Discussão dos resultados do TCC de matemática.....	141
5.3 Análise do TCC de medicina.....	144
5.3.1 Análise da seção de introdução.....	145
5.3.1.1 Aspectos sociorretóricos.....	145
5.3.1.2 Os operadores argumentativos.....	148
5.3.1.3 A referenciação.....	149
5.3.2 A seção de discussão (análise) de IBM.....	149
5.3.2.1 Os operadores argumentativos.....	150
5.3.2.2 A referenciação.....	151
5.3.3 A seção de conclusão de IBM.....	152
5.3.3.1 Os operadores argumentativos.....	152
5.3.3.2 A referenciação.....	153
5.3.4 Discussão dos resultados do TCC de medicina.....	154

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
REFERÊNCIAS.....	165
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	168

1 INTRODUÇÃO

Os símbolos mediam as relações do homem com a natureza e com os seus semelhantes. Nesse relacionamento entre o homem e a linguagem, ocorre a interação social por intermédio da língua, caracterizada, sobretudo, pela argumentatividade. Podemos concluir com Koch e Elias (2016), portanto, que argumentar é humano, pois, seja por escrito ou oralmente, as nossas interações são permeadas de argumentação.

Em determinadas construções comunicacionais, por conseguinte, a argumentação revela-se nas intenções do enunciador em posicionar-se diante de determinado assunto. Essa intencionalidade se revela em gêneros fundamentalmente argumentativos, como os Trabalhos de Conclusão de Curso, os TCCs. Nesses gêneros científico-acadêmicos, o escrevente cumpre o papel de sujeito pesquisador e, como tal, segue determinada padronização, estabilizada na forma de gênero. Assim, para alcançar esse teor argumentativo explícito, é preciso manusear os recursos da textualidade que auxiliam na argumentatividade esperada para compor o gênero. Dentre esses recursos da textualidade, nos detemos, na presente investigação, em dois: a referenciação e os operadores argumentativos, visto que estes elementos são responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturando-os em textos e determinando sua orientação argumentativa e discursiva, como esclarece Koch (2011).

A fim de desenvolver esta investigação, primeiro, apresentamos a noção de texto que adotamos. Sua definição, dentro da Linguística Textual (LT), varia conforme o autor e a perspectiva teórica adotada. Koch (1997) considera que o texto não é apenas produto, estrutura acabada, mas processo, que inclui planejamento, verbalização e construção, sendo concebido como resultado parcial da atividade comunicativa. Assim, os textos são resultados da atividade verbal de indivíduos atuantes na sociedade. Eles não se limitam, portanto, a um artefato linguístico, mas envolvem contextos argumentativos e discursivos. Partindo dessa perspectiva, a autora conceitua o texto como:

uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais (KOCH, 1997, p. 22).

Sob a ótica da LT, portanto, o texto é tratado como um ato de comunicação unificado, dentro da complexidade das ações humanas, como conclui Koch (1992). Diante disso,

considerando as teorias sociointeracionais da linguagem, o processo de produção de um texto é originado através da atividade interacional dos sujeitos sociais.

No processo de elaboração de um texto, as escolhas das palavras não se dão de forma aleatória, mas nelas transparecem o projeto de dizer do escrevente, tanto materializado em escolhas linguísticas como em efeitos de sentido ligados a essa escolha. Diante disso, nosso foco de interesse reside em investigar esse vasto campo do referenciar. Sabemos que a indagação acerca de como a língua refere o mundo tem sido alvo de muitas discussões no decorrer do tempo. As definições sobre referentes partem desde uma perspectiva de relação correspondentista entre palavras e coisas, ideia respaldada pelo discurso de que o poder referencial da linguagem tem relação dicotômica, até o questionamento dessa correspondência direta, em abordagens discursivas e cognitivas das categorias linguísticas.

Numa abordagem discursiva, o problema da referenciação passa de uma busca em responder sobre “o como” a informação é transmitida, ou “o modo” como é transmitida, para a investigação de “como” as atividades humanas, cognitivas e linguísticas conseguem atribuir sentido ao mundo. Desse modo, a referenciação passa a ser considerada originária de uma prática simbólica. Mondada e Dubois ([1995] 2016), baseando-se em Rastier (1994), postulam que “a referenciação não diz respeito ‘a uma relação de representação das coisas ou dos estados das coisas, mas a uma relação entre o texto e a parte não-linguística da prática em que ele é produzido e interpretado’” (RASTIER, 1994 apud MONDADA; DUBOIS, 2016, p. 20).

Tendo em vista tal problemática sobre o ato de referenciar, e considerando o contexto social e discursivo que o envolve, despertou-nos a atenção de como alguns sujeitos utilizam os mecanismos ligados à textualidade na produção de seus textos escritos. Primeiramente, o nosso despertar para esse assunto surgiu por meio de uma prática resultante de contato profissional da pesquisadora com textos de alunos do ensino médio. Havia, nesses textos, muitas ocorrências ligadas à falta de entendimento em empregar os mecanismos referenciais e os elementos de coesão denominados operadores argumentativos, necessários para a elaboração dos gêneros solicitados. Supomos que essa carência pode estar ligada, sobretudo, a uma não clareza a respeito do entendimento da estrutura composicional do gênero requerido. Mais adiante, a pesquisadora, em contato com uma dissertação de mestrado, observou, também, que havia nela muitas intercorrências ligadas aos mecanismos referenciais, com constantes repetições e falhas em elos coesivos, comprometendo, dentre outros, aspectos ligados à argumentatividade do texto. Diante desse cenário, instigou-nos o desejo de investigar sobre um determinado gênero, o TCC, visto que, parece-nos, há dificuldades em empregar esses mecanismos, dificuldades essas que ultrapassam a educação básica.

Sabemos da relevância sociocomunicativa que envolve um trabalho de conclusão de curso e da necessidade de se comunicar, nesse texto, em linguagem científica, portanto, que atenda os critérios comunicacionais da textualidade. Diante disso, percebemos que investigar as formas de progressão dos referentes nesses textos e os empregos dos articuladores discursivos seria um passo relevante para entendermos como os escreventes os utilizam, observando suas implicações linguísticas e discursivas a serviço da argumentação, tendo em vista a elaboração de um gênero que se espera configurar-se como predominantemente argumentativo, diante da cientificidade das produções de seu meio acadêmico, cujas produções textuais ocorrem através de um processo de apropriação, contestação e reflexão de saberes já produzidos, como nos atualiza Souza (2011). Desse modo, considerando o contexto de ensino/aprendizagem na universidade, o TCC, em específico o requerido para conclusão do curso de graduação, é composto pela análise de textos científicos, mobilizando o saber-dizer científico, e a mobilização desses conceitos implica em um saber-fazer científico, conforme discute Mantencio (2002). Nesse ambiente de produção de conhecimento, é necessário o posicionamento crítico do escrevente, visto ser um gênero em que a argumentação precisa se fazer presente, sobretudo na análise dos dados que o discente se propõe a investigar. Diante disso, o TCC configura-se como um gênero inscrito nos textos predominantemente argumentativos.

Com base nessas premissas, nosso foco de interesse se inicia e se encerra em investigar e procurar entender o processo de produção de um texto, notadamente o TCC. Em relação ao gênero TCC, surge a dúvida sobre em que aspectos os alunos conseguem empregar os mecanismos da textualidade ligados aos elementos referenciais e aos operadores argumentativos, com vistas a uma construção argumentativa do seu texto, sendo esta a última etapa para conclusão de seu curso de graduação. Sabe-se que o esperado para esse nível de escolaridade é que o discente domine os mecanismos da textualidade próprios de gêneros acadêmico-científicos. Isso posto, apresentamos nosso questionamento: como os elementos da textualidade, ligados aos aspectos referenciais e aos elos dos operadores argumentativos auxiliam os escreventes, concluintes de curso de graduação, no nível argumentativo necessário para compor o gênero TCC?

Diante dessa questão, a princípio, precisamos definir qual concepção de texto perpassará a investigação. Neste trabalho, adotando uma concepção de texto que considere questões pragmáticas e discursivas, além das formais, nos deteremos em investigar como ocorre o processo de referenciação e o emprego dos operadores argumentativos em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Assim, tendo em vista que o texto vai além de uma sequência de

frases isoladas, pois necessita de elementos que estabeleçam relações textuais, justificamos a relevância desta investigação.

Para procedermos esta investigação, apresentamos nosso percurso metodológico: primeiramente, submetemos nosso projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), na data de 10 de outubro de 2017, e tivemos aprovação do referido Comitê para realizar a pesquisa em 27 de outubro de 2017. Após a obtenção da resposta positiva do Comitê, entramos em contato com concluintes de três cursos de graduação distintos e solicitamos a contribuição para a pesquisa, cedendo os seus TCCs para análise. Três ex-alunos de cursos de graduação de uma Universidade pública da Bahia concordaram em ceder seus textos para esta pesquisa. Depois dos seus consentimentos, entregamos a cada um deles o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, após estarem cientes do propósito da pesquisa, assinaram o TCLE, ficando com uma cópia e entregando outra para a pesquisadora. A partir do cumprimento desse rito, recebemos os três TCCs por e-mail, no formato de arquivo *Word*: um da área de Humanas, do curso de bacharelado em Comunicação Social (na forma de monografia), um da área de Ciências Exatas, do curso de licenciatura em Matemática (na forma de monografia) e o último, o da área de Ciências Biológicas, do curso de bacharelado em Medicina (esse na forma de relato de caso). Neste texto, procuraremos mostrar que, apesar da padronização da escrita acadêmica, a área de formação exerce influência no estilo do gênero, conforme pressupostos bakhtinianos (1992). Diante disso, justificamos a escolha dessas três áreas do conhecimento com o objetivo de analisar em que medida esses TCCs são afetados pelo estilo mais direto ou mais minucioso da apresentação dos dados da pesquisa. Em outras palavras, observaremos o processo de referência e de aplicação dos operadores argumentativos e compararemos os textos dessas três áreas, a fim de observar se a crença de que os textos da área de humanas são mais prolixos e explicativos, enquanto os textos das áreas de exatas e de ciências biológicas são mais diretos e descritivos e, em que medida esses textos cumprem a função argumentativa esperada para o gênero.

Após a coleta, passamos à análise dos referidos gêneros, selecionando, em cada TCC, as seções de introdução, de resultados e discussões e de considerações finais para serem analisadas, uma vez que nessas partes se requer maior posicionamento argumentativo do escrevente. Em cada uma das seções analisadas, elegemos três categorias de análise: os aspectos sociorretóricos (conforme postulados de Swales (2014)), os operadores discursivos e a referência. Os aspectos sociorretóricos, no entanto, só foram adotados nas análises da seção de introdução, com o intuito de investigar se houve o cumprimento do propósito comunicativo de introduzir a pesquisa, conforme postulados da teoria.

Em relação aos escreventes dos TCCs investigados, com intuito de resguardar suas identidades, decidimos nomeá-los da seguinte forma: IHC (Informante da área de Humanas do curso de Comunicação), IEM (Informante da área de Exatas, do curso de Matemática) e IBM (Informante da área de Biológicas, do curso de Medicina).

Diante dessas premissas, voltamo-nos para nosso foco investigativo: a argumentatividade no gênero TCC à luz dos elementos da textualidade que selecionamos. Para realização da investigação, partimos da hipótese de que o estudante universitário, ainda que concludente de um curso de graduação, apresenta dificuldades no emprego de aspectos da textualidade que podem auxiliar na construção do nível argumentativo próprio do gênero TCC. Nesse sentido, partimos do seguinte objetivo geral: analisar como os escreventes dos TCCs investigados, concludentes de cursos de graduação, conseguem empregar os elementos referenciais necessários para auxiliar no cumprimento da função argumentativa para a produção do gênero TCC. Para tanto, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- Observar se os escreventes produzem sequências argumentativas nos TCCs analisados, baseando-nos no modelo prototípico de Jean-Michel Adam (2010).
- Observar em que medida os escreventes conseguem posicionar-se argumentativamente diante das teorias e ideias por eles tratadas, tendo por base o uso dos elementos referenciais e dos operadores argumentativos que auxiliam na argumentatividade do gênero TCC.

Tendo em vista nossos objetivos, conforme evidenciamos, tentaremos responder à seguinte questão, nesta dissertação: como os elementos da textualidade, ligados aos aspectos referenciais e aos elos dos operadores argumentativos auxiliam os escreventes, concludentes de curso de graduação, no nível argumentativo necessário para compor o gênero TCC? Para responder a essa pergunta, propusemo-nos investigar, cientificamente, três textos de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), os quais se apresentam sob as formas de duas monografias e um relato de caso, das áreas de Ciências Humanas, Ciências Exatas e Ciências Biológicas.

Nossa discussão segue a seguinte sequência de abordagens: para esclarecer a proposta de trabalho com gêneros, nos valem da teoria sociointeracionista da linguagem, considerando, sobretudo, os estudos de Bakhtin (2003). Seguiremos, na sequência, discutindo a relação entre os gêneros, as práticas sociais, as esferas de atividades humanas e, por fim, a esfera acadêmica, com o objetivo de traçar um panorama de trabalho com gêneros à luz da teoria bakhtiniana. Para versar sobre as características próprias do gênero TCC e suas diversas

configurações, levamos em consideração as perspectivas dos seguintes teóricos: Souza e Silva (2017), que discorre sobre o gênero monografia; também, nos valem da abordagem sociorretórica de Swales (2014). Para tal abordagem, tomaremos por base, sobretudo, o trabalho de Motta-Roth e Hendges (2010). Elencaremos, também, considerações concernentes ao gênero relato de caso, pautando-nos nos esclarecimentos de Yoshida (2007) acerca da estrutura composicional desse gênero, largamente solicitados em TCCs das áreas de Ciências Biológicas. Com o objetivo de expormos o delineamento das sequências textuais, apresentaremos o postulado de sequência textual de Jean-Michel Adam (1992), discutido por Bonini (2005) e Ribeiro (2012). Para abordarmos o embasamento teórico referente à Linguística Textual, nos baseamos nos trabalhos de Bentes (2012), Marcuschi (2012) e Koch (2017). Além disso, instanciaremos uma discussão sobre as bases teóricas que fundamentam a teoria da referenciação, tendo por base as abordagens de Koch ([2004a] 2017), Mondada e Dubois (2016), Cavalcante (2012) e Apothéloz (2016). Por fim, ainda nesse capítulo, apresentaremos as contribuições dos operadores argumentativos para a elaboração do gênero argumentativo, tendo em vista as discussões de Koch (2011), Koch e Elias (2016) e Lopes (2017).

A presente dissertação está assim disposta: no primeiro capítulo (Introdução), apresentamos o delineamento geral da pesquisa.

No segundo capítulo (Traçando o caminho das práticas de linguagem através dos gêneros), discutiremos sobre a teoria dos gêneros textuais/discursivos.

Já no terceiro capítulo (As especificidades do gênero TCC e as sequências textuais), discorreremos sobre as características dos gêneros monografia, artigo científico e relato de caso, além de apresentar as noções das sequências textuais.

No quarto capítulo (A Linguística Textual e o processo de referenciação), traçaremos o percurso teórico sobre a Linguística Textual e a Teoria da Referenciação e os operadores argumentativos.

No quinto capítulo (Análise do *corpus*: os operadores argumentativos e a referenciação como elos argumentativos no gênero TCC), apresentaremos nossas análises acerca do *corpus* selecionado para pesquisa, levando em consideração os aspectos sociorretóricos da teoria de Swales (2004), os operadores argumentativos e a referenciação.

Por fim, no sexto capítulo, apresentaremos nossas considerações finais a respeito dos três TCC analisados (o TCC da área de Humanas, o da área de Exatas e o da área de Ciências Biológicas), correlacionando os mecanismos ligados à textualidade, discutindo a obtenção, ou não, do nível argumentativo do referido gênero, finalizando, assim, o que nos dispomos a investigar.

Compreendemos que o gênero TCC apresenta, assim como os demais gêneros, uma relativa estabilidade, perceptível por meio de suas configurações prototípicas na forma de monografia, artigo científico, relato de caso, relatório de estágio, além de outras configurações que, porventura, possam ser requeridas como critério de conclusão de curso de graduação. Consideramos que, ao observar os aspectos da textualidade na produção desse gênero acerca da referenciação e dos operadores argumentativos, podemos perceber em que aspectos esses gêneros estão cumprindo sua função comunicativa esperada: o posicionamento argumentativo do pesquisador a respeito do objeto que se propõe a investigar. Diante de tais premissas, apresentamos nosso desejo de que esta investigação contribua para discussões teóricas acerca do gênero TCC. Iniciemos, pois, as reflexões sobre nosso objeto de estudo.

2 TRAÇANDO O CAMINHO DAS PRÁTICAS DE LINGUAGEM ATRAVÉS DOS GÊNEROS

Neste capítulo, traçaremos um panorama acerca da proposta do trabalho com gêneros textuais, começando com o que se espera de um aluno concluinte da educação básica em termos de apropriação do conhecimento sobre a língua materna, relembrando os principais pontos recomendados pelos PCNs para o ensino de Língua Portuguesa. Na sequência, abordaremos sobre o conceito de gênero discursivo à luz da teoria bakhtiniana. Seguiremos discorrendo sobre as esferas de atividades humanas, de acordo com Bakhtin, e finalizaremos tratando da esfera acadêmica, visto que nosso objetivo é investigar o gênero acadêmico TCC.

2.1 Os PCNs e as competências linguísticas propostas

A história da educação brasileira é permeada por um contexto de privilégios às classes sociais mais favorecidas economicamente. As mudanças nesse quadro vieram timidamente, ao longo do tempo, no sentido de agregar outras camadas da população. Não é nosso propósito, nesta seção, discorrer sobre os percursos históricos da educação no Brasil; apenas salientamos que a aquisição de teorias e novas perspectivas no ensino de língua nesse país foi um processo que passou por setores além educação, envolvendo a política e as transformações sociais.

Nesse contexto, relembramos a década de 1980, por ser um período de intensas discussões sobre teorias linguistas que poderiam ser aplicadas à educação básica. Nessa década, diversos estudiosos em linguagem fizeram a distinção entre o ensino de gramática e ensino de língua, recomendando que os professores da educação básica deveriam ser capacitados para ensinar língua e não gramática, conforme nos esclarece Souza (2017), retomando os postulados de Possenti (1996). Mesmo com as discussões de linguistas e estudiosos da educação, o ensino de gramática normativa ainda continuou prevalecendo por muito tempo no ensino da Língua Portuguesa no Brasil. Assim, diante da prevalência do ensino da gramática em sala de aula, abordaremos, no decorrer desta subseção, a eminência do documento que trouxe uma nova proposta para o ensino de língua materna, os chamados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

A criação dos PCNs, em 1999, foi motivada pelas constantes críticas acerca do ensino tradicional de gramática. O documento tem em vista, ainda, uma padronização e fomentação na educação básica brasileira. Em se tratando do ensino de Língua Portuguesa, há, como objetivo fundamental, dentre outros, a observância da conquista social que mais evidencia a

Constituição Federal de 1988, a cidadania. Com base nessa premissa, os PCNs recomendam que o texto deva ser tomado como ponto de partida e que a gramática deva ser trabalhada no sentido de auxiliar na compreensão de textos de diversos gêneros discursivos. Assim, o ensino de gramática ainda é considerado um elemento essencial, no entanto, não é o único, sendo o trabalho com textos o foco principal nos estudos da linguagem.

A necessidade de uma abordagem voltada para um ensino mais contextualizado de língua se configurou após muitas discussões acerca dos causadores do fracasso escolar, no que diz respeito ao ensino-aprendizagem da língua materna, e envolveu professores, pesquisadores e linguistas que, por meio de estudos da Linguística Moderna, como a Linguística Aplicada e a Linguística Textual, chegaram a um consenso de que se fazia necessário rever e reavaliar as concepções de língua, linguagem e texto, conforme nos atualiza Souza (2017). Assim, o ensino de língua envolveria um construto sócio-historicamente situado.

Em meio a essa efervescência de discussões no âmbito do ensino da linguagem, houve a criação de documentos oficiais no Brasil que objetivaram a padronização, delimitação e delineamento do ensino. Dentre esses documentos encontram-se os Parâmetros Curriculares nacionais (doravante PCNs) de Língua Portuguesa, dividido em dois volumes. Um deles é destinado ao Ensino Fundamental e o outro ao Ensino Médio. Diante de nosso foco de interesse, apresentaremos apenas a abordagem dos PCNs do Ensino Médio, pois compete-nos discutir acerca de como é orientado o ensino de Língua Portuguesa nessa fase para, daí, partirmos para o que se espera de um graduando em termos de apropriação de conhecimentos sobre a produção dos gêneros discursivos/textuais.

Os PCNs de Ensino Médio foram criados fundando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, além do Parecer Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº 15/98. Assim, os PCNs resultaram de diversas críticas e sugestões sobre o ensino de língua materna; além disso, no desenvolvimento do seu texto, foram apresentadas muitas versões até o seu construto final. A disciplina de Língua Portuguesa encontra-se nos PCNs numa área denominada *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*, numa proposta que envolve “interatividade, o diálogo, a construção de significados na, pela e com a linguagem” (BRASIL, 1999, p. 11).

Dessa forma, esse documento orientou mudanças de ordem qualitativa, com vistas a proporcionar um processo sistematizado e organizado da aprendizagem no Ensino Médio, dando possibilidades para o desenvolvimento da “pesquisa, a seleção de informação, análise, síntese, argumentação, cooperação e a negociação do significado pelo aluno” (SOUZA, 2017,

p. 38), capacitando-o a ser atuante e participativo no mundo social, tendo em vista os pilares da cidadania, do trabalho e da continuidade dos estudos (BRASIL, 1999).

Os PCNs orientam uma abordagem da linguagem de cunho interacionista e dialógico, de acordo com os pressupostos bakhtinianos, defendendo, dessa forma, a interação, de modo que o aluno desenvolva a habilidade de problematizar os modos de como se ver e de como ver o mundo. Essa proposta dialógica contribui para uma visão mais complexa da linguagem, indo além dos limites da educação, pois insere a cultura e a história em sua constituição. No intuito de estabelecer conexão entre as linguagens, códigos, participação da cidadania e da vida social, os PCNs de *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias* apresentam três categorias de competências e habilidades a serem adquiridas no Ensino Médio: i) representação e comunicação; ii) investigação e compreensão; iii) contextualização sociocultural.

Conforme as orientações dos PCNs de Ensino Médio acerca das competências e habilidades no trabalho com a linguagem, o estudante deveria sair desse ciclo sendo capaz de ter a compreensão sobre as diversas manifestações dessa linguagem, sendo capaz de adequar à situação de uso, posicionando-se criticamente sobre elas, ou seja, ter desenvolvido as competências e habilidades ligadas à representação e comunicação. Ademais, o aluno precisa compreender que a Língua Portuguesa é sua língua materna, dela utilizando-se no mundo e se valendo dela para construir sua própria identidade, e que a aplicação de sua língua não se reduz aos espaços escolares, antes, envolve toda a sua vida.

O documento postula, ainda, sobre as competências e habilidades ligadas à investigação e a compreensão. Espera-se, para esse quesito, que o aprendiz saiba relacionar os textos aos seus contextos, de acordo com suas naturezas, funções e condições de produção específicas. Portanto, o discente deveria compreender que os gêneros discursivos/textuais se moldam a depender da situação comunicativa. Também, espera-se que o educando consiga perceber e diferenciar as linguagens de seus códigos, o princípio e natureza das tecnologias de informação e comunicação, ligando-as ao conhecimento científico e às linguagens que lhe dão suporte (BRASIL, 1999).

Em relação a competências e habilidades, no tocante à contextualização sociocultural, espera-se que o educando entenda que é por meio da linguagem que legitimamos acordos e condutas sociais, assim como organizamos nossa realidade por meio dela, construindo significados, comunicação e informação, o que levará ao entendimento, por parte do educando, de que as diferentes formas de linguagem devem ser respeitadas.

A possibilidade de se trabalhar com diversos gêneros discursivos/textuais também é uma orientação dos PCNs, sobretudo, respaldado pela inovação que trouxe ao ensino de Língua

Portuguesa, a interdisciplinaridade. Assim, é possível que na aula de Língua Portuguesa haja o trabalho com textos de diversos assuntos e áreas distintas. Importante se faz essa observação, principalmente, pela orientação dos PCNs de priorizar o trabalho com textos de diversos gêneros discursivos.

Um dos questionamentos acerca do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio é sua fragmentação, pois se costumava dividi-la em três blocos: gramática, literatura e redação. Essa divisão dificulta o entendimento do todo, pois o trabalho com a leitura está ligado, também, ao trabalho com a literatura, sendo necessário interligar os assuntos de gramática à produção de textos. Na era das fragmentações, vemos a necessidade do caminho oposto, pois, cada vez mais, se observa a necessidade de agregar os conhecimentos, uni-los em função de um entendimento capaz de dar condições para a aquisição de habilidades e competências necessárias a uma aprendizagem satisfatória para o ciclo que se pretende fechar, no Ensino Médio.

Os PCNs do Ensino Médio reforçam a ideia de que o texto é a unidade básica da linguagem verbal. Desse modo, o esperado é que os estudantes sejam capazes de produzir textos e, por meio deles, situarem-se como cidadãos. Dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem de língua deve estar atrelado às propostas interativas, considerando como condutora do pensamento simbólico a discursividade, visto que a língua/linguagem não está desvincilhada do ato interlocutivo, como nos relembra Souza (2017).

Assim, percebemos que os PCNs de Língua Portuguesa objetivam orientar para novos caminhos e possibilidades com vistas ao ensino de língua materna. De assumida concepção sociointeracionista, defendem que o trabalho com a produção textual seja realizado considerando a variedade de textos presentes em nossa sociedade. Não se pode negar que esse documento sofreu e sofre críticas, sobretudo por não discutir sobre quais gêneros textuais/discursivos deveriam ser trabalhados nesse ciclo e nem como deveriam ser trabalhados, tendo em vista a imensa variedade de textos que circulam na sociedade. Sabemos, no entanto, que é um documento que se configura como diretrizes e não como algo prescritivo, com fórmulas prontas. Mesmo considerando ressalvas à sua proposta, salientamos sua importância como direcionador para um ensino de língua materna mais contextualizado e atento às demandas do cenário educacional brasileiro.

Apesar do surgimento das novas teorias que orientam a produção textual, a exemplo do que recomendam os PCNs, a qualidade das produções dos textos de alunos da educação básica ainda pode apresentar problemas em relação ao que se espera para esse ciclo de aprendizagem. Haja vista que nosso objeto de estudo é o gênero textual TCC, nosso objetivo em relembrar alguns pontos dos PCNs foi entender o que esperar em termos de apropriação da língua materna

em relação ao recém-chegado ao ensino universitário, para, a partir daí, analisarmos a produção que lhe dá acesso à conclusão da graduação, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Desse modo, alguns questionamentos nos inquietam: como é trabalhado esse gênero, considerando a esfera acadêmica, e se os conhecimentos adquiridos ao longo da educação básica foram satisfatórios para a produção do TCC ou se há lacunas que ainda precisam ser preenchidas pela universidade. Ao longo de todo este trabalho, pretendemos discutir sobre essas questões também. Tal investigação será feita com base nos TCCs que nos servem de análise.

2.2 Os gêneros de discurso

Esta subseção tem por objetivo apresentar o conceito de gênero, tendo por base os pressupostos de Bakhtin (2003) sobre o assunto. Dessa forma, inicialmente, adotamos a noção de gênero como entidades, cujo funcionamento está voltado para comunicação e interação com outras pessoas, seja na vida cotidiana ou pública, como nos esclarece Rojo (2012). Em seguida, partiremos para a diferenciação entre gêneros textuais e tipos textuais. Posteriormente, traremos um breve histórico acerca das reflexões sobre os gêneros, desde a Grécia Antiga até o Círculo de Bakhtin e, finalmente, observaremos as principais diferenças entre os conceitos de gêneros textuais e gêneros do discurso, à luz da teoria bakhtiniana.

2.2.1 O que são gêneros do discurso

Antes de começarmos discorrendo sobre gêneros do discurso, cumpre-nos recordar as reflexões de seu precursor, Mikhail Bakhtin (1992), acerca da concepção de linguagem. Para o teórico, a linguagem é dialógica, uma vez que toda relação humana é marcada pelo princípio do diálogo, o que o levou a declarar a máxima de que “a vida é dialógica por natureza” (BAKHTIN, 1992, p. 36). A partir dessa contribuição teórica de Bakhtin, surgiram outras, das quais destacamos, para a presente abordagem, seus estudos sobre comunicação verbal, e, por conseguinte, a noção de gênero, ou tipos discursivos. O teórico define gêneros do discurso como a relação dialógica do ato da linguagem. Nessa perspectiva, qualquer esfera da atividade humana tem relação com a utilização da língua. Em consequência desse entendimento, o autor assim define os gêneros do discurso:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo, não só por seu conteúdo (temático) e pelo seu estilo da linguagem, ou seja,

pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional [...] Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2003, p. 261-262).

Assim, para Bakhtin, os enunciados são a forma do emprego da língua, sendo, portanto, uma unidade real da comunicação discursiva. A estabilização desses enunciados forma o que o autor denomina gêneros do discurso. Essa concepção é largamente utilizada em estudos que consideram o sujeito e a interação. No Brasil, os gêneros do discurso são estudados a partir de diversas perspectivas conceituais e terminológicas. Bakhtin é um dos autores mais citados, muito embora, mesmo dentro da linha bakhtiniana, haja uma heterogeneidade diante de correntes teóricas diversas e de enfoques distintos. No entanto, considerando a importância do russo Mikhail Bakhtin (1895-1975), referência em diversas áreas do conhecimento, como a Teoria e Crítica Literárias, Análise do Discurso e Semiótica, por exemplo, abordaremos a noção de gênero sob sua perspectiva.

Para Bakhtin (2003), os gêneros do discurso permeiam todas as atividades da vida diária e são capazes de organizar nossa comunicação. Segundo o autor, o falante faz uso de um dado enunciado, ou dito, que se materializa na língua/linguagem, constituindo o discurso. Assim, os gêneros discursivos acomodam tudo o que falamos e ouvimos. Posto que nossas atividades envolvem linguagem, seja das mais simples ou cotidianas, às mais complexas ou públicas, os gêneros cumprem a função de organizar e estabilizar essa língua/linguagem, permitindo que faça sentido para o interlocutor.

Dessa forma, Bakhtin (2003) formula a classificação dos gêneros em primários e secundários. Os gêneros primários são aqueles que envolvem nossas atividades cotidianas, geralmente ocorrendo na modalidade oral do discurso. Os gêneros secundários, por sua vez, valem-se, geralmente da escrita, tendo função mais formal e oficial, como nos atualiza Rojo (2015).

Portanto, seja qual for a classificação, tudo o que dizemos, pensamos ou escrevemos acontece por meio de um texto/enunciado pertencente a um determinado gênero discursivo; logo, todo enunciado se dá por meio de um gênero. Quanto ao que vem a ser texto ou enunciado na perspectiva bakhtiniana, cumpre-nos esclarecer que tanto o texto quanto o enunciado são considerados um enunciado concreto, que não se repete e que se vale da língua/linguagem para se materializar, constituindo o discurso.

Isso posto, vale ressaltar a distinção entre gêneros de texto e tipos de texto. Para tanto, recorreremos a uma clássica definição a esse respeito, proferida pelo linguista Marcuschi (2012).

Assim, o autor conceitua tipo textual como uma “construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). [...] os tipos textuais abrangem [...] narração, argumentação, exposição, descrição e injunção” (MARCUSCHI, 2012, p. 22). Logo, os tipos de texto são uma construção teórica, sendo categorias classificatórias de textos, tendo por base características linguísticas ligadas ao léxico, referenciação, sintaxe, relações de coesão e coerência etc., conforme nos esclarece Rojo (2015).

A expressão gênero textual, por sua vez, é usada para se referir aos textos que são materializados na vida diária, tendo “características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são meia dúzia, os gêneros são inúmeros” (MARCUSCHI, 2012, p. 24). Portanto, os gêneros textuais são entidades da vida, extrapolando categorias gramaticais classificadoras de textos.

Com base nesses autores, podemos destacar que os gêneros textuais são constituídos historicamente, experimentados na vida social, cuja materialização se dá em textos e enunciados. Assim, os gêneros não têm existência própria, mas são formas de dizer ou de enunciar, aparecendo concretamente sob a forma de textos, orais, escritos ou multimodais, conforme sintetiza Rojo (2015).

Se tudo que dizemos ou enunciamos se concretiza na forma de textos ou enunciados e todo enunciado é articulado em um gênero, forma relativamente estável de processar o enunciado, cumpre-nos, então, esclarecer acerca desse enunciado. No dizer de Bakhtin, “o enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, precisamente delimitada da alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com transmissão da palavra do outro [...]” (BAKHTIN, 2003, p. 275). Podemos considerar, assim, que um enunciado tem seu limite na alternância dos sujeitos da interação, em que o locutor ou sujeito do discurso encerra seu momento de dizer, dando possibilidade ao seu interlocutor de reagir ao seu dito.

Após expor a definição de gênero à luz da teoria bakhtiniana, apresentaremos, na próxima subseção, uma breve reflexão acerca de como se originou a noção de *gênero* desde a Antiguidade Clássica, passando pelo Círculo de Bakhtin e discutindo as principais perspectivas desse conceito na contemporaneidade dos estudos linguísticos.

2.2.2 Um breve caminho histórico do conceito de gêneros

Os filósofos Platão e Aristóteles, na Grécia Antiga, iniciaram a reflexão sobre gêneros, distinguindo e tipificando a poética e a retórica. Platão, por intermédio de Sócrates, distingue três gêneros literários: o épico (ou narrativo), o lírico e o dramático. Já Aristóteles, na *Poética*, trata de diversos gêneros e espécies de poesia, e usa o termo *gênero* para englobar várias espécies de substâncias individuais, como relembra Rojo (2015).

Mais adiante, na *Retórica*, Aristóteles, ao tratar dos argumentos que visam situar o ouvinte, recorre ao conceito de *gênero*, ao enumerá-lo em deliberativo ou político, forense ou judicial e demonstrativo ou epidítico. Dessa forma, o filósofo distingue as três categorias dos gêneros retóricos: aqueles de caráter exortativo, usado para aconselhar (deliberativo), os usados para acusar ou defender (judiciários) e o empregado para elogiar ou censurar (epidítico).

Essas distinções dos filósofos gregos acerca dos gêneros são retomadas no Renascimento, com reflexões voltadas à poética ou aos gêneros literários e à retórica. Assim, os domínios da poética e da vida cidadã são tratados de forma separada até o início do século XX, conforme observa Rojo (2015).

No século XX, tanto os gêneros literários quanto os gêneros retóricos foram retomados em estudos literários do Formalismo Russo e estudos na Nova Retórica, no Estruturalismo. Nessa época, um diferencial acerca dos estudos sobre os gêneros se desponta na Rússia, com as contribuições de Mikhail Bakhtin e seu Círculo, uma escola de pensamento filosófico russo do século XX, voltada para questões sociais e culturais decorrentes da Revolução Russa.

As discussões do Círculo de Bakhtin trouxeram relevante contribuição para a noção de gênero adotada na contemporaneidade, ao englobar os gêneros tanto da vida cotidiana como da arte, sem distinção ou divisão entre eles. Ademais, cumpre a Mikhail Bakhtin e a seu Círculo o legado de construir um conceito de *gênero* como entidades da comunicação e da interação, tendo seu funcionamento na vida social.

Em 1929, na obra publicada por Valentin Volochinov/Bakhtin, *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, o conceito de gênero é ampliado a todas as produções discursivas humanas, ultrapassando o campo da arte literária e da oratória pública. Assim, o que antes era restrito à arte, expande-se para a vida. O gênero, nessa perspectiva, dá forma a um discurso, a uma enunciação, como esclarece Rojo (2015), o que leva à adoção da adjetivação do gênero como discursivo ou de discurso no lugar de textuais ou de texto.

Essa abordagem traz à luz os efeitos de sentido discursivos, a ideologia, vozes e apreciação de valor do sujeito do discurso, permeados por textos/enunciados em determinados gêneros que determinam certas escolhas linguísticas (ROJO, 2015). Desse modo, não é tão importante a forma linguística que amolda esses textos, mas sua relação com a significação e o desenvolvimento dos temas. Daí a preferência de adeptos da teoria de Bakhtin pela denominação gêneros de discurso ao invés de gêneros de texto. No entanto, para a presente abordagem investigativa, adotaremos a nomenclatura “gêneros textuais”, proposta por Marcuschi (2002), uma vez que nossa abordagem investigativa se concentrará em questões próprias dos seguintes elementos da textualidade: o processo de referenciação e os operadores argumentativos. Portanto, nosso olhar se voltará para questões específicas da composição de texto.

2.3 As esferas de atividade humana

Ao voltarmos a nossa atenção para os gêneros do discurso, assunto fundamental para os estudos em texto e enunciado, à luz da teoria bakhtiniana, não podemos deixar de abordar sobre as esferas/campos da atividade humana, como bem nos chama a atenção Rojo (2015). Tal constatação se justifica na medida em que todas as esferas de comunicação humana se caracterizam, também, como esferas de comunicação verbal, conferindo-lhe uma qualidade essencialmente humana. São essas esferas de comunicação que elaboram, nas palavras de Bakhtin, “seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2003, p. 262).

As esferas/campos de comunicação verbal e sua determinação pelo funcionamento social e histórico são fundamentais para o estudo dos gêneros, uma vez que desses fatores resultam os dois primeiros passos metodológicos apontados por Volochinov/Bakhtin (1981) sobre o trabalho com gêneros, conforme aborda Rojo (2015): “Eis por que a classificação das formas de enunciação deve se apoiar sobre uma classificação das formas de comunicação verbal. Estas últimas são determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica” (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 1981 [1929], p. 43).

Precisamos fazer uma observação de que Bakhtin considera que as esferas/campos de atividade humana não são estáticas, uma vez que as mudanças históricas, sociais e culturais as transformam, nem são estanques, pois relacionam-se umas com as outras, podendo ocorrer influência mútua. Um exemplo seria a relação entre a esfera publicitária com a jornalística, ambas se inter-relacionando e se beneficiando dessa relação.

Portanto, as esferas estão relacionadas aos tipos de atividade humana e, estas, aos gêneros discursivos que circulam nessas esferas/campos em forma de textos/enunciados, conforme sintetiza Rojo (2015). Desse modo, podemos compreender que as características do gênero textual são determinadas pela finalidade, funcionamento e especificidade da esfera/campo em determinado tempo e lugar históricos de sua atuação. Por isso, o gênero de discurso pode ser tanto estável como flexível, ou seja, *relativamente estável*, pois as esferas/campos delimitam os temas nela abordados, os registros ou estilos de língua que podem ser usados e como se dá a composição que o texto assumirá em determinado gênero.

Em resumo, percebemos que há nítida correlação entre as práticas sociais, os gêneros, os tipos de interação verbal e as esferas de atividade. Essas esferas de atividades tanto determinam tipos de interação verbal que são admitidas nas práticas sociais, como são determinadas por elas. Por isso, Rojo (2015) considera ser possível falar em esferas/campos de comunicação, pois nelas circulam determinados gêneros em que transparecem as restrições impostas diante das posições sociais, pelo jogo de interesses e as finalidades que motivam essas esferas e, também, são capazes de consolidar as formas de discurso, os gêneros.

Com base nessa explanação acerca das esferas/campos da atividade humana, ou esferas/campos de comunicação e as práticas sociais nelas desenvolvidas, explanaremos, no próximo item, sobre a esfera/campo acadêmico, visto que também é nosso objetivo, neste trabalho, discutir as condições de produção do gênero acadêmico TCC.

2.4 Os gêneros na esfera acadêmica

Pretendemos, nesta subseção, abordar sobre a escrita na esfera acadêmica, a fim de discutirmos sobre o contexto de produção dos gêneros acadêmicos, produzidos na universidade, a partir da concepção dialógica da linguagem. Para tanto, abordaremos reflexões sobre os seguintes questionamentos: quais as cobranças do meio acadêmico para os sujeitos aprendizes nele inseridos em termos de produção escrita? Qual a natureza dos gêneros acadêmicos? Para auxiliar essa reflexão, mencionaremos as contribuições de Marinho (2010), Simões (2002) e Figueiredo e Bonini (2006) acerca do ensino-aprendizagem da escrita acadêmica.

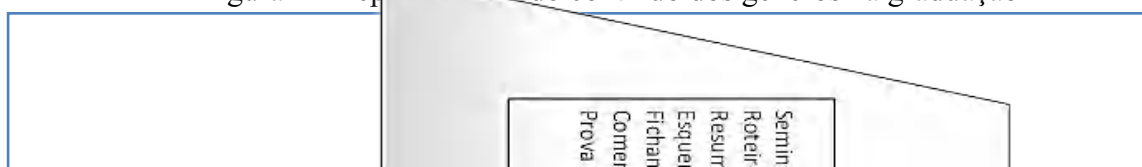
Inúmeros são os trabalhos sobre o ensino-aprendizagem da escrita na educação básica (ensinos fundamental e médio). No entanto, despertou-nos o interesse em investigar a escrita acadêmica, por observarmos um campo promissor de discussão no Brasil. É comum nos depararmos com a discussão de que se aprende a ler e escrever no ensino fundamental e médio. Em consequência dessa crença, o fato de muitos alunos terem dificuldade com a leitura e escrita

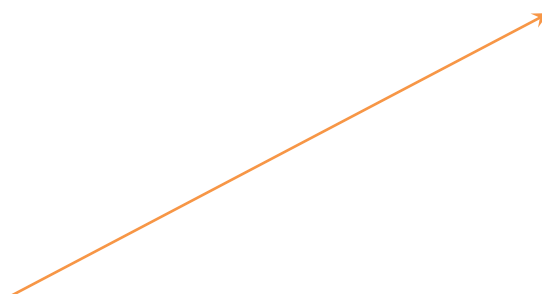
dos textos científicos que circulam na universidade causa estranhamento em muitos professores universitários. No entanto, esses mesmos gêneros científicos não são trabalhados na educação básica, pois a leitura e escrita desses gêneros de referência acadêmica são realizadas, em sua maioria, no campo universitário, uma vez que é nessa esfera que eles são produzidos e circulam, como nos chama a atenção Marinho (2010).

A leitura de textos especializados, em linguagem científica, requer, muito além de um conhecimento de termos técnicos, ou mesmo considerados “rebuscados”, conhecimento específico acerca da temática abordada. São textos escritos para especialistas, que pertencem a uma comunidade específica de leitores, os quais costumam ter conhecimento prévio sobre o assunto, o que os habilita a fazer relações interdiscursivas e intertextuais, conforme aponta Marinho (2010). Dessa forma, percebemos que o discurso acadêmico é sustentado por um conjunto de estratégias, cuja erudição pode ser pouco compreensível para um leigo, alguém que não experimentou essa vivência social. Em contrapartida, observamos que é gerada uma expectativa acerca do estudante que conclui seu curso de graduação. Espera-se que ele adquira proficiência com o dizer/fazer científico que atendam às demandas da esfera acadêmica. Em outras palavras, espera-se que esses estudantes adquiram a habilidade tanto de discutir quanto de aplicar os conhecimentos teóricos que foram adquiridos ao longo do seu curso, expondo ideias acerca de determinado tema, de forma clara e coerente, conforme relato de Figueiredo e Bonini (2006). Para tanto, tal aluno necessita fazer uso do discurso acadêmico e dos gêneros na modalidade escrita requeridos nessa esfera, a exemplo de artigos acadêmicos, resenhas, relatórios e Trabalho de Conclusão de Curso (seja ele realizado no gênero monografia, artigo científico ou relato de caso). Em outras palavras, o trabalho do escrevente nessa esfera será mais ou menos consciente, ou mais ou menos elaborado, a depender de seus conhecimentos linguísticos e conhecimentos da língua de que ele dispõe.

No contexto acadêmico, o gênero TCC é elaborado depois de um contínuo de produções que são requeridas ao estudante no decorrer do seu curso, as quais iniciam esse discente no meio científico. Apresentamos a sequência de trabalhos com esses gêneros nessa esfera, conforme a Figura 1, a seguir, retextualizado por Souza e Silva (2017), em que as autoras seguem a lógica da analogia dos gêneros textuais expostas em Marcuschi (2010).

Figura 1 - Representação do contínuo dos gêneros na graduação





Fonte: SOUZA; SILVA, 2017, p. 145 (Adaptado de Marcuschi, 2010)

Fonte: Souza e Silva (2017, p. 145).

A figura 1 é representativo das ocorrências dos variados gêneros nos cursos de graduação, numa linha progressiva, desde os gêneros introdutórios até os finais. A seta de inclinação ascendente representa a continuidade existente entre esses gêneros. Essa representação hierárquica, como observam as autoras, evidencia que, quanto mais distante da base, maior pode ser a dificuldade do graduando na produção científica, e, quanto mais próximo ao topo, maior seria a autonomia esperada para esse discente nesse meio científico, de acordo com a expectativa nutrida pela comunidade acadêmica, sobretudo entre os docentes acerca dos graduandos.

Em síntese, percebemos, na figura 1, quatro fases inter-relacionadas, conforme a ascendência da seta. Assim, temos a fase inicial, com os gêneros denominados topicalizados, sendo eles o esquema, o fichamento etc., os gêneros denominados expositivo-descritivos, a exemplo do resumo e os gêneros expositivo-descritivo-apreciativo-introdutórios, que são os comentários, os seminários e a prova. A segunda fase, a intermediária, é desenvolvida, de acordo com Souza e Silva (2017), na interação, em contínuo com o ambiente acadêmico, situado entre os gêneros resenha, análise literária, ensaio, debate, dentre outros. Já na terceira fase, nomeada pelas autoras Souza e Silva (2017) de introdutório-científica, há o acréscimo das práticas de pesquisa, com a elaboração dos gêneros relato de experiência/pesquisa, relatório de experiência/pesquisa, projeto de pesquisa, artigo de pesquisa, pôster, exposição oral, projeto monográfico, dentre outros dessa natureza. Por fim, na quarta fase, a conclusiva, tem-se a

elaboração do gênero TCC, sob a forma de monografia, ou em outras configurações, como o artigo científico, o relato de caso, o relatório, dentre outros requeridos para conclusão de cursos de graduação.

A partir dessa gradação, em conformidade com Berkenkotter e Huckin (1995), podemos considerar que os gêneros situam-se cognitivamente e seu desenvolvimento é contínuo, à medida em que os sujeitos participam do ambiente cultural. Diante disso, percebemos, com base no quadro 1, que os gêneros são produzidos em momentos que podem ser diversos ao momento da graduação, no entanto, o seu ensino e a sua aprendizagem, como observam Souza e Silva (2017), se concentram em momentos específicos. Ademais, a monografia, como demais gêneros de conclusão de curso, não é produzida, necessariamente, no final de um curso, mas dela se espera a produção prévia de outros gêneros, a exemplo dos demonstrados na figura 1.

Em síntese, observamos que a figura 1 ilustra um processo que agrega uma série de gêneros vistos, aprendidos ou apreendidos no contexto acadêmico, situando a monografia como fase final do curso, ou seja, sua conclusão.

No entanto, sabemos que pode haver lacunas na apropriação desses gêneros pelos graduandos, reflexo da dificuldade na produção escrita dos gêneros que são cobrados na esfera acadêmica. Essas dificuldades tanto se configuram em relação à forma do texto, como na construção de sequências argumentativas, ou mesmo expositivas, que são necessárias para discussão clara das teorias, ideias e de como deve configurar o posicionamento do escrevente. Duas hipóteses, apontadas por Simões (2002), podem explicar essa dificuldade na produção do texto acadêmico escrito: o baixo conhecimento linguístico e o desconhecimento da estrutura composicional do gênero cobrado. Assim, a produção do texto técnico-científico requer, além do conhecimento do tema a ser desenvolvido, domínio linguístico adequado à sua produção, pois a clareza do texto produzido é condição fundamental para que ele seja aceito e tenha credibilidade nessa esfera de circulação.

Dessa forma, o processo de produção do TCC, na condição de texto escrito, ocorre desde o início da pesquisa do aluno, quando ele constrói seu projeto de pesquisa, começa a cumprir os créditos, realiza os primeiros apontamentos de sua pesquisa, apresentando discussões teóricas que fundamentam o estudo em questão, ao ponto de chegar à questão que se propõe a discutir no seu TCC, organizada conforme os padrões exigidos pela academia e convencionados socialmente (LEMOS, 2017).

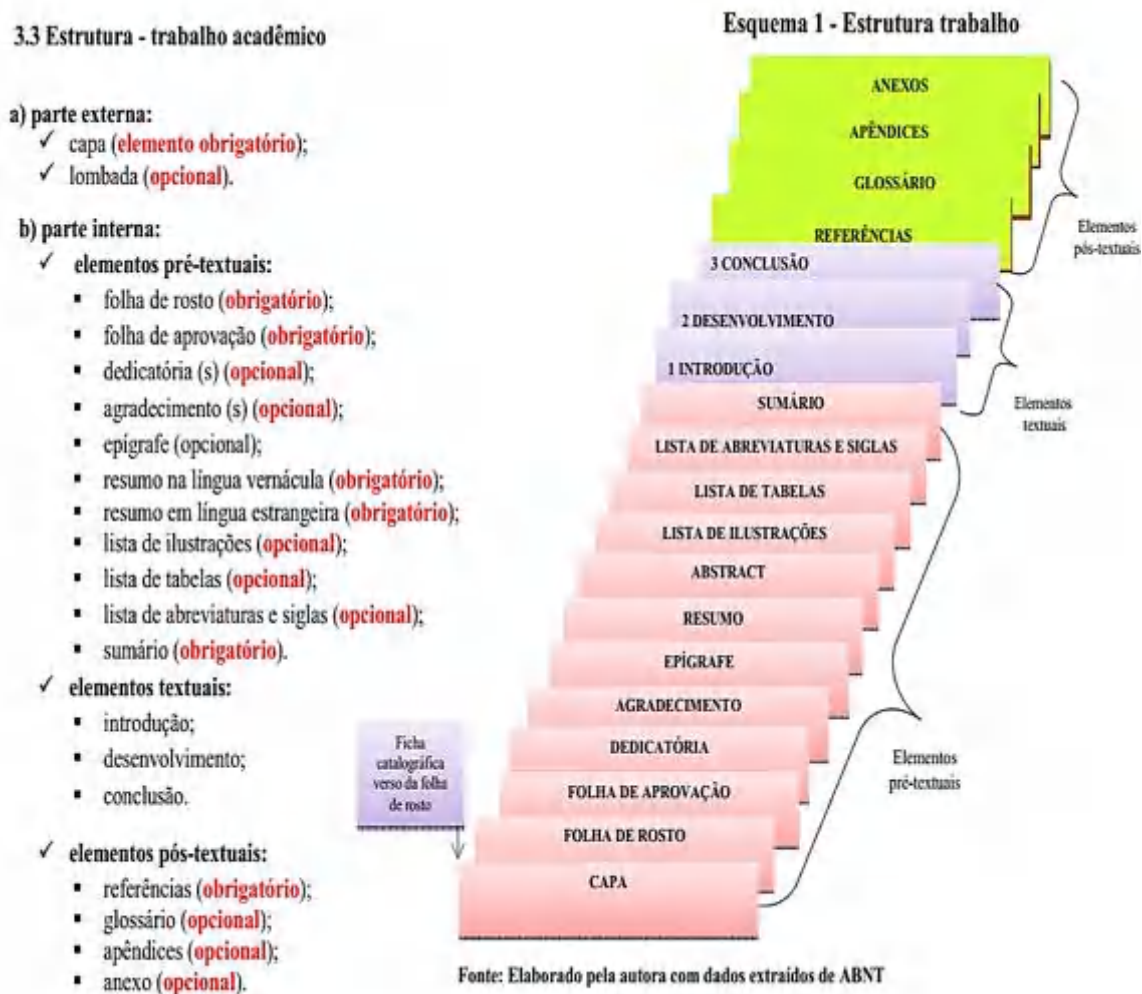
Destacamos que, quanto à organização do texto, o gênero TCC possui uma estrutura composicional estabilizada pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Desse

modo, a ABNT recomenda que o TCC seja apresentado de forma ordenada, homogênea, articulado em uma só peça, sendo resultado de uma pesquisa, visando alcançar o título de graduado ou pós-graduado em área específica, de acordo com as observações sobre as normas da ABNT, presentes em Serrano (2011) e Iskandar (2012), conforme menciona Lemos (2017).

Assim, os gêneros acadêmicos, como artigos científicos, monografias e relatos de caso, caracterizam-se por serem textos que dialogam com outros textos, primeiro porque o objeto a ser estudado não é desconhecido por todos (mesmo que haja originalidade na pesquisa); segundo, há necessidade de realizar uma contextualização teórica e histórica no campo pesquisado; por último, é necessária a utilização de uma boa base bibliográfica, a fim de reconhecer a autoridade científica e, portanto, atribuir autoridade ao próprio texto (SERRANO, 2011 apud LEMOS, 2017).

Considerando todos esses requisitos para o texto científico, fica evidenciado que esses gêneros carecem de uma orientação que visa cumprir a exigência sociocomunicativa de sua composição. No Brasil, como já mencionamos, a comunidade acadêmica e científica lança mão das normas estipuladas, sobretudo, pela ABNT e pelos manuais de metodologia científica. Esses recursos prestam o serviço de normatizar e padronizar os elementos composicionais do gênero científico-acadêmico, com a padronização do gênero ou da linguagem. Assim, em manuais como os fornecidos pela ABNT, há, ainda, a recomendação quanto ao estilo de linguagem, em que o texto deve se configurar em torno de uma linguagem mais formal, científica, em que o autor deva primar pela impessoalidade, conforme se espera de trabalhos de natureza acadêmica. Em vista disso, a ABNT recomenda que a construção composicional do gênero científico-acadêmico, aí incluído o gênero TCC, especialmente na modalidade monografia, deve organizar-se de forma a obedecer às exigências da situação comunicativa de um texto científico. Vejamos, na Figura 2, adiante, como se configura a estrutura do trabalho acadêmico de gênero monográfico, conforme as normas da ABNT, expostas no manual de produção de trabalhos acadêmicos elaborado por Michielini (2016):

Figura 2 - Estrutura do trabalho acadêmico



Fonte:

Michielini (2016, p. 41).

Isso posto, não poderíamos deixar de abordar o aspecto dialógico das normas do texto científico, condição para que esse aprendiz ingresse na comunidade discursiva acadêmica. Muito embora os aspectos linguísticos e estruturais sejam pertinentes na elaboração desses gêneros, é necessário atentar-se para as questões de discurso, práticas discursivas e comunidade discursiva; é necessário, portanto, que o texto seja visto não como um mero código e passe a se considerar, também, as formas de interação, conforme a ressalva de Simões (2002). Desse modo, podemos considerar que, na apropriação da forma do texto científico, os discentes de ensino superior precisam ter um entendimento satisfatório acerca do que vem a ser discurso científico ou acadêmico. Diante disso, consideramos pertinente a compreensão da perspectiva de discurso como prática social, visto que tal entendimento considera que a linguagem constitui-

se como parte da sociedade, sendo um processo social e, portanto, um processo socialmente condicionado (e não meramente linguístico).

Exposto sobre o gênero na esfera acadêmica, cumpre-nos esclarecer acerca da noção de gêneros que circulam nessa esfera. Podemos considerar, conforme a teoria dialógica bakhtiniana, que gêneros são diferentes formas que um texto pode assumir, a depender das esferas de atividades humanas que demandaram sua criação. Diante disso, qualquer proposta de letramento, inclusive na esfera acadêmica, precisa se ater não apenas às formalidades dos funcionamentos dos textos, mas, também, à realidade social dos textos que estão em uso, uma vez que ele é criado para atender a uma determinada demanda social. Por isso, as diferenças entre os textos estão relacionadas às suas funções sociais específicas, como sintetiza Figueiredo e Bonini (2006). Nessa perspectiva, padronização textual e padronização social se combinam na forma de gêneros.

Em resumo, a escrita acadêmica é a construção teórica dos gêneros através da sustentação de sujeitos em seu meio, atualizando conhecimentos aceitos e compartilhados. Portanto, os gêneros de contexto acadêmico possuem caráter científico, pautando-se no já dito.

Depois dessas discussões neste capítulo, veremos, no capítulo 3, a seguir, especificamente sobre o gênero acadêmico TCC, considerando as estruturas prototípicas das sequências textuais que podem compor sua construção. Justificamos a abordagem sobre as sequências textuais tendo em vista que a escrita do gênero TCC requer um caráter argumentativo e expositivo, diante da cientificidade das produções da esfera acadêmica, cuja produção escrita ocorre num processo de apropriação, contestação e reflexão de saberes já produzidos.

3 AS ESPECIFICIDADES DO GÊNERO TCC E AS SEQUÊNCIAS TEXTUAIS

Neste capítulo, discorreremos sobre o gênero TCC, especificando as diferentes configurações que podem ser requeridas nos cursos de ensino superior em relação a ele. Na sequência, abordaremos sobre as características dos gêneros monografia e relato de caso, visto serem esses os gêneros acadêmico-científicos por nós coletados para nossas análises. Posteriormente, traremos a noção de sequência textual, conforme a teoria desenvolvida pelo linguista francês Jean-Michel Adam (1990, 1992, 1999, 2004, 2008, 2009a, 2009b). Para tanto, partiremos das reflexões sobre a teoria desse autor com base em Bonini (2005) e Ribeiro (2012), quando descrevem as categorias das sequências textuais propostas pelo francês. Nosso interesse em apresentar as sequências à luz de Adam se justifica diante do nosso objetivo de analisar em que medida os textos-alvo dessa investigação cumprem a função comunicativa deles esperada, adequando-se (ou não) ao teor argumentativo e/ou expositivo necessários para compor o gênero científico, e em que medida o escrevente consegue posicionar-se criticamente diante das teorias e ideias por eles tratadas, na observância tanto do cumprimento das sequências esperadas para compor o gênero, quanto da realização de visadas argumentativas, fazendo uso de recursos referenciais adequados. Por fim, baseando-nos em Adam (2010), exporemos os pressupostos metodológicos conforme a Análise Textual dos Discursos (ATD) que nortearão nossas análises acerca das sequências textuais.

3.1 O conceito do gênero TCC

A sigla TCC é a abreviação de Trabalho de Conclusão de Curso, e é definida, segundo a NBR 14724/2005, como um documento que representa o resultado de um estudo, em que o assunto escolhido deve expressar conhecimento oriundo de disciplina, módulo, curso, programa ou outros conhecimentos ministrados. No contexto acadêmico, é recomendado que esse gênero seja construído sob a coordenação de um orientador. Desse modo, a cobrança desse gênero é requerida a estudantes de ensino superior, no término de seus cursos de graduação ou de pós-graduação. Em síntese, na esfera acadêmica, a cobrança do trabalho de conclusão é requerida para que o estudante atualize conhecimentos adquiridos durante seu curso, sendo requisito para que o discente alcance o título de graduado ou de pós-graduado. Portanto, seu caráter é obrigatório e avaliativo, e sua apresentação é usada como requisito para encerramento de curso superior.

O Trabalho de Conclusão de Curso também pode nomear disciplinas de cursos universitários. Desse modo, o TCC tanto pode ser considerado gênero como disciplina presente na grade curricular de cursos universitários. Ademais, disciplinas que orientam alunos de ensino superior a realizar seu trabalho de conclusão podem assumir outros nomes, como TGI, significando Trabalho de Graduação Individual (o que, nesse caso, é disciplina ofertada especificamente para alunos de graduação). Notamos que as nomenclaturas sobre as disciplinas de orientação do trabalho final de curso podem variar de acordo com a instituição de ensino. Apresentamos essa ressalva, a fim de dizer que adotamos o termo TCC não como disciplina de orientação de trabalho final de curso, mas na condição de gênero, do qual podem emanar outros gêneros, a depender do objetivo da pesquisa desenvolvida. Chamamos a atenção de que os gêneros acadêmicos têm despertado interesse de pesquisadores, sobretudo a partir dos estudos de Swales (1990), um dos principais representantes da teoria de gêneros para finalidades específicas, de acordo com Souza e Silva (2017). Swales (1990), discutido por Souza e Silva (2017), também apresentou a teorização para análise de gêneros em situação de pesquisa e ensino, com desenvolvimento de uma metodologia para investigação desses gêneros.

Desse modo, voltando nosso olhar para os gêneros em situação de pesquisa, houve o interesse em investigar o TCC, o qual pode se configurar sob a forma dos gêneros monografia, artigo científico, relato de caso e relatório de estágio, para cursos de graduação e, também, pode ser nomeado de dissertação ou tese, para cursos de pós-graduação *strictu sensu* de mestrado e doutorado, respectivamente. Portanto, a escolha do gênero irá depender do curso e da instituição de ensino.

Diante de nosso objetivo de discutir sobre o gênero TCC como trabalho de conclusão de graduação, abordaremos, brevemente, sobre dois gêneros solicitados para a conclusão de curso que selecionamos para análise: a monografia e o relato de caso, nas duas subseções a seguir.

3.1.1 O gênero Monografia

O gênero monografia é um trabalho científico que versa sobre uma temática particular. Esse documento deve detalhar os resultados completos sobre uma pesquisa, instanciando a discussão de um único tema e delimitando o campo para recorte de uma determinada realidade global. Em nosso *corpus* separado para análise, dois textos são do gênero monografia: um é de um concluinte do curso bacharelado em Comunicação Social (área de Ciências Humanas), e outro de um concluinte do curso de licenciatura em Matemática (área de Ciências Exatas).

De acordo com Souza e Silva (2017), a monografia, como o próprio nome indica, é um trabalho individual, cujo formato deve obedecer ao gênero científico, sendo claro e estruturalmente lógico, ao apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida. Esse gênero se pauta em uma ação social que atenda à cultura acadêmica, com vistas à conclusão de um curso de nível superior de graduação ou de pós-graduação *latu sensu*.

Antes de continuar explanando sobre o gênero monografia, apresentaremos uma discussão acerca de uma crença pertinente sobre a visão que comumente circula entre os escreventes de TCC: a crença de que escrever uma monografia é difícil, diante da cientificidade do trabalho. Essa visão, segundo Souza e Silva (2017), é reforçada em manuais de metodologia científica, cujo conteúdo defende que é preciso ao graduando adequar-se a uma linguagem objetiva, com regras estabelecidas. Entretanto, mesmo atendendo a essas regras, a pouca proficiência ou falta de autonomia na escrita desse gênero denuncia que sua apropriação foi insuficiente, uma vez que, para além do cumprimento de um requisito, a produção do gênero monográfico costuma causar angústia nos discentes. Diante disso, chamamos a atenção de que esse gênero deve ser considerado não apenas em sua ação textual, mas, também, social e discursiva. Assim, tentaremos abordar essas três ações do gênero nos TCCs por nós investigado.

A produção da monografia ocorre seguindo uma hierarquia de saberes partilhados, pois a construção desse gênero acontece depois do percurso de todo o curso; não é tarefa para ingressantes, como fundamentam Souza e Silva (2017) sobre os sujeitos produtores desse trabalho:

Os seus sujeitos produtores de monografia poderiam ser considerados como membros experientes em suas comunidades acadêmicas de pertença, haja vista que, para a produção deste gênero, passaram por etapas anteriores de desenvolvimento da escrita acadêmica, em que adentram na academia, tentam se inserir e ser reconhecidos no meio, passam a pertencer a este contexto, até o momento em que seu trabalho de conclusão de curso revela todo o percurso de aprendizagem. Entretanto, mesmo que concluintes em seus cursos de graduação, são iniciantes no *fazer-científico*. Por conseguinte, por representatividade, o sujeito se sente membro na monografia de especialização; é membro iniciante na dissertação de mestrado; é membro intermediário na tese de doutorado e é membro experiente quando é considerado pesquisador pelo CNPq (SOUZA; SILVA, 2017, p. 142, grifo das autoras).

Diante dessa visão, buscamos compreender a organização das monografias e suas implicações para os sujeitos escreventes, visto que esse trabalho resulta da fase de iniciação do fazer científico, cuja linguagem, também, é constituída de conhecimento científico, pois se estabelece em incompletudes teórico-empíricas que poderão ser questionadas ou reformuladas por outros pesquisadores, pela dinâmica própria da pesquisa científica, e tal questionamento esbarra em práticas sociais do campo científico. Desse modo, de acordo com Bechelard (1996),

citado por Souza e Silva (2017), essa cultura científica deve se pautar em um conhecimento aberto e dinâmico, cuja característica de cientificidade deve ser mediada pela existência de um problema do qual parte-se para a busca da resposta.

Para este trabalho, cuja linha por nós adotada é da teoria dialógica bakhtiniana, discutiremos, neste momento, também, a proposta de Swales (1990; 2004) sobre a definição de gêneros através de metáforas, uma vez que esse autor postula que as várias formas de compreender os gêneros devem ser aceitas justificando a adoção de procedimentos metafóricos para resgatar especificidades relevantes dos gêneros. Essa proposta de Swales (2004) aqui exposta tem como objetivo buscar entender o contexto sociorretórico que circunscreve os gêneros. Longe de querer nos distanciar da teoria bakhtiniana, queremos, antes, discutir propostas de trabalhos com gêneros que contemplem as demandas da esfera acadêmica. Corroboramos com a ideia de que as teorias podem dialogar entre si, desde que não sejam díspares, contraditórias, tendo em vista que o fazer científico não é estanque nem engessado; antes, é dinâmico e flexível.

A obra de Swales volta-se para as análises de gêneros textuais em contextos acadêmicos e profissionais, conforme sintetizam Hemaís e Biasi-Rodrigues (2005). O nome de Swales é frequentemente associado ao ensino e estudos do inglês para fins específicos. Para tanto, o autor desenvolveu pesquisas sobre conceitos na análise de gêneros textuais, abordando estudos sobre o gênero e sobre as práticas sociais que o subjazem. Em sua obra de 1990, Swales correlaciona diversos campos de estudo, como a linguística, a etnografia, a teoria do ensino e produção de texto e antropologia. Acerca dessa última perspectiva teórica, o autor percebe na obra do antropólogo Clifford Geertz uma categorização que pode auxiliar no esclarecimento entre áreas distintas do conhecimento. Para Swales (1990), o gênero textual é um tipo de evento comunicativo. Com base nesse entendimento, expõe as seguintes categorias dos gêneros: a) são uma classe de eventos comunicativos; b) esses eventos compartilham um propósito comunicativo; c) existe uma prototipicidade nos gêneros, uma vez que os gêneros mais típicos de uma categoria são os protótipos; d) razão ou lógica subjacente ao gênero; e) a comunidade discursiva, considerando o uso do próprio gênero. Diante dessas características, Swales (1990) formula seu conceito de gênero:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e constituem a razão do gênero. A razão subjacente dá o contorno da estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas do conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o escopo do

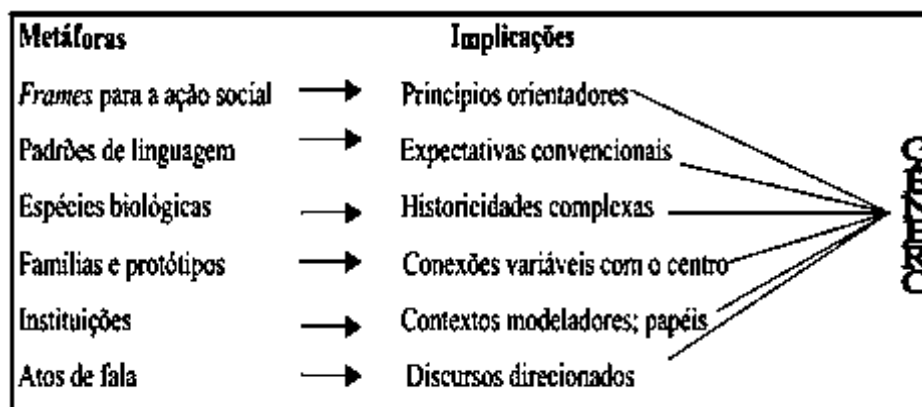
gênero se mantenha enfocado estreitamente em determinada ação retórica compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo. Se forem realizadas todas as expectativas em relação àquilo que é altamente provável para o gênero, o exemplar será visto pela comunidade discursiva original como um protótipo. Os gêneros têm nomes herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades. Esses nomes constituem uma comunicação etnográfica valiosa, porém normalmente precisam de validação adicional (SWALES, 1990, p. 58 apud HEMAIS; BIASI-RODRIGUES, 2005, p. 114-115).

Swales (1990), dessa forma, constrói um conhecimento teórico sobre gênero, aplicando uma análise que investiga a forma e o conteúdo do texto e as práticas da comunidade discursiva. Em um trabalho anterior, Swales (1984) expôs o que o autor chamou de modelo CARS, resultado de uma pesquisa com introduções de artigos de pesquisa de três áreas diferentes: física, educação e psicologia. Os resultados da referida pesquisa apontaram uma regularidade quanto aos movimentos retóricos de estabelecer os campos de pesquisa, sumarizar pesquisas prévias, preparar a pesquisa e introduzir a pesquisa, conforme nos descreve Hemaís e Biasi-Rodrigues (2005). No entanto, as autoras nos chamam a atenção de que os passos dos movimentos não são obrigatórios e que nem todas as introduções irão apresentar essa organização retórica. A aplicabilidade de tal modelo, entretanto, pode auxiliar o pesquisador na descrição de estratégias usadas por determinada comunidade discursiva na organização retórica de um gênero. Para nosso propósito investigativo, essa abordagem nos pareceu promissora na investigação das introduções dos três TCCs em análise, levando em consideração tanto a estrutura composicional da seção quanto as convenções geradas em seu contexto de produção na comunidade acadêmico-científica.

Ainda nos detendo nas contribuições do modelo de Swales (1984), conforme discutido por Hemaís e Biasi-Rodrigues (2005), evidenciamos que a padronização dos movimentos propostos no modelo CARS não exclui a flexibilidade na distribuição das informações na composição dos gêneros. Ademais, relembramos a ressalva acerca das categorias discursivas, feita posteriormente à criação do modelo CARS. Assim, considerando os estudos de Askehave e Swales (2001), situamos seus questionamentos sobre a pouca importância atribuída às categorias discursivas dos gêneros, visto serem eventos sociais e comunicativos. Os autores questionam o fato de se atribuir o propósito comunicativo geral como a principal característica do gênero monográfico, desconsiderando que podem haver propósitos diferentes, específicos, em um mesmo gênero.

Na Figura 3, a seguir, as autoras Souza e Silva (2017) fazem uma síntese das concepções metafóricas sobre os gêneros propostas por Swales (2004):

Figura 3 - Metáforas sobre gêneros



Fonte: Swales (2004, p. 68 apud SOUZA; SILVA, 2017, p. 140).

Conforme a figura 3, acima, as concepções metafóricas são concebidas por Swales (2004) como: I) ação social, na orientação de ações retóricas efetivas; II) padrões de linguagem tanto social quanto retoricamente partilhados; III) espécies biológicas, por seguirem mudanças funcionais na linha do tempo (presente, passado e futuro); IV) as famílias de protótipos; V) as instituições, tendo em vista os processos de produção e recepção típicos; e VI) os atos de fala, por meio de discursos direcionados.

A partir dessa classificação, Swales (2004) trabalha a noção de prototipicidade como consequência do entendimento de que os protótipos dos gêneros são capazes de influenciar e restringir a escolha do conteúdo e do estilo desse gênero através do contexto em que está inscrito. Em vista disso, reconhecer os protótipos, defende o linguista, é um importante procedimento a ser seguido pelo analista do texto, pois tal procedimento parte do contexto para o texto, projetando a organização dos gêneros em movimentos retóricos que, por conseguinte, permitem a observância de aspectos textuais e linguísticos, como nos chama a atenção Souza e Silva (2017).

A partir da definição de gêneros através de metáforas, Swales (2004) fundamenta que as várias formas de compreendê-los merecem ser aceitas, pois os procedimentos metafóricos permitem considerar as especificidades que circunscrevem o contexto de produção e recepção dos gêneros. Em vista desse caráter mais flexível, também considera que o gênero pode ter mais de um propósito, no entanto, o linguista recomenda ao analista do texto iniciar pelo propósito oficial da proposta comunicativa do gênero e, na sequência, repensar tal propósito, na medida em que estuda o contexto e o entendimento sobre esse gênero.

Isso posto, passemos a observar as estruturas esquemáticas prototípicas do gênero monografia. Tais estruturas esquemáticas são aqui relatadas no sentido de descrever os

propósitos específicos evidenciados no gênero. Desse modo, exporemos os elementos estruturais tradicionalmente relatados em manuais de metodologia científica, na coluna esquerda do Quadro 1, e a estrutura, conforme os propósitos comunicativos, à direita do mesmo quadro:

Quadro 1 - Visão geral da organização retórica de monografias

Elementos estruturais	Propósitos comunicativos
Elementos pré-estruturais Capa (obrigatório), lombada (opcional), folha de rosto (obrigatório), errata (opcional), folha de aprovação (obrigatório), dedicatória(s) (opcional), agradecimento(s) (opcional), resumo (na língua vernácula (obrigatório), resumo na língua estrangeira (obrigatório), lista de ilustrações (opcional), lista de tabelas (opcional), lista de abreviaturas (opcional), lista de símbolos (opcional) e sumário (obrigatório).	SITUAR A PESQUISA INTRODUZIR A PESQUISA FUNDAMENTAR TEORICAMENTE RELATAR METODOLOGIA
Elementos textuais Introdução, desenvolvimento e conclusão.	ANALISAR DADOS CONCLUIR A PESQUISA
Elementos pós-textuais Referências (obrigatório), glossário (opcional), apêndice(s) (opcional) e índice(s) (opcional).	CREDENCIAR O TRABALHO

Fonte: Souza e Silva (2017, p. 147 apud SOUZA, 2014).

Os elementos composicionais do gênero monografia são normatizados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelos manuais de metodologia científica, conforme apresentado na coluna esquerda do quadro 1, anterior. Essa normatização é constantemente consultada pelos graduandos no momento da elaboração de seus textos. Apresentamos aqui uma ressalva de Souza e Silva (2017), ou seja, a monografia atende a propósitos comunicativos que desempenham funções escritas específicas para a organização esquemática do gênero; logo, sua estruturação não necessariamente deve atender a seções fixas, conforme orientam os manuais. Assim, as autoras justificam que é pertinente analisar as monografias pelos propósitos a que servem, quais sejam: “situar, introduzir, fundamentar teoricamente, relatar metodologia, concluir e acrescentar (d)a pesquisa/o trabalho” (SOUZA; SILVA, 2017, p. 148), como descrito na coluna direita do quadro 1.

Consideramos pertinente tal proposta de trabalho com os gêneros, uma vez que considera, para além de estruturas fixas, seus propósitos comunicativos. Assim, tomando por base a abordagem sociorretórica de Swales (2014), entendemos que a organização esquemática do gênero é caracterizada pelas construções e ações textuais diversas dos propósitos comunicativos desse gênero. Diante dessa proposta, exemplificamos um recorte do *propósito de introduzir a pesquisa* ilustrado pelas autoras, para demonstrar a esquematização das introduções acadêmicas por movimentos retóricos, no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Esquematização dos movimentos retóricos

Propósito comunicativo: Introduzir a Pesquisa	Movimentos retóricos
A relevância da temática aqui enfocada é justificada pela constatação de que, apesar do evento em análise ser efetuado em vários momentos de escolaridade – ensino fundamental, médio e superior – registrado e orientado em livros didáticos (Projeto Araribá – português) e de metodologia de ensino (Vieira, 2007; Silva, 2007; Meira e Silva, 2010); pouca literatura é disponibilizada acerca de possibilidades de estudo dessa prática, e as propostas que se apresentam parecem não avançar ou garantir meios suficientes para que o mesmo seja realizado de maneira conscientemente satisfatória. Além disso, por enquadrar-se no âmbito da exposição oral, o seminário caracteriza-se como um instrumento importante para apropriação da situação de sala de aula, uma vez que os seminaristas, alunos de letras em formação inicial, têm a possibilidade de desenvolver estratégias, etapas e desenvolturas específicas da atuação oral em sala de aula.	<i>Justificação da pesquisa</i>
Assim sendo, o presente trabalho desenvolve-se com base nas propostas de trabalho com oralidade formal (Schneuwly e Dolz, 2004), nas contribuições e concepções acerca de seminário (Bezerra, 2003; Vieira, 2007; e Silva, 2007), de unidades retóricas (Matencio, 2001; Bezerra, 2001; Antonio, 2002) e de mobilização de conhecimento (Halté, 2008; Petitjean, 2008; Rafael 2007; Xavier, 2009).	<i>Delineamento teórico da pesquisa</i>
A presente monografia se divide em cinco partes, sendo a primeira esta introdução, três capítulos seguintes e as considerações finais. No primeiro capítulo, trataremos uma revisão bibliográfica acerca das teorias que fundamentam nossa pesquisa. [...] No Capítulo dois, “Pressupostos metodológicos”, procuraremos apresentar a metodologia utilizada para coleta e sistematização dos dados de análise. [...]	<i>Apresentação da estrutura organizacional da monografia</i>

O capítulo três - “Análise de dados” – corresponde à apreciação das fases de abertura e fechamento, identificando, no item “Identificação das Unidades Retóricas”, e analisando semelhanças e diferenças nos subtópicos, “As estratégias na fase de abertura” e “As estratégias na fase de fechamento”, Para finalizar, nas “Considerações Finais” apresentamos as conclusões obtidas [...]. ML-1 (pp. 8-12).	
---	--

Fonte: Adaptado de Souza e Silva (2017, p. 140-150).

Os elementos presentes na coluna “movimentos retóricos”, do quadro 2, exemplificam características essenciais que servem para a construção das introduções de monografias, com apresentação de questões, os objetivos da pesquisa, o objeto investigado e sua justificativa, conforme relato das autoras. Dessa forma, defendemos, juntamente com Souza e Silva (2017), que a consciência de tais elementos favorece a ação dos sujeitos pesquisadores no propósito de introduzir a pesquisa.

Ao nos atentarmos para a investigação do gênero monografia, buscamos compreender a cientificidade esperada na esfera acadêmica, por se estabelecer através do movimento de construção e reconstrução de conhecimentos validados, em contínua apropriação, reflexão e contestação de saberes produzidos, conforme discutem Souza e Silva (2017). Como já mencionamos, a escassez de métodos científicos eficientes agregada à pouca habilidade de desenvolver pesquisa são fatores que limitam ou dificultam a produção desse gênero pelos sujeitos formandos. Passemos, no próximo subitem, às especificidades do gênero relato de caso.

3.1.2 O gênero Relato de caso

O gênero relato de caso, na presente pesquisa, foi realizado pelo informante da área de Ciências Biológicas. A solicitação desse gênero é bastante comum em cursos que buscam relatar uma experiência ou uma ocorrência inédita em seu campo de formação, como em cursos de graduação em Medicina, cuja solicitação do gênero se justifica diante da necessidade de discutir sobre patologias e sintomas ainda não descritos ou carentes de maiores esclarecimentos.

Diante desse contexto, apresentamos as principais características desse gênero: o relato de caso é considerado um gênero científico, cujo objetivo comunicativo específico é fornecer subsídios fundamentais acerca de sujeitos específicos, comumente pacientes. Dessa forma, na proposta de que esses sujeitos sejam melhor tratados, em determinadas situações, o gênero relato de caso costuma atender à demanda comunicativa da área de saúde, conforme esclarece Yoshida (2007). A comunicação de um relato de caso tem sua pertinência devido à raridade de

uma determinada patologia diagnosticada, quando o tratamento é pioneiro ou mesmo quando há alguma inovação ou um resultado inusitado.

Yoshida (2010) explicita uma observação sobre as condições para que o relato de caso cumpra seu papel comunicativo: a presença de conteúdo e sequência adequados. Sua estrutura básica, segundo o autor, contém título, resumo, introdução (seção em que devem ser descritos os objetivos), descrição do caso, técnica ou situação, revisão de literatura com discussão, conclusão e referências. É um texto conciso, sendo recomendadas de 1.500 a 2.500 palavras. Em nosso *corpus*, o relato de caso que coletamos ultrapassou um pouco o número médio, apresentando 2.697 palavras, sem considerar capas, referências e anexos. Incluindo esses três elementos, o trabalho chega a 4.047 palavras.

Como todo trabalho acadêmico-científico, o estilo desse gênero segue as recomendações da produção científica em relação à clareza e coerência da linguagem. Em resumo, o autor descreve como deve ser a estrutura do relato de caso, em termos de sequência das seções e pertinência da ordenação dos assuntos.

Os autores Kienle e Kiene (2009) assim sintetizam as características do relato de caso:

Médicos e terapeutas fazem importantes observações sobre doenças e tratamentos que eles gostariam de comunicar à comunidade médica, discutir com colegas ou expor com a finalidade de ensino. Para tal exposição são apropriados em primeira linha os relatos de caso e as séries de casos. Tal como para o estudo clínico, para a descrição de caso único a qualidade da exposição também é decisiva. Os relatos de caso devem ser sempre produzidos de maneira individualizada, pois se concentram primariamente sobre algum ponto central que é exclusivo; mas existem pontos de vista sobre a qualidade que deviam ser considerados em todos os relatos de caso: elaboração estruturada da exposição; integridade em relação às informações clínicas mais importantes (com respeito a diagnóstico, história pregressa, achados clínicos, tratamento, evolução ulterior dos parâmetros mais importantes durante e depois do tratamento, tratamentos adicionais etc.); exposição completa e reproduzível dos próprios fundamentos do julgamento; discussão crítica da observação feita; consideração e ligação do estado geral do conhecimento médico em relação à doença discutida e seu tratamento; princípios estilísticos e éticos da exposição. Estas recomendações podem ser de ajuda na produção de informes de caso de tal maneira que observações da prática clínica podem se tornar contribuições interessantes e reproduzíveis para o conhecimento médico geral (KIENLE; KIENE, 2009, p. 34).

Percebemos que o relato de caso é um gênero que apresenta pontos em comum com o artigo científico, embora seja mais sucinto. As principais diferenças entre esses gêneros referem-se aos propósitos comunicativos e ao teor da pesquisa. Enquanto o artigo científico pode atender as diversas áreas do conhecimento e pode ser tanto de conhecimento científico-empírico (pesquisa experimental), quanto de revisão bibliográfica (relatando uma pesquisa), o relato de caso é a apresentação de uma pesquisa empírica que se destina, sobretudo, à publicação em

revistas médicas. Em cursos da área de Ciências Biológicas, é comum a solicitação desse gênero como trabalho final de curso de graduação.

Realizada a discussão a respeito dos gêneros monografia e relato de caso como trabalhos de conclusão de cursos de natureza acadêmica, passemos a considerações acerca das sequências textuais, uma vez que, tomando por base os pressupostos de Adam (2008 apud ADAM, 2010) sobre sequências textuais, reconhecemos sua relevância no trabalho com gêneros, pois elas são consideradas protótipos e formas, podendo se adaptar tanto ao conteúdo da interação quanto do gênero, sendo recursos cognitivos relevantes para a produção e para a compreensão de texto; logo, a exposição de tal pressuposto nos auxiliará em nossas análises acerca do teor argumentativo esperado para o gênero TCC. Seguimos, então, para a discussão do conceito de sequências textuais, na próxima subseção.

3.2 Discutindo o conceito de Sequências Textuais

Nesta seção, apresentamos o delineamento de sequência textual de Jean-Michel Adam (1990, 1992, 1999, 2004, 2009a, 2009b), discutido por Bonini (2005) e Ribeiro (2012), além de esclarecimentos acerca da escolha do procedimento metodológico para análises textuais e discursivas, postulado por Adam (2010). Para Adam (1992), o campo da Linguística Textual, doravante LT, é responsável pelo modo de caracterização e constituição dos mecanismos da textualização. Dessa forma, a sequência textual é vista como um desses mecanismos, sendo entendida como “um conjunto de proposições psicológicas que se estabilizam como recurso composicional de vários gêneros” (BONINI, 2005, p. 208).

De acordo com Adam (1992), a LT deveria deixar a concepção de tipologia de textos e centrar-se no nível da sequência, uma vez que todo texto é uma unidade composta de n sequências, conforme esclarece Ribeiro (2012). Diante disso, o autor critica a concepção de ‘tipologia textual’, pelo fato de ela conceber unicamente estruturas homogêneas, enquanto a construção de um texto ocorre por uma variedade de sequências intercaladas.

Adam (1992) se dispôs a estudar o que ele considerou as formas mais estáveis das sequências textuais. Desse modo, as sequências são consideradas protótipos e formas adaptáveis tanto ao conteúdo da interação quanto do gênero, o que deu origem ao que o autor denominou pragmática textual.

Fazemos a ressalva de que Adam, a princípio, não considerou o gênero objeto da linguística textual; ele só veio a reconhecer tal premissa a partir de 1992, em obras posteriores, em que considerou os gêneros componentes da interação social, uma vez que as sequências

textuais seriam definidas como esquemas que interagem dentro de um gênero. Assim, as sequências representam organizações linguístico-formais, realizadas em gêneros, de ordem discursivo-genética, logo, em uma configuração pragmática, conforme nos atualiza Bonini (2005).

As sequências textuais, portanto, são compreendidas como recursos cognitivos, considerados indispensáveis para a produção e para a compreensão de texto. Bonini (2005) assim descreve como Adam (2009) definiu sequência:

- uma rede relacional hierárquica: grandeza decomponível em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem;
- uma realidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna que lhe é própria e, portanto, em relação de dependência/independência com o conjunto mais vasto do qual faz parte (ADAM, 2009 apud BONINI, 2005, p. 217).

Em 2004, com base nas contribuições de Bakhtin e do seu Círculo, Adam apresenta três hipóteses em que fundamentou o estudo sobre gêneros:

- 1ª - Os gêneros são de uma diversidade infinita e podem se multiplicar infinitamente. Segundo o autor, os gêneros constituem (ADAM, 2004, p. 88): “formas comunicativas historicamente construídas por diversas formações sociais, em função de seus interesses e de seus objetivos próprios”. Por conta dessas diversas formações sociais, a diversidade e a multiplicidade se efetivariam.
- 2ª - O caráter normatizado do gênero, sem impedir a variação, não só possibilita a interação verbal, mas lhe é indispensável. De acordo com Adam, os gêneros são definidos por dois princípios complementares e contraditórios (ADAM, 2004, p. 90-1):
 - *um princípio centrípeto de identidade, voltado para o passado, para a repetição, para a reprodução e governado por regras (núcleo normativo);*
 - *um princípio centrífugo de diferença, voltado para o futuro e para inovação, mudando as regras (variação).*
- 3ª - Os gêneros influenciam potencialmente todos os níveis de textualização (ADAM, 2004 apud RIBEIRO, 2012, p. 28-29, grifos da autora).

Adam (2004) explica que as sequências textuais por ele propostas seriam uma reação à excessiva generalidade das tipologias de texto. Em sua fundamentação sobre sequência, o autor a considera relativamente mais estável do que os gêneros, heterogêneos e em demasiado número. Desse modo, o teórico apresenta cinco tipos de sequências: narrativa, descritiva, explicativa, argumentativa e dialogal. Vejamos, na Figura 4, a ilustração das sequências em Adam (2004 apud RIBEIRO, 2012, p. 31):

Figura 4 - Sequências que permeiam os gêneros textuais segundo Adam



Fonte: Ribeiro (2012, p. 31).

Evidenciamos que Adam (2004) concebe os gêneros como componentes da interação social e as sequências como esquemas que interagem em um gênero, como nos chama a atenção Ribeiro (2012). Assim, Adam elenca que essas cinco sequências textuais seriam as sequências de base, que correspondem aos cinco tipos de “relações macro-semânticas pré-formatadas, memorizadas por impregnação (leitura e audição) e transformadas em esquemas de reconhecimento e estruturação da informação textual” (ADAM, 2009c apud RIBEIRO, 2012, p. 34).

A princípio, as sequências injuntiva e poética também foram incorporadas na categorização de Adam; no entanto, logo ele as abandona, sob a justificativa de que a sequência injuntiva poderia ser parte da sequência descritiva, devido ao seu caráter descritivo, e que a sequência poética se distanciaria da estrutura hierárquica organizada por proposições.

Abordaremos, a seguir, cada uma das sequências textuais concebidas por Adam (2008 apud ADAM, 2010), pois essa exposição embasará as análises dos gêneros por nós selecionados para investigação.

3.2.1 A Sequência narrativa

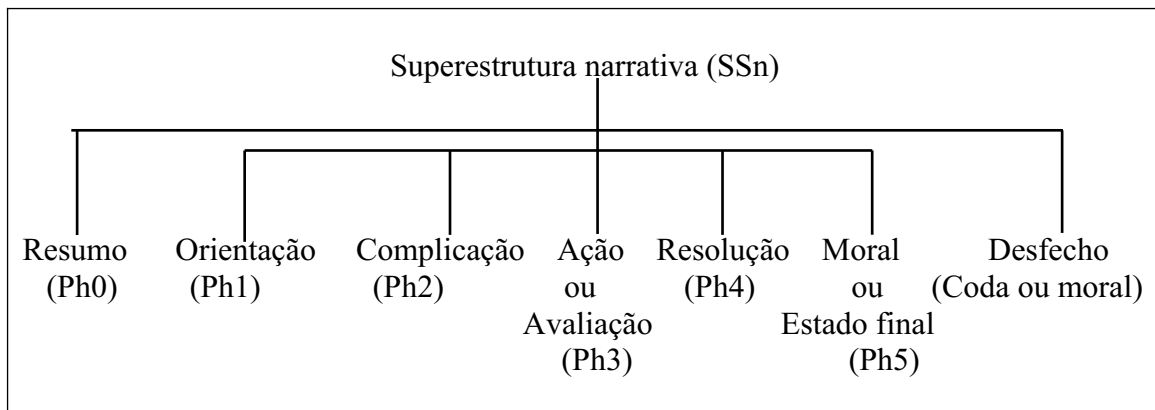
Para Adam (2008 apud ADAM, 2010), essa sequência foi a mais estudada, considerando a tradição de estudos retóricos, poéticos e semióticos. A partir disso, o teórico elabora seis características próprias das sequências narrativas, enumeradas por Ribeiro (2012):

1. A sucessão de eventos – a narrativa consiste na delimitação de um evento inserido em uma cadeia de eventos alinhados em ordem temporal.
2. A unidade temática – a ação narrada necessita ter um caráter de unidade, deve privilegiar um sujeito agente.
3. Os predicados transformados – o desenrolar de um fato implica a transformação das características do personagem.
4. O processo – a narrativa deve ter início, meio e um fim. A estruturação básica da sequência narrativa parte da ideia de processo, para que haja o fato é necessário que ocorra uma transformação.

5. A intriga – a narrativa traz um conjunto de causas, de modo a dar sustentação aos fatos narrados.
6. A moral – algumas narrativas comportam uma reflexão sobre o fato narrado, que pode ser o principal objetivo de se narrar uma história. Como não é parte essencial à sequência narrativa, pode vir implícita (RIBEIRO, 2012, p. 35).

A partir dessas características, observemos o modelo prototípico da sequência narrativa à luz da teoria das sequências textuais de Adam, na Figura 5, a seguir:

Figura 5 - Prototípico da sequência narrativa

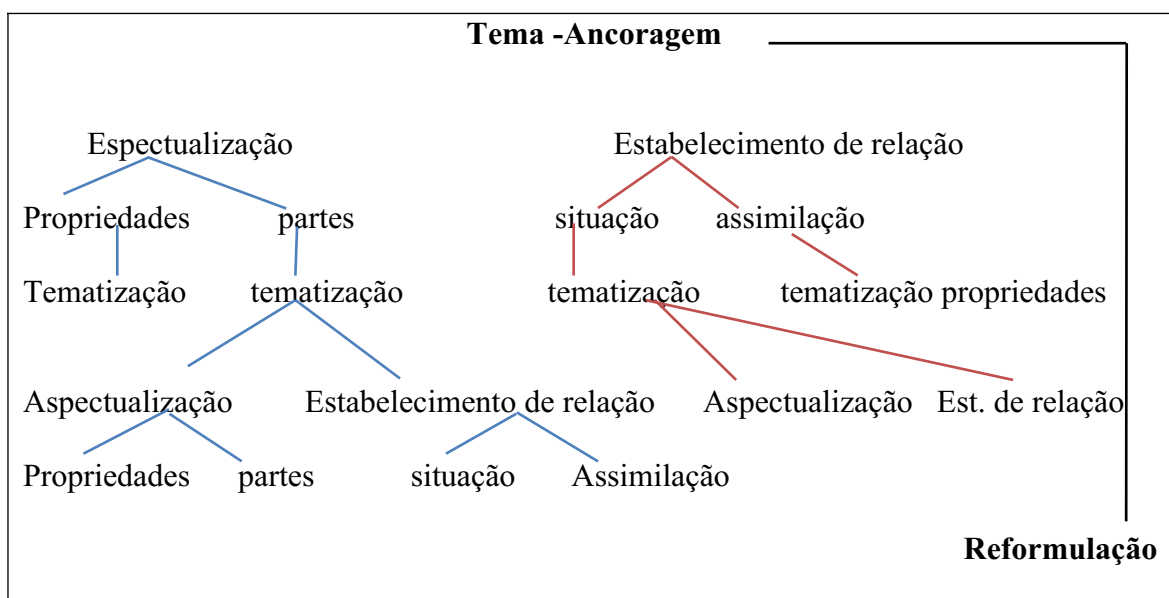


Fonte: Adam (2009a apud RIBEIRO, 2012, p. 36).

3.2.2 A Sequência descritiva

Para Adam, a sequência descritiva seria uma reinterpretação dos casos de exposição, pois o teórico não considera a existência de uma sequência expositiva. Assim a sequência descritiva tem como objetivo “fazer um levantamento de propriedades, qualidades, sobre seres que podem ser concretos ou abstratos” (RIBEIRO, 2012, p. 37). A pergunta mais pertinente para essa sequência, segundo Adam, é o *como fazer para...*?, pois a resposta descreverá os passos para atingir um objetivo. Observemos a Figura 6, que se segue, sobre a sequência descritiva, criado pelo autor:

Figura 6 - Sequência descritiva prototípica



Fonte: Adaptado de Adam (2008 apud RIBEIRO, 2012, p. 38).

Observamos, por meio da figura 6, que a sequência descritiva não obedece a uma ordem linear e apresenta-se de forma vertical e hierárquica. Nesse esquema, há três partes fundamentais para a sequência descritiva: i) a ancoragem, onde se encontra o tema-título; ii) uma dispersão de propriedades, centrada em dois processos básicos: 1) a espectualização (caracteriza o objeto fisicamente), a qual, por sua vez, divide-se em relato de propriedades do objeto (que seriam suas qualidades) e relato de partes do objeto (caracterizado como sinédoque); e 2) o estabelecimento de relação, que consiste em empregar características de uma parte para compor outra. A dispersão de propriedades divide-se, ainda, em dois subprocessos: a) situação do objeto (espaço ou tempo) e b) assimilação de características (mistura de características para a composição de um terceiro aspecto). Por fim, iii) a parte da reformulação, por meio da qual é possível ter uma nova visualização geral do tema.

3.2.3 A Sequência explicativa

Acerca dessa sequência, há questionamentos de teóricos sobre a categorização de Adam. Wachowicz (2010), mencionada por Ribeiro (2012), discute que a sequência explicativa estaria pressuposta nas sequências descritiva e narrativa. No entanto, Adam defende que as sequências também têm um caráter heterogêneo, pois os textos podem ser escritos de forma a apresentar mais de uma sequência. O que irá caracterizar sua tipificação será seu estatuto. Em outras palavras, em se tratando da sequência explicativa, a tipificação de seu estatuto será justificar um fato, na medida em que estabelece uma relação de causa e se apresenta desprovida da intenção de persuadir, pois tal persuasão é própria de sequências narrativas, descritivas e argumentativas.

De acordo com Adam (2004), a sequência explicativa atenta-se ao objetivo de responder às perguntas: *Por quê?* e *Como?* Dessa forma, a explicação objetiva expor claramente uma ideia, como descreve Ribeiro (2012).

Para o estudo da sequência explicativa, Adam parte da proposta de Grize (1997), apresentando um modelo já seguido por outros pesquisadores. Observemos o esquema, na Figura 7, adotado por Adam, apoiado na proposta de Grize (1997):

Figura 7 - Sequência explicativa prototípica

Esquema 27			
Sequência	Por que p?	P.explicativa 0	Esquematização inicial
Explicativa	Porque q	P.explicativa 1	Problema (questão)
		P.explicativa 2	Explicação (resposta)
		P.explicativa 3	Ratificação-avaliação

Fonte: Adam (2008 apud FOLLMANN, 2012, p. 100).

Nessa estrutura sequencial de base, “o primeiro operador [POR QUE] introduz a primeira macroproposição obrigatória P.expl.1, e o segundo operador [PORQUE] leva à segunda macroproposição obrigatória P.expl.2. Segue-se geralmente uma terceira macroproposição de ratificação P.expl.3” (FOLLMANN, 2012, p. 100). De acordo com Adam (2008 apud RIBEIRO, 2012), esse conjunto é antecedido de uma esquematização, cujo objetivo é apresentar o objeto problemático, correspondendo à macroproposição P.expl.0.

3.2.4 A Sequência argumentativa

Argumentar consiste na oposição de enunciados, sendo esses interligados por operadores argumentativos. A fim de delimitarmos nossa atenção para as sequências argumentativas, apresentamos o esclarecimento de Adam (2009b) sobre uma clara distinção entre orientação argumentativa e sequência argumentativa:

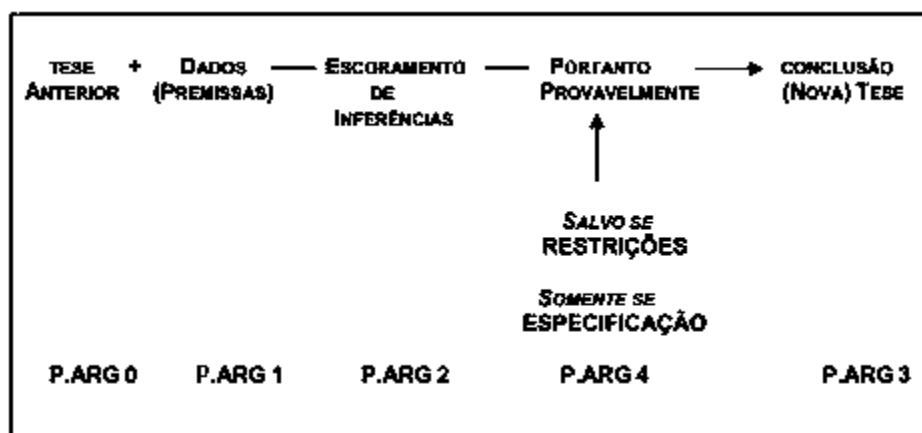
não se deve confundir o fato de que todos os textos comportam uma orientação argumentativa com o fato de que existe este tipo de colocação em sequência cujo grau zero é certamente representado pelo silogismo e pelo entimema (ADAM, 2009b apud RIBEIRO, 2012, p. 42).

Adam (2009c) chama a atenção de que a argumentação consiste em movimentos de demonstração de uma tese e refutação dessa mesma tese, conforme citação a seguir:

Um discurso argumentativo [...] se coloca sempre em relação a um contra discurso efetivo ou virtual. A argumentação é, por isso, indissociável da polêmica. Defender uma tese ou uma conclusão é sempre defendê-la contra outras teses ou conclusões, do mesmo modo que entrar em uma polêmica não implica somente um desacordo [...], mas, sobretudo, a posse de contra-argumentos. Esta propriedade que a argumentação tem de ser submissa à refutação me parece ser uma de suas características fundamentais e a distingue nitidamente da demonstração ou da dedução, que, no interior de um sistema dado, se apresentam como irrefutáveis (ADAM, 2009c apud RIBEIRO, 2012, p. 43).

Diante dessa proposta, Adam (2009c) assim expõe o esquema de sequência argumentativa prototípica, conforme a Figura 8, a seguir:

Figura 8 - Esquema simplificado de uma sequência argumentativa



Fonte: Adam (2009c apud RIBEIRO, 2012, p. 42).

De acordo com o teórico, a sequência argumentativa se dá a partir dos movimentos de demonstração e/ou justificativa de uma tese e da refutação de outras teses ou argumentos.

Assim, a partir dessas premissas, chega-se a uma conclusão ou afirmação, conforme explanação de Ribeiro (2012). Dito de outro modo, na sequência argumentativa, é apresentada uma posição favorável ou desfavorável em relação a uma tese inicial e a posição de quem enuncia é sustentada com base em argumentos ou provas.

De acordo com o esquema proposto por Adam (2009c), a tese anterior e as inferências não precisam, necessariamente, estar explícitas no texto: elas podem ser determinadas mediante o sentido do enunciado. Os elementos compostos pelos dados (ou afirmações) e a conclusão (que é a opinião do enunciador) podem compor uma nova sequência argumentativa.

Como já mencionado, as sequências não seguem padrões rígidos. Desse modo, a ordem estabelecida na sequência argumentativa pode sofrer variações, ocorrendo tanto de forma progressiva (D então C), quanto de forma regressiva (D porque C, em que se dá prioridade à explicação, para justificar a afirmação anterior), conforme explica Ribeiro (2012).

Ainda, resta-nos esclarecer sobre os níveis da sequência argumentativa apontados por Adam (2008):

a) o nível **justificativo** (soma das proposições argumentativas: P. arg1 + P. arg2 + P. arg3), a estratégia argumentativa é dominada pelos conhecimentos apresentados e o interlocutor tem pouca relevância [...] b) o nível **dialógico** ou **contra-argumentativo** (soma das proposições argumentativa P. arg0 + P. arg4), a estratégia argumentativa visa a uma transformação dos conhecimentos, a argumentação é negociada com um contra-argumentador real ou potencial, o que caracteriza o aspecto dialógico da sequência argumentativa (ADAM, 2008, p. 233-234 apud RIBEIRO, 2012, p. 44, grifo da autora).

Dessa forma, Adam (2008) nos fornece uma importante observação, pois, com a análise dos níveis argumentativos, é possível mensurar o grau de argumentatividade do escrevente. É sobre o segundo nível apontado pelo teórico, o contra-argumentativo, que observaremos o posicionamento argumentativo dos sujeitos desta pesquisa, ou a visada argumentativa, nos textos por nós separados para análise, uma vez que esse nível explicita o posicionamento argumentativo do escrevente.

3.2.5 A Sequência dialogal

A sequência dialogal é a única, das sequências aqui expostas, que comporta a presença explícita de mais de um interlocutor, podendo esses interlocutores serem personagens, em casos de gêneros de ficção. A característica dessa sequência é apresentar-se em segmentos de diálogos, estruturados em turnos de fala. Adam (2009b) considera essa sequência uma sucessão de trocas, as quais podem caracterizar dois tipos de sequências: as fáticas e as transacionais. As

fáticas têm a função de encerramento ou introdução de uma interlocução, já as transacionais são o corpo da interação. Para o autor, a sequência dialogal é autônoma e previsível.

Wachwicz (2010) assim representa o esquema da sequência dialogal de Adam, ilustrado na Figura 9, adiante:

Figura 9 - Sequência prototípica dialogal

Sequência fática de abertura	Sequências transacionais		Sequência fática de encerramento
	Sequências semanticamente encadeadas	Sequências pragmaticamente encadeadas	

Fonte: Wachwicz (2010, p. 89 apud RIBEIRO 2012, p. 47).

Assim, observamos, na figura 9, os dois tipos de sequências do esquema prototípico dialogal, a fática e a transacional. Reconhecemos, junto com Adam, o caráter autônomo e previsível dessa sequência, conforme exemplo desse modelo prototípico apresentado por Ribeiro (2012, p. 47), no exemplo 1, que segue:

Exemplo 1 – Sequência fática de abertura:

Olá, como vai?

Eu vou indo e você, tudo bem?

Sequências transacionais (semântica e pragmaticamente encadeadas)

Tudo bem eu vou indo correndo

Pegar meu lugar no futuro, e você ?

Tudo bem, eu vou indo em busca

De um sono tranquilo, quem sabe ...

Quanto tempo... pois é...

Quanto tempo...

Me perdoe a pressa

É a alma dos nossos negócios

Oh! Não tem de quê

Eu também só ando a cem

(...)

Sequência fática de encerramento:

O sinal...

Eu espero você

Vai abrir...

Por favor, não esqueça,

Adeus... (RIBEIRO, 2012, p. 47).

Para encerrar nossa exposição sobre as sequências textuais, à luz de Adam, o Quadro 3, com base em Wachowicz (2010), ilustra um resumo de cada uma das sequências prototípicas aqui demonstradas:

Sequências	Gêneros relacionados
Narrativa	Conto, novela, fábula, romance, narrativa de ficção científica, crônica literária, adivinha, piada.
Descritiva	Seminário, aula, conferência, verbete, nota, relatório científico, notícia de jornal, e os instrucionais: receitas, regulamento, regra de jogo, instrução de uso.
Explicativa	Artigo científico, notícia de jornal comentada, ensaio.
Dialogal	Debate, MSN, discussão, consulta médica, sessão de terapia.
Argumentativa	Artigo, coluna, carta ao leitor, discurso de defesa e acusação, resenha, editorial, ensaio, dissertação, tese, monografia.

Fonte: Adaptado de Wachowicz (2010 apud Ribeiro, 2012, p. 48).

Em suma, Adam, autor da teoria das sequências textuais, expostas acima, afirma que as sequências são, ao mesmo tempo, categorias cognitivas e produtos culturais da sociedade. O conceito de sequências textuais, em específico das sequências argumentativas e expositivas, será um dos nossos pontos de apoio para a análise dos gêneros por nós selecionados. Justificamos tal escolha diante do caráter científico do gênero, que apresenta um discurso que é pautado no já dito, e tal característica desses gêneros requer um caráter argumentativo e expositivo em sua elaboração.

Finalizada essa apresentação sobre as sequências textuais, à luz da teoria de Jean-Michel Adam, abordaremos, na subseção 3.2.6, a seguir, acerca do procedimento metodológico por nós adotado em nossas análises das sequências argumentativas investigadas nos TCCs. Para tanto, baseando-nos na Análise Textual do Discurso, desenvolvida por Adam (2009), uma vez que tomaremos por base os pressupostos teóricos desse linguista em nossas investigações acerca das sequências.

3.2.6 Procedimento metodológico conforme a Análise Textual do Discurso

Com base em nosso objetivo de observar a composição das sequências textuais conforme Jean-Michel Adam (2010), propomos, na presente pesquisa, adotarmos como procedimento metodológico acerca dessas sequências uma análise de construção de sentidos do texto com base na teoria da Análise Textual dos Discursos desenvolvida por Adam (1999,

2008b, 2008c) e complementada por outras perspectivas em Adam (2010). O autor focaliza três níveis textuais principais: o enunciativo, ou seja, diferentes vozes no texto, a estruturação sequencial-composicional e a representação discursiva. Para atender aos nossos objetivos analíticos, tomaremos como base os níveis da estruturação sequencial-composicional e representação discursiva em nossas análises acerca das sequências que compõem os TCCs investigados.

Para tanto, nos valem da perspectiva da Análise Textual dos Discursos, elaborada pelo francês Jean-Michel Adam (2008 apud ADAM, 2010). Antes, apresentamos a justificativa do linguista acerca dessa abordagem dentro do campo da linguística textual:

A Análise Textual dos Discursos [...] constitui uma abordagem teórica e descritiva do campo da linguística do texto que se situa 'na perspectiva de um posicionamento teórico e metodológico que, com o objetivo de pensar o texto e o discurso em novas categorias, situa decididamente linguística textual no quadro mais amplo da análise do discurso' (ADAM, 2008b, p. 24). Nesse sentido, ela postula 'ao mesmo tempo, uma separação e uma complementariedade das tarefas e dos objetos da linguística textual e da análise de discurso, [definindo] a linguística textual como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas' (ADAM, 2008b, p. 43). Assim, a linguística textual visa a teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto. [...] [ela] concerne tanto à descrição e à definição das diferentes unidades como às operações, em todos os níveis de complexidade, que são realizados pelos enunciados (ADAM, 2010, p. 151-152).

A Análise Textual dos Discursos (ATD) apresenta os seguintes níveis de análise, conforme Adam (2010):

- a) nível sequencial-composicional: os enunciados se organizam em períodos que comporão as sequências. Essas, conseqüentemente, se agrupam em conformidade com o plano de texto. Nesse nível, há a estruturação linear do texto, em que as sequências têm papel importante.
- b) nível enunciativo, que corresponde às vozes do texto, a polifonia.
- c) nível semântico, apoiado em noções conexas (anáforas, correferências etc.), remetendo ao conteúdo referencial do texto.
- d) nível argumentativo, tendo por base os atos do discurso que conduzem a orientação argumentativa do texto.

Podemos observar que o único nível de análise do texto, dos anteriormente relatados, que se refere apenas à estrutura linear é o sequencial-composicional. Os níveis enunciativo,

semântico e argumentativo se expressam tanto linearmente quanto em uma estrutura não linear do texto, conforme nos chama a atenção Adam (2010). Assim, o autor demonstra, através de suas análises, que “a responsabilidade enunciativa e a construção de uma dada representação discursiva apresentam características não lineares” (ADAM, 2010, p. 152-153). Diante de tal observação, traremos uma análise acerca das sequências textuais que considere a observação do aspecto linear do texto e, ao tratarmos dos níveis semântico e argumentativo, consideraremos uma análise não linear da constituição textual.

Vale ressaltar, com base nas análises de Adam (2010), que atender a uma análise linear das sequências textuais equivale a uma decisão metodológica ou prática, no entanto, não é constitutiva do texto, o que não impede que seja selecionado para análise apenas um tipo de sequência, em posições não contínuas, desconsiderando, assim, a linearidade. Nos respaldando nessa observação, propomo-nos a investigar as sequências argumentativas dos TCCs coletados, sem, necessariamente, estarmos atrelados à linearidade do texto. De qualquer forma, ressaltamos que é o ponto de vista do analista que define os níveis de análise textual, conforme nos chama a atenção Adam (2010).

Ainda nos detendo nas sequências argumentativas, chamamos a atenção para uma observação de Adam (2008) acerca do discurso que compõe as construções textuais:

As asserções narrativas, descritivas, argumentativas e explicativas, factuais ou ficcionais, antes constroem representações esquemáticas do mundo do que se ajustam a ele, e o estabelecimento de uma crença partilhada não é a finalidade última dessas asserções. Seu objetivo último é, como nas diretivas, uma finalidade de ação: fazer partilhar uma crença com a finalidade de introduzir um certo comportamento (sonhar, chorar, indignar-se, revoltar-se agir no mundo etc.) (ADAM 2008, p. 206 apud ADAM, 2010, p. 171).

Diante de tal constatação, percebemos que a análise do texto é reveladora de como o discurso, no nosso caso, o científico, articula as palavras de modo a conduzir uma recategorização do real, produzindo efeitos de contexto argumentativo.

Expostas tais considerações acerca da estruturação das sequências textuais e do gênero TCC, traremos, no próximo capítulo, considerações pertinentes à teoria que embasa nossa proposta de investigação, a Linguística Textual (LT). Além da LT, apresentaremos os pressupostos teóricos da referenciação, teoria que usaremos como uma das bases para uma análise que considera os aspectos de conexão, observando os níveis semântico e argumentativo da estruturação dos dados coletados.

4 A LINGUÍSTICA TEXTUAL E O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO

Iniciamos nossas discussões, neste quarto capítulo, lembrando as fases da Linguística Textual, a fim de observarmos em que contexto da teoria partiremos para as investigações sobre o processo de referenciação. Logo em seguida, discutiremos as bases teóricas que fundamentam a teoria da referenciação, bem como o percurso da adoção do referido termo no lugar de referência. No próximo subitem, elencaremos a perspectiva sociodiscursiva dos elementos referenciais, visto que adotaremos tal perspectiva em nossas análises. Seguiremos, no subitem seguinte, elencando as formas de introdução de referentes e, posteriormente, discutiremos as funções discursivo-cognitivas dos elementos referenciais. Com base em Apothéloz ([1995] 2016), elencaremos os tipos de anáforas, de acordo com a perspectiva sociodiscursiva da referenciação. Todos esses tópicos aqui expostos têm por objetivo fundamentar nossas análises, numa perspectiva argumentativa e discursiva, a respeito dos elementos referenciais no *corpus* selecionado para investigação. Por fim, discorreremos sobre os operadores argumentativos, baseando-nos em Koch (2010) e Koch e Elias (2016), visto serem elementos relevantes para auxílio da construção de sequências argumentativas.

4.1 As fases da Linguística Textual

Falar em Linguística Textual significa, sobretudo, abordar a mudança do entendimento acerca do que vem a ser texto. Dessa gradação, vemos que os estudos sobre referenciação ganharam notoriedade, principalmente devido à inserção de aspectos discursivos e cognitivos às abordagens que envolvem o objeto da LT, o texto. A seguir, elencaremos as fases da Linguística de Texto, a fim de lembrarmos o percurso pelo qual os estudos sobre aspectos sociodiscursivos do texto foram construídos, de modo a permitir novas perspectivas dentro dessa teoria. Dessa forma, estaremos percorrendo um caminho que justifica a abordagem do processo de referenciação tal como o adotamos no presente trabalho. Essa abordagem se justifica diante da hipótese de que os sujeitos pesquisados apresentam dificuldades em empregar os mecanismos interfrásticos e que tal carência ultrapassa o entendimento estrutural da concepção de texto.

O surgimento de estudos sobre texto partiu de um esforço teórico, no sentido de constituir outro campo para além da Linguística Estrutural, diante da necessidade de ultrapassar os limites da frase e considerar, também, o sujeito e a situação de comunicação, conforme nos lembra Bentes (2012). Pesquisadores como Koch e Marcuschi, da década de 1990, apontaram

diversos autores, cuja abordagem propunha a adoção do texto como unidade dos estudos linguísticos. Dentre esses autores, destacamos os estudos de Denise Maldidier, Claudine Norma e Régine Robin, que, na década de 1970, apresentaram investigações sobre o percurso dos estudos discursivos na França, atualizando os problemas das abordagens semiológicas de autores como Roland Barthes, estudos sobre pressuposições, de Oswald Ducrot, e o conceito de enunciação, de Émile Benveniste. Todo esse esforço teórico que se iniciou na década de 1970, conforme nos chama a atenção Bentes (2012), contribuíram para que a Linguística da frase fosse, aos poucos, dando lugar à Linguística do texto.

Assim, estudiosos em Linguística Textual tomaram o texto como objeto de estudo, como o próprio nome da disciplina indica. Contudo, faz-se necessário levar em consideração que seu desenvolvimento relaciona-se a distintas concepções de conceitos de texto dentro da ciência linguística, provocando distinções entre uma fase e outra de seu desenrolar, como chama a atenção Koch ([2004a] 2017).

Conforme Koch ([2004a] 2017), em sua fase inicial, que foi da segunda metade dos anos de 1960 até a década de 1970, os pesquisadores em Linguística Textual voltaram sua atenção para os estudos interfrásticos. Nesse período, as investigações eram diversificadas, englobando correferência, dentre outros assuntos gramaticais, seja em uma abordagem estruturalista, gerativista ou funcionalista. Nessa fase, ao estudar as relações entre enunciados, as relações referenciais foram colocadas em evidência e a correferência foi considerada um dos fatores de coesão textual, como relembra a autora. Nessa visão, o texto foi considerado resultado de um referenciamento múltiplo, em que sua constituição se daria mediante a ininterrupta concatenação pronominal, conforme concluiu Harweg (1968). Dessa forma, os estudos ligados às relações referenciais voltaram-se, consideravelmente, para os processos correferenciais, sejam anafóricos ou catafóricos, entre dois ou mais segmentos textuais.

As investigações sobre os recursos da coesão e da coerência textuais, naquele momento, ocupavam o centro das pesquisas na área de Linguística Textual e tais elementos eram entendidos como uma propriedade ou característica do texto, segundo o esclarecimento de Koch ([2004a] 2017). No entanto, pouco se considerava sobre outros tipos de relações anafóricas, além da correferência, como as anáforas associativas, as indiretas, a dêixis textual e o uso de retomadas anafóricas de maior ou menor extensão, a exemplo dos demonstrativos neutros.

Ainda na primeira fase da Linguística Textual, surgiu, sobretudo entre linguistas gerativistas, a ideia de construir gramáticas textuais, análogas às gramáticas da frase, baseando-se na ideia de texto apenas como unidade linguística superior à sentença. Era uma tentativa de

descrever categorias e suas regras. As tarefas básicas dessa gramática, de acordo com a descrição de Koch ([2004a] 2017), eram verificar os princípios de constituição de um texto, a fim de observar o que faz de um texto um texto, elencar critérios para a delimitação de textos e fazer a distinção dos vários tipos textuais.

Com essa nova abordagem de criação de gramática de texto, os pesquisadores passaram a defender a existência de uma competência textual, semelhantemente à competência linguística chomskyana, partindo da defesa de que todo falante de uma língua teria a capacidade de distinguir o texto do não texto, ou seja, o texto de um aglomerado de frases incoerentes. Bentes (2012) considera que não houve uma ordem cronológica entre a análise transfrástica, o primeiro momento da LT, e as propostas de elaboração das gramáticas textuais; mas essas últimas surgiram com o objetivo de refletir sobre fenômenos linguísticos que não eram contemplados pela gramática do enunciado.

Não tardou para que os linguistas da época entendessem a necessidade da inserção de um componente contextual, considerando a relação entre a produção e a recepção de textos. Van Dijk, um dos pioneiros da Linguística Textual, que assumiu aspectos contextuais em suas pesquisas, voltou seus estudos para o texto/discurso, a partir de 1972. No início da década de 1980, o linguista contribuiu consideravelmente para a chamada virada pragmática, ao estudar as relações funcionais do discurso, além de iniciar com questões de ordem cognitiva, em se tratando da compreensão, produção e funcionamento de textos, conforme nos esclarece Koch ([2004a] 2017).

Mesmo com a abordagem semântica nos estudos entre os linguistas de texto, não tardou para que eles sentissem a necessidade de avançar um pouco mais, para além da abordagem sintático-semântica. Retomando a premissa de que o texto é uma unidade básica da comunicação humana, Koch ([2004a] 2017) relembra os primeiros passos para a adoção da perspectiva pragmática nas pesquisas da época. A princípio, surgem as teorias que consideravam a comunicação, seja a partir de fatores contextuais, seja a partir da tomada da pragmática como ponto de partida para a descrição dos textos.

Nesse terceiro momento, a perspectiva pragmática revelou uma nova orientação nas pesquisas em Linguística Textual: ao invés de estudar a língua como sistema autônomo, os linguistas de texto voltaram sua atenção para o funcionamento dos processos comunicativos na sociedade. Desse modo, os textos não são mais considerados produtos acabados, mas elementos constituídos a partir das intenções comunicativas e sociais de falantes situados, como esclarece Koch ([2004a] 2017). Assim, passou-se a abordar “não mais a gramática de texto, mas a noção

de textualidade, compreendida por Beaugrande como um ‘modo múltiplo de conexão ativado toda vez que ocorrem eventos comunicativos’” (KOCH, [2004a] 2017, p. 34).

Nesse contexto, a concepção de língua passou a ser entendida, também, por seu uso em contextos comunicativos, como sintetiza Bentes (2012). Consequentemente, as concepções de texto, vistas não mais como produto, mas como processo, contribuíram para que a Linguística de Texto fosse compreendida como uma disciplina interdisciplinar, baseada nas diferentes perspectivas que a abrangem, ou até mesmo, de acordo com Marcuschi (1998a), citado por Bentes (2012), uma disciplina de caráter multidisciplinar, em que a língua não é mais considerada em seu aspecto formal.

No decorrer da década de 1980, ocorreu a inserção de estudos de ordem cognitivista acerca do texto, partindo do pressuposto de que toda ação comporta um processo de ordem cognitiva, conforme relembra Koch ([2004a] 2017). Dessa forma, o texto passa a ser entendido como resultado de processos mentais, ou seja, a chamada abordagem procedural, em que os sujeitos da enunciação acumulam, em sua memória, os saberes das atividades sociais, sendo necessário que esses conhecimentos sejam ativados na sua memória, para que sua atividade tenha êxito, segundo esclarecimentos da autora.

De acordo com esse ponto de vista, Koch ([2004a] 2017) relembra o entendimento de Beaugrande e Dressier (1981) de que o texto se origina em uma multiplicidade de operações cognitivas interligadas. Assim, caberia à Linguística Textual desenvolver modelos procedurais que abarcassem os processos cognitivos necessários para descrever as estratégias para compreensão e produção de textos.

Koch ([2004a] 2017) esclarece que, segundo Heinemann e Viehweger (1991), há quatro grandes sistemas para o processamento textual: o linguístico, o enciclopédico, o interacional e os modelos textuais globais. Os autores entendem por conhecimento linguístico os de ordem gramatical e lexical, os quais são responsáveis pela articulação som-sentido. Já o conhecimento enciclopédico (semântico ou conhecimento de mundo), é determinado como aquele que se encontra armazenado na memória dos indivíduos. O conhecimento sociointeracional, por sua vez, é o das ações verbais, ou seja, das formas de interação através da linguagem, englobando os conhecimentos de tipos ilocucionais, comunicacionais, metacomunicativos e superestruturais. Por fim, o conhecimento acerca de estruturas ou modelos textuais globais é o que permite o conhecimento de textos de determinado gênero ou tipo, pelos falantes. Koch ([2004a] 2017) esclarece que esses conhecimentos correspondem a saberes específicos sobre como colocá-los em prática, ou seja, os procedimentos por meio dos quais esses conhecimentos são ativados, quando houver o processamento textual.

Koch ([2004a] 2017) relembra a defesa de Van Dijk e Kintsch (1983) quanto ao processamento cognitivo de um texto ser constituído de diferentes estratégias processuais. Essas estratégias seriam as hipóteses operacionais que se aplicam à estrutura e ao significado de um texto, ou seu fragmento. Assim, os usuários da língua realizam passos interpretativos orientados, ou seja, nas palavras de Koch ([2004a] 2017), “a informação é processada on-line”. Dessa forma, percebemos, em conformidade com a autora, que o processamento estratégico depende tanto de características textuais como de características dos usuários da língua, ou seja, “as estratégias cognitivas são *estratégias de uso* do conhecimento” (KOCH, [2004a] 2017, p. 38, grifo da autora).

Por consequência da virada cognitivista, a Linguística Textual entrou em uma nova fase, o que proporcionou uma nova perspectiva de texto, possibilitando o desenvolvimento de critérios acerca da textualidade. No entanto, a separação entre exterioridade e interioridade nas ciências cognitivas clássicas foi questionada, sobretudo devido à separação promovida entre fenômenos mentais e sociais, como nos chama a atenção Koch ([2004a] 2017). Assim, a autora entende que os eventos linguísticos não são individuais nem independentes, pois a atividade linguística está na interação e no compartilhar de conhecimentos.

Dentro dessa perspectiva, considerando que as ações verbais envolvem o lugar onde ela acontece e a relação com os outros, a ideia de contexto, mais uma vez, foi ampliada, no âmbito da Linguística Textual, ao considerar as abordagens interacionais da linguagem. Assim, o contexto passou de um mero cotexto, nas abordagens transfrásticas, ampliando-se bem mais, ao abranger a situação comunicativa, quando da introdução da pragmática e, por meio de modelos cognitivos, constitui, agora, a própria interação e quem o compõe. Portanto, diante da concepção interacional da língua, “o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos” (KOCH, [2004a] 2017, p. 44, grifo da autora).

Assim, em consequência do interesse sobre a dimensão sociointeracional da linguagem, novas questões a respeito de sua investigação surgem e ressurgem, como nos lembra Koch ([2004a] 2017). Dentre as investigações pertinentes nesse período, encontra-se a referenciação. É sobre esta questão que abordaremos nas próximas subseções.

4.2 A Referenciação

Nesta subseção, abordaremos sobre o entendimento de estudiosos ao adotar o termo referenciação em seus estudos, no lugar de referência, considerando as abordagens de Koch

([2004] 2017) e Mondada e Dubois ([1995] 2016). Posteriormente, descreveremos a categorização da referenciação, tomando, também, o entendimento de Koch ([2004] 2017), além de Cavalcante (2012). Por fim, exporemos as formas de anáfora, expressas em Apothéloz ([1995] 2016). Desse modo, tomando por base a afirmação saussuriana de que é o ponto de vista que cria o objeto, a seleção das próximas subseções tem o propósito de contextualizar sobre a linha teórica adotada para a investigação do processo de referenciação que será aplicada no *corpus* selecionado para pesquisa.

4.2.1 Da referência para a referenciação

Uma das principais reflexões empreendidas pela Linguística Textual diz respeito ao referente ser criado a partir da prática social numa atividade sociocognitivo-discursiva da referenciação, segundo Koch ([2004a] 2017). Assim, partimos da premissa de que a referenciação é uma atividade discursiva. Tal perspectiva implica numa visão não referencial da língua e da linguagem, corroborando com o pensamento de Mondada e Dubois ([1995] 2016) sobre a instabilidade das relações entre as palavras e as coisas.

Mondada e Dubois ([1995] 2016) defendem que há alterações sincrônicas e diacrônicas das categorias utilizadas para descrever o mundo, sendo, portanto, plurais e mutáveis. Dessa forma, a questão não é avaliar um rótulo correto, mas voltar-se à descrição dos procedimentos linguísticos e cognitivos utilizados pelos sujeitos sociais para se referirem uns aos outros.

Esses processos relacionam-se, por meio de expressões nominais, à categorização ou à recategorização. Desse modo, ressaltamos que não tomamos a perspectiva de referenciação em sua forma tradicional, ou seja, como representação extensiva do mundo externo: ela é tomada como aquilo que designamos ou representamos ao criar uma relação discursiva referencial, cuja finalidade é ver as entidades designadas como objetos de discurso e não como objetos do mundo, seguindo o posicionamento de Koch ([2004] 2017). Assim, entendemos que nosso cérebro não opera como uma representação fotográfica do mundo, mas reelabora as formas de ver e dizer o real, para fins de compreensão e apreensão.

Portanto, de acordo com Koch ([2004a] 2017), uma expressão anafórica, seja ela pronominal ou nominal, não se restringe à localização de um segmento linguístico, nem mesmo a um objeto específico do mundo, mas, sim, ao estabelecimento de uma relação com uma informação relacionada a uma memória discursiva.

Em vista disso, a perspectiva de língua a ser adotada precisa considerar a interação, ou seja, nas palavras de Koch, considerar “a reconstrução interativa do próprio real” ([2004a]

2017. p. 66). Assim, entendemos, com base na autora, que a referenciação é um mecanismo geral que opera os elementos designadores e que todos os casos de progressão referencial são baseados em algum tipo dessa categoria. Desse modo, a referenciação não se dá apenas como retomada referencial, a correferenciação, mas como um processamento da referência em sua relação com outros elementos do cotexto, ou mesmo do contexto.

Com base nesse entendimento, tomamos por base os postulados de Mondada e Dubois ([1995] 2016), ao propor a substituição da noção de referência pela noção de referenciação, pois, apesar de a expressão referenciação ser um termo relativamente novo nos estudos acerca dos processos referenciais, é usada, nessa perspectiva, no lugar de referência, por este ser considerado reducionista, uma vez que remete a processos pré-definidos, conforme postulam as autoras. Dessa forma, ao ressaltar a ideia de processo, coloca-se em evidência que tanto as categorias linguísticas quanto as cognitivas podem variar de acordo com o contexto, e as escolhas lexicais podem se moldar de acordo com os objetivos enunciativos.

4.2.2 O processo de referenciação

O fenômeno da referenciação é considerado por Cavalcante (2012) um dos mais relevantes para a produção e compreensão de sentidos, sendo ele textual-discursivo. Dessa forma, para a organização do texto, esse processo tem relevância significativa em sua produção e compreensão. Conhecer-lo, portanto, como defende a autora, permite compreender os mecanismos de estruturação do texto.

Os processos de referenciação dividem-se, grosso modo, em introdução referencial, anáfora e dêixis, de acordo com Cavalcante (2012). O conceito fundamental da introdução referencial é que o termo referente é introduzido por uma expressão referencial, podendo ter ou não ligação com outros referentes que podem aparecer antes no contexto (CAVALCANTE, 2012). Assim, a introdução referencial ocorre quando um objeto novo é introduzido no texto, sem estar relacionado a nenhum outro objeto do discurso anteriormente.

Em oposição à introdução referencial, a anáfora está relacionada à continuidade, retomando um referente por meio de expressões referenciais, de acordo com Cavalcante (2012). As anáforas, por sua vez, dividem-se em diretas ou correferenciais e anáforas indiretas. As primeiras retomam referentes que já foram apresentados no texto por outras expressões, e são retomadas por diversos tipos de expressões linguísticas, como pronomes, um novo sintagma nominal, repetição de um item lexical ou pronominal. O segundo tipo, isto é, a anáfora indireta,

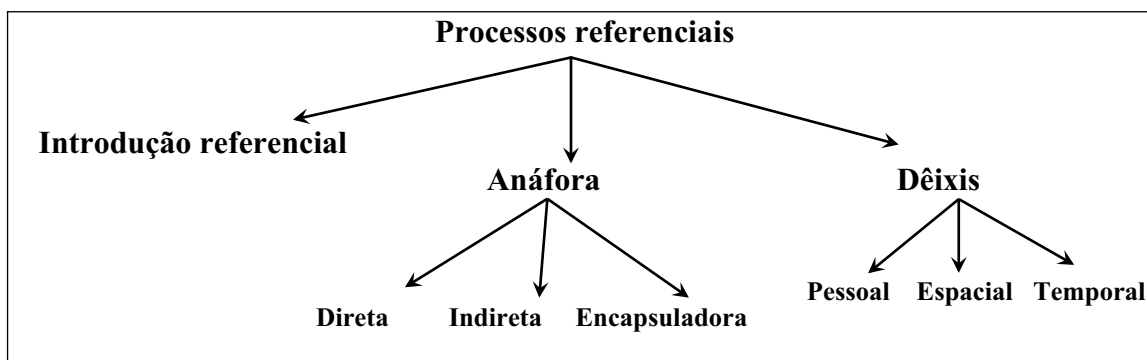
ocorre quando um novo referente é apresentado como já conhecido, sendo entendido em vista do processamento cognitivo do texto, conforme classifica Cavalcante (2012).

A dêixis, por fim, é um tipo de referenciação cuja função diz respeito à localização e identificação em relação ao espaço e ao tempo, contanto que na situação de enunciação haja pelo menos um falante e um ouvinte, conforme Cavalcante (2012). Vale ressaltar que as expressões referenciais dêíticas podem tanto retomar objetos do discurso como introduzi-los, pois o que interessa nesse tipo de expressão é a localização de quem fala, com quem fala e o tempo e o lugar em que se passa a comunicação. Para dar conta dessa localização plural, a dêixis se subdivide em três tipos: pessoal, espacial e temporal.

A dêixis pessoal é conceituada por Cavalcante (2012) como uma expressão utilizada pelo sujeito, a fim de referir às pessoas do discurso (eu, tu/você), ou seja, aos interlocutores. Já a dêixis espacial refere-se a expressões de lugar em que ocorre a enunciação, sendo representados linguisticamente por advérbios ou locuções adverbiais de lugar, além de pronomes demonstrativos. Por fim, a dêixis temporal localiza os fatos no tempo do enunciador, tendo como suas expressões linguísticas os advérbios, as locuções adverbiais temporais ou as expressões que indicam tempo.

Observemos o esquema dos processos referenciais de acordo com a categorização presente em Cavalcante (2012), Na Figura 10, a seguir:

Figura 10 - Processos referenciais



Fonte: Cavalcante (2012, p. 127).

Todos esses processos referenciais supracitados desempenham papéis relevantes na construção do texto, exercendo funções textual-discursivas que permitem organizar, introduzir referentes e argumentar, dentre outras significativas possibilidades de produção de um texto, conforme a defesa de Cavalcante (2012). Vale ressaltar que é o processo global de elaboração de um texto que nos permite observar essas estratégias referenciais em funcionamento.

Exposto o entendimento geral acerca do processo da referenciação, passemos a discorrer sobre os aspectos sociodiscursivos desse fenômeno, visto que, corroborando com os postulados expressos, sobretudo, em Koch ([2004a] 2017), assumimos a perspectiva sociodiscursiva da referenciação em nossa abordagem investigativa.

Nesse sentido, corroboramos com a ideia de que a referenciação consiste na construção e reconstrução de objetos de discurso. Assim, a produção textual não consiste apenas em um processo de elaboração de informações, mas na construção ou reconstrução da realidade. Portanto, a referenciação constitui uma atividade discursiva, ou seja, seus processos dependem de escolhas do sujeito em função dos seus projetos de dizer, como esclarece Koch ([2004] 2017).

As operações básicas das estratégias de referenciação, na constituição da memória discursiva, de acordo com Koch ([2004a] 2017), são: 1) construção/ativação; 2) reconstrução/reativação e 3) desfocalização/desativação.

A construção/ativação ocorre quando um objeto textual totalmente novo é introduzido, passando a constituir um “nódulo (‘endereço’ cognitivo, locação) na rede conceitual de modelo de mundo textual: a expressão que o representa é posta em foco na memória de trabalho, de tal forma que esse ‘objeto’ fica saliente no modelo” (KOCH, [2004a] 2017, p. 68).

A reconstrução/reativação ocorre quando um elemento textual, já presente na memória discursiva, é reintroduzido no texto por meio de uma forma referencial, proporcionando ao objeto de discurso permanecer ativado.

Por fim, a desfocalização/desativação ocorre na introdução de um novo objeto de discurso, passando a ocupar a posição de foco, e o objeto de discurso retirado pode ser reativado a qualquer momento, continuando disponível na memória dos interlocutores. No entanto, Koch ([2004a] 2017) chama a atenção que essa relação, quando feita de forma pouco clara a respeito de qual objeto de discurso será reativado, pode incorrer em problemas de ambiguidade referencial.

Desse modo, essas estratégias cooperam, por um lado, para estabilizar o modelo textual e, por outro lado, para reelaborar e modificar esse modelo, através de novas referenciações (KOCH, [2004a] 2017). Observemos um exemplo presente em Koch ([2004] 2017, p. 69), que ilustra essas operações, demonstrando como o referente G.W. Bush é construído e reconstruído a partir do projeto de dizer do jornalista.

(1)

Com a perigosa progressão *da demência bélica de Bush 2º*? **[construção]** cabe uma indagação: para que serve a ONU? Criada logo após a 2ª Guerra Mundial, como substituta da Liga das Nações, representou uma grande esperança de paz e conseguiu cumprir seu papel durante algum tempo, amparando deslocados de guerra, mediando conflitos, agindo pela independência das colônias. [...]

É. Sem guerra não dá. Num mundo de paz, como iriam ganhar seu honrado dinheirinho os industriais de armas que pagaram *a duvidosa eleição de Bush 2º, o Alop rado*? **[nova construção a partir de uma reativação]** Sem guerra, coitadinhas da Lockheed, da Haytheon (escândalo da Sivan, lembaram?). Com guerra à vista, estão futurando firme. A ONU ainda não abençoou *esse nova edição de guerra santa, do terrorismo do bem contra o terrorismo do mal* **[reconstrução por recategorização]** [...] *O caubói Alop rado* **[reconstrução por recategorização]** já nem disfarça mais. [...] (Juracy Andrade, “Delinquência internacional”, *Jornal do Commercio*, Recife, 8 fev. 2003, *grifos da autora, grifos nossos*).

Ao demonstrar a atividade discursiva da referenciação, operada sobre o material linguístico, percebemos que esses processos “são escolhas do sujeito em função de um querer-dizer” (KOCH, [2004a] 2017, p. 67), logo, uma atividade discursiva. A partir disso, competenos descrever como ocorre, nessa perspectiva, o processo de ativação de referentes, no intuito de buscar o entendimento das formas de sua recategorização.

De acordo com Koch ([2004a] 2017), os processos de introdução de referentes textuais dividem-se em dois tipos: a não ancorada e a ativação ancorada. A ativação não ancorada ocorre na introdução de um objeto de discurso totalmente novo no texto. Quando essa ativação ocorre, representando uma expressão nominal, há a operação de uma categorização do referente.

Já a ativação ancorada ocorre quando um novo objeto de discurso, associado a elementos no cotexto ou no contexto sociocognitivo, for introduzido no texto, podendo ser por associação ou por inferenciação, ou pelos dois fenômenos simultaneamente. Nesses casos, estão presentes as anáforas associativas e as indiretas. As primeiras se constituem por relações de metonímias e relações em que um dos elementos pode ser considerado parte de outro. Já as anáforas indiretas são construídas inferencialmente, baseadas no conhecimento de mundo, a partir do cotexto.

Observemos mais dois exemplos presentes em Koch ([2004a] 2017, p. 71). O primeiro exemplo, (2), é a demonstração de ocorrência de introdução ancorada, em que *vagões* e *bancos* podem ser considerados ingredientes de *trem*. Em seguida, no exemplo (3) a autora demonstra a ocorrência de uma ativação não ancorada, em que *pichações* ancora a interpretação de *ganges*, em uma relação inferencial indireta:

(2)

Uma das mais animadas atrações de Pernambuco é o *trem* do forró. Com saídas em todos os fins de semana de junho, ele liga o Recife à cidade de Cabo de Santo Agostinho, um percurso de 40 quilômetros. Os *vagões*, adaptados, transformam-se em verdadeiros arraias. Bandeirinhas coloridas, fitas e balões dão o tom típico à decoração. *Bancos*, colocados nas laterais, deixam o centro livre para as quadrilhas.

(3)

Há alguns anos, as *pichações* que passaram a borrar casas, edifícios e monumentos de São Paulo – e de outras grandes cidades brasileiras – começaram a ganhar características novas. Pode-se questionar se as políticas apenas repressivas são a melhor forma de enfrentar o problema – ainda que nesse quesito, elementar, o poder público pareça complacente, já que, conforme a reportagem, *as gangues* reúnem-se semanalmente com hora e local marcados. Merecem apoio iniciativas que possam, de forma positiva, atrair os pichadores para atividades menos predatórias.

Koch ([2004a] 2017) propõe que se incluam as nominalizações em casos de introdução ancorada de objetos de discurso, pois elas “designam um fenômeno geral de transformação de proposições em entidades” (KOCH, [2004] 2017, p. 71). Assim, as nominalizações, ou rotulações, conforme postula Francis ([1995] 2016), servem tanto para introduzir um referente novo, como para sumarizar uma parte precedente do texto. A partir da observação da relevância dessas expressões nominais referenciais na construção do sentido, seguiremos com as definições das funções cognitivo-discursivas das referidas expressões, com intuito de descrever

e ilustrar as formas pelas quais os grupos nominais são empregados como recursos referenciais dos textos escritos.

As investigações acerca das funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais têm demonstrado sua grande relevância para a construção textual de sentido. Dentre as funções discursivas desempenhadas pelas expressões nominais referenciais, elencamos as descritas por Koch ([2004a] 2017): a) ativação/reativação na memória; b) encapsulamento (sumarização) e rotulação; c) organização macroestrutural; d) atualização de conhecimentos por meio de glosas realizadas por uso de um hiperônimo; e) especificação por meio de sequências hiperônimo/hipônimo; f) construção de paráfrases definicionais e didáticas; g) introdução de informações novas; h) orientação argumentativa; e i) categorização metaenunciativa de um ato de enunciação.

A reativação na memória (a) do interlocutor é operada através da remissão apresentada antes no texto ou a partir do cotexto que se segue. É a chama alocação ou focalização na memória ativa, como esclarece Koch ([2004a] 2017). Podem operar uma recategorização ou refocalização do referente e, em caso de nominalizações encapsuladoras e rotuladoras, têm, também, função predicativa, pois podem vincular o já dito ou por dizer, isto é, a informação dada e a informação nova. Observemos o exemplo (4) de Francis ([1995] 2016, p. 195):

(4)

[...] o sistema imunológico dos pacientes reconheceu os anticorpos do rato e os rejeitou. Isto significa que eles não permanecem no sistema por tempo suficiente para se tornarem completamente eficazes.

A segunda geração de anticorpos agora em desenvolvimento é uma tentativa de contornar *este problema* através da “humanização” dos anticorpos do rato, usando uma técnica desenvolvida por [...]

No exemplo acima, a lexicalização precede o rótulo “*este problema*”, o qual conduz a uma interpretação de que a rejeição dos anticorpos do rato constitui um problema, segundo exposto em Francis ([1995] 2016).

As funções de encapsulamento (sumarização) e rotulação (b) são próprias das nominalizações, e sua atuação auxilia na sumarização de informações-suporte de segmentos anteriormente expressos no texto, atuando no sentido de encapsular essas informações por meio de uma expressão nominal, e cooperar para sua transformação em objetos de discurso. São as chamadas anáforas complexas, termo descrito por Koch ([2004a] 2017) tomando por base postulados de Schwarz (2000). Assim, essas anáforas nomeiam referentes textuais abstratos,

como “estado”, “fato”, “evento” etc., conforme exemplifica Koch ([2004a] 2017). Na interpretação dessas anáforas, há o acionamento de estratégias cognitivas que auxiliam na interpretação de informação adicional. Percebemos, portanto, que essas expressões nominais podem desempenhar duas funções: “*rotulam* uma parte do cotexto que as precede (*x* é um acontecimento, uma desgraça, uma hipótese etc.) e estabelece um novo referente que [...] poderá constituir um tema [...] para enunciados subsequentes” (KOCH, [2004a] 2017, p. 76). Por essa razão, essas expressões, geralmente, iniciam os parágrafos. Vejamos um exemplo (5) de Francis ([1995] 2016, p. 212) que ilustra o rótulo avaliativo *tolice*, o qual se constitui uma avaliação negativa da afirmação que o precede:

(5)

Lembro do último Xá me dizendo várias vezes durante a revolução de 1978 que as pessoas acreditavam que “se você levantasse a barba de um Khomeini, encontraria a frase ‘fabricado na Inglaterra’ escrita em seu queixo”. Ele próprio quase acreditava *nesta tolice*, apesar dos meus protestos de que as relações anglo-iranianas prosperaram como nunca sob o governo e que o aiatolá visivelmente não era admirador da Grã-Bretanha.

Outra função das formas remissivas nominais é a organização macroestrutural (c). Esta, por sua vez, pode ser entendida como fechamento de um estágio da argumentação e passagem para o estágio seguinte, sendo expresso pelo encapsulamento do estágio anterior. Essa função possui especial importância na introdução, na mudança ou desvio de foco e na ligação entre tópicos e subtópicos. Dessa forma, elas introduzem mudanças e preservam, ao mesmo tempo, a continuidade tópica, como explica Koch (2017). Assim, essa função auxilia na retroação e progressão textuais. Koch ([2004a] 2017), baseando-se em Apothéloz e Chanet (1997), esclarece que essas expressões referenciais atuam na marcação de parágrafos, não em seu sentido tipológico, mas em sentido cognitivo, o que não exclui a concomitância de ambas as ocorrências. Observemos o próximo exemplo, expresso em Koch ([2004a] 2017, p.77), em que as expressões referenciais “*Sua primeira tentativa eleitoral*”, “*A ressaca*”, “*a situação*” e “*O terceiro fracasso*” efetuam a marcação de parágrafos, auxiliando na estruturação textual, conforme exemplo (6), a seguir:

(6)

O sucesso do ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva em sua quarta tentativa de chegar à Presidência da República representa mais do que um triunfo da persistência – é a vitória do improvável. [...]

Sua primeira tentativa eleitoral, para o governo de São Paulo, se deu em 1982 e foi um jato de água fria no entusiasmo do político iniciante. [...]

A ressaca, curtida em exílio doméstico na companhia de alguns poucos amigos e muita cachaça de Cambuci, só passou três meses de pois. [...]

Em 1989, *a situação* era diferente. Lula tinha chances reais de vencer Fernando Collor, mas, como se sabe, de novo perdeu. [...]

O terceiro fracasso ocorreu em 1994, em sua segunda tentativa de chegar à Presidência. [...] (“Lula muda a História”, *Isto É*, 30 out. 2002, pp. 37-8, grifos da autora).

As funções nominais também desempenham a função de atualizar conhecimentos por meio de glosas realizadas pelo uso de um hiperônimo (d). O uso do hiperônimo, por exemplo, pode contribuir para glosar um termo raro, o que permite a atualização do conhecimento do interlocutor, de acordo com observação de Koch ([2004a] 2017), como pode ser comprovado no próximo exemplo (7), ilustrado pela autora (KOCH, [2004] 2017, p. 77):

(7)

Duas equipes de pesquisadores dos EUA relatam hoje descobertas que podem levar à produção de drogas mais eficientes contra o antraz. Para destruir *a bactéria*, os potenciais novos remédios teriam um alvo específico [...] (*Folha de S. Paulo*, 24 out. 2001, A-10) (exemplo adaptado).

O hiperônimo e o hipônimo podem exercer, ainda, uma função de especificação, chamada anáfora especificadora (e). Geralmente, essa anáfora é introduzida por artigo indefinido, trazendo informações novas sobre o objeto de discurso, como defende Koch ([2004a] 2017, p. 79), ilustrando com o exemplo “*uma catástrofe [...] uma epidemia*” para comprovar a defesa da presença do indefinido anafórico na especificação por meio de hiperônimo/hipônimo. Observemos o exemplo (8) na íntegra:

(8)

Uma catástrofe ameaça uma das últimas colônias de gorilas da África. *Uma epidemia de Ebola* já matou mais de 300 desses grandes macacos no santuário de Lossi, no noroeste do Congo. Trata-se de uma perda devastadora, pois representa o desaparecimento de um quarto da população de gorilas da reserva (KOCH, 2017, p. 79).

As paráfrases por meio de expressões nominais, as chamadas construções definicionais e didáticas (f), são outra importante função das expressões anafóricas nominais, auxiliando na elaboração de definições. Vejamos a exemplificação de Koch a respeito dessa ocorrência: “(14) vocês já ouviram falar dos argonautas? Pois conta-nos a lenda grega que *estes tripulantes da nau mitológica Argos* saíram à busca do Velocino de Ouro” ([2004a] 2017, p. 79). Percebemos que esse exemplo produz um efeito de definição, ou didático, possibilitando o contato com um novo léxico, introjetado na memória, pois o termo técnico “*argonautas*” é introduzido previamente, e, posteriormente, acompanhado pela sua definição “*tripulantes da nau mitológica Argos*”.

No entanto, ressaltamos a diferença que Koch ([2004a] 2017) estabelece entre anáforas definicionais e anáforas didáticas. Aquelas aparecem depois do termo técnico e, nestas, o próprio termo técnico é a expressão referencial, aparecendo, muitas vezes, entre aspas, depois da expressão introdutora. Esses recursos são pertinentes para gêneros didáticos e de divulgação científica na medida em que definem um termo ou introduzem um vocabulário mais técnico, a depender da necessidade do locutor.

Ademais, podemos dizer que outra função relevante das expressões referenciais nominais é a introdução de informações novas (g). Segundo Koch ([2004a] 2017), essa introdução pode ocorrer por meio de relações de parassinonímia e por meio de novas caracterizações do referente. As primeiras ocorrências são as anáforas nominais introduzidas por demonstrativos, funcionando como sinônimo do referente no contexto, o que contribui para o acréscimo de informações inéditas do objeto de discurso, conforme o exemplo (17) de Koch ([2004a] 2017, p. 81): “A polêmica parecia não ter fim. Pelo jeito, *aquele bate-boca* entraria pela noite adentro, sem perspectivas de solução”, em que “*aquele*” funciona como pronome demonstrativo que introduz a anáfora nominal “*bate-boca*”. Já as ocorrências por meio de novas categorizações do referente, seja por anáfora definida ou indefinida, constituem um tipo de introdução bastante recorrente. Vejamos o exemplo (18) de Koch ([2004] 2017, p. 81) dessa anáfora nominal, que mostra a introdução de novas informações do referente “prefeito”, cuja expressão “*o urbanista que entrou no PT em 1981 como militante dos movimentos populares por moradia*” é usada com a intenção de caracterizá-lo, como ilustrado no exemplo (9):

(9)

O prefeito é especialmente exigente para liberar novos empreendimentos imobiliários, especialmente quando estão localizados na franja da cidade ou em áreas rurais [...] O Crescimento urbano tem de ser em direção ao centro, ocupando os vazios urbanos e

aproveitando a infraestrutura, não na área rural, que deve ser preservada, repete *o urbanista que entrou no PT em 1981 como militante dos movimentos populares por moradia* (Quem matou Toninho do PT?, *Caros amigos*, n. 78, set. 2003, p. 27).

As expressões nominais referenciais também desempenham uma função cognitivo-discursiva importante, sobretudo para gêneros opinativos: a orientação argumentativa (h). Essa manobra pode se realizar por meio de expressões metafóricas. Vejamos a exemplificação de Koch ([2004] 2017, p. 82) sobre essa função, em que as expressões referenciais “*um arsenal inteiro de crendices*”, “*essa vegetação parasita*” e “*tronco*” promovem um deslizamento de sentido, provocado pelo emprego dessas metáforas, revelando o posicionamento discursivo do enunciador acerca da religião, no exemplo (10), a seguir:

(10)

Cuido que ele ia falar, mas reprimiu-se. Não queria arrancar-lhe as ilusões. Também ele, em criança, e ainda depois, foi supersticioso, teve *um arsenal inteiro de crendices*, que a mãe lhe incutiu e que aos vinte anos desapareceram. No dia em que deixou cair toda *essa vegetação parasita*, e ficou só o *tronco* da religião, ele, como tivesse recebido da mãe ambos ensinamentos, envolveu-os na mesma dúvida, e logo depois em uma só negação total. [...] (Machado de Assis, *A cartomante*).

Por fim, exporemos a função nominal da categorização metaenunciativa de um ato da enunciação (i). De acordo com classificação presente em Apothéloz (2016), são os chamados objetos clandestinos, ou seja, a apresentação de um ato da enunciação realizado por meio de uma categorização e/ou avaliação. Vejamos o exemplo (11) dessa função em Koch (2017, p. 82):

(11)

“O que falta é um *promoter* ter a iniciativa de trazer a gente para fazer uma turnê decente no Brasil.” *A bronca* não é de nenhum *popstar* do dinossauro do *roch* que ainda não pisou no país, mas do mineiro Max Cavallera, ex-vocalista do Sepultura e atual líder do Soulfly (*Folha de S. Paulo*, Folhateen, 26 mar. 2001, p. 5).

Nesse exemplo, “*A bronca*” funciona como um referente avaliativo que categoriza o ato da enunciação do conteúdo precedente: “O que falta é um promoter ter a iniciativa de trazer a gente para fazer uma turnê decente no Brasil”.

Todas essas funções discutidas anteriormente nos permitem concluir que, conforme defesa de Koch ([2004] 2017), o que denominamos referentes são, como demonstrado, objetos

de discurso, construídos e reconstruídos a partir da interação verbal. Portanto, as exemplificações expostas acerca das funções discursivas e cognitivas das expressões nominais referenciais fundamentam a tese de que os referentes podem ser tomados como objetos de discurso, corroborando com o posicionamento da linguista.

Esses objetos de discurso, ou referentes, são realizados por expressões denominadas anáforas, cuja estratégia de funcionamento permite a continuidade referencial, ou seja, nas palavras de Cavalcante (2012, p. 123), a anáfora opera uma “retomada de um referente por meio de novas expressões referenciais”. Sendo assim, essas expressões podem ser classificadas como diretas ou correferenciais e indiretas, sem necessidade de correferencialidade. Desse modo, considerando a relevância do entendimento da operação anafórica no processo de referenciação, passemos, então, a uma explanação acerca das categorias das anáforas, no próximo tópico, expressa em Apothéloz ([1995] 2016), uma vez que esse autor as define de acordo com as funções discursivo-cognitivas das expressões referenciais, o que corrobora com a teoria sociointeracional da linguagem aqui adotada.

4.2.2.1 A anáfora e seus tipos

Apothéloz ([1995] 2016) expõe sobre a problemática da anáfora, quando diferencia suas propriedades formal e sintática. Para o autor, as expressões anafóricas têm propriedades distintas e são afetadas a depender se são ou não controladas sintaticamente por um antecedente. Logo, quando há controle sintático, a inferência de um anafórico é uma interpretação sintática; caso tal inferência não exista, ela depende de fatores contextuais e pragmáticos.

Observemos os exemplos do autor que ilustram esse entendimento: “(1) *Jean* parece pálido. *Ele* pode estar doente” e “(2) *Jules* adora olhar-se no espelho” (APOTHÉLOZ, [1995] 2016, p. 54). No exemplo (1), *Jean* e *ele* não podem ser ligados unicamente por uma relação sintática, visto que a interpretação do pronome depende do contexto. Nesse caso, “*ele*” pode ser substituído por qualquer outro termo que sirva como correferente de “*Jean*”. Já em (2), o pronome *se* se liga sintaticamente à expressão *Jules*, desse modo, a interpretação do pronome reside unicamente na relação sintática. Com base nesses exemplos, o autor conclui que os “os pronomes sintaticamente ligados a seu antecedente não são expressões referenciais” (APOTHÉLOZ, [1995] 2016, p. 55), pois, na ocorrência de um pronome sintaticamente ligado, pode acontecer de seu antecedente ser uma expressão não referencial, além da impossibilidade de sua substituição por outra expressão referencialmente sinônima.

Em consequência desse entendimento, o autor esclarece que os pronomes reflexivos se comportam sempre como sintaticamente ligados, logo, não têm valor referencial. Já os pronomes pessoais, possessivos e relativos podem funcionar tanto sintaticamente como referencialmente.

Chamamos a atenção, também, com base em Apothéloz ([1995] 2016), que nem todo sintagma nominal é usado para referir, podendo ocorrer seu emprego de forma não referencial. Assim, de acordo Halliday e Hasan (1976), mencionados por Apothéloz ([1995] 2016, p. 61), “a referência só é um tipo de relação anafórica, dentre outras”.

Dessa forma, partimos para o entendimento do que vem a ser correferência. Para Apothéloz ([1995] 2016), há correferência quando duas expressões designam no discurso o mesmo referente, sendo, portanto, considerada protótipo da anáfora. Observemos o exemplo (11) de Apothéloz ([1995] 2016, p. 62), em que o termo “*A construção*” é correferente de “igreja”: “Na praça, tinha uma igreja. *A construção* era grandiosa”. Percebemos que o contexto é essencialmente visual, deixando claro a correferencialidade e dificultando uma interpretação associativa, conforme esclarece o autor.

Um fenômeno similar à correferência é a co-significação. Esse último termo é entendido como anáforas pronominais qualificadas. Vejamos o exemplo que os diferencia: “(12) O homem que deu seu salário à esposa é mais sábio do que o homem que *o* deu à sua amante” (APOTHÉLOZ, [1995] 2016, p.62). O pronome *o* não pode ser correferencial da expressão “seu salário”, mesmo que designando outro salário. Nesse caso, há co-significação, mas não há correferenciação.

Outro caso de referência é a endofórica e a exofórica. Esta se dá na localização do objeto designado em uma situação extralinguística e aquela tem sua ocorrência quando localizado no contexto. Assim, Apothéloz ([1995] 2016) diferencia-as, conforme suas qualidades, uma vez que o exofórico indica referência a objetos situados, extralinguisticamente, na cena enunciativa em que se encontram os interlocutores: “[mostrando o cachorro] Cuidado! *Ele* é perigoso”. Já os endofóricos referem-se a objetos já mencionados no texto, podendo ser, conforme conclusão do autor, utilizada na dêixis textual. Vejamos um exemplo de Apothéloz ([1995] 2016) a respeito de uma ocorrência dêitica endofórica: “Vocês encontrarão *abaixo* dois quadros que retomam as características correspondentes a cada tipo de computador” (APOTHÉLOZ, [1995] 2016, p. 69). Percebemos que o referente “*abaixo*” precede a informação, funcionando como localizador textual.

Por fim, temos a chamada referência opaca, de acordo com a descrição de Apothéloz ([1995] 2016). Observemos o exemplo do autor que ilustra essa opacidade: “Édipo queria casar

com sua mãe” (APOTHÉLOZ, [1995] 2016, p. 65). Para aqueles que não conhecem o mito de Édipo, essa expressão pode parecer ambígua, pois não deixa claro se ela foi usada para se referir à mãe de Édipo ou à mãe do interlocutor presente na cena enunciativa. O autor argumenta que, quando a expressão reflete o ponto de vista do enunciador, é chamada de referência transparente, mas quando reflete o ponto de vista da personagem, seria a chamada referência opaca. Logo, a ideia de opacidade não é similar a equívoco semântico. No entanto, Apothéloz ([1995] 2016) chama a atenção que a opacidade referencial é um fenômeno gerador de ambiguidade.

Esclarecidos esses aspectos da referência, partiremos para os tipos de anáfora expressos em Apothéloz (2016). Para o autor, as anáforas podem ser classificadas como fiel/infiel, por nomeação, por silepse, associativa e ilha anafórica.

Uma das possibilidades de correferência é o que Apothéloz ([1995] 2016) denomina anáfora fiel. Sua ocorrência se expressa quando um referente introduzido antes no texto for retomado por um SN definido ou demonstrativo, seguido do mesmo nome nuclear de sua retomada, a exemplo de “uma casa... *a/esta casa*” (APOTHÉLOZ, [1995] 2016, p. 71). Por outro lado, a anáfora infiel ocorre quando o nome da forma retomada é distinto daquele da forma introduzida, fazendo uso de uma relação sinonímica: “uma casa... *a habitação*” (APOTHÉLOZ, 2016, p. 71).

Outro tipo de ocorrência de anáfora é aquela por nomeação, sendo expressa quando o sintagma nominal transforma-se em referente, podendo apresentar dois casos: o *conteúdo proposicional* da proposição ou o *ato de fala* por meio da enunciação. Conforme explicitado em Apothéloz ([1995] 2016, p. 72), observemos os exemplos a respeito dessas ocorrências. Exemplo de *conteúdo proposicional*: “(21) Os arquivos do cineasta Abel Gance [...] serão vendidos em leilão, em Drouot, nos dias 3 e 4 de março. *A venda* contemplará uma centena de cenários manuscritos. (*Libération*, 8.11.1993)”. Aqui, observamos que o referente “*a venda*” sintetiza o conteúdo da proposição anterior “Os arquivos [...] março”. Desse modo, notamos que essas nomeações podem ir além de uma simples retomada de informação, contribuindo para construção de aspectos discursivos.

A anáfora por silepse, por sua vez, ocorre quando uma palavra for tomada em dois sentidos diferentes. Vejamos um exemplo de Apothéloz ([1995] 2016, p. 73) que ilustra esses dois sentidos: “(25) Uma mulher infiel, se assim for conhecida pela pessoa interessada, é apenas infiel. Se ele a crê fiel, ela é pérfida. (La Bruyère, *Des femmes*. Exemplo citado de *Grammaire des grammaires*, de Girault-Duviver, 1827, p. 1123)”. Nesse exemplo, podemos perceber que o referente (representado por uma pessoa do gênero gramatical feminino) é retomado por um

pronome masculino (ele), permitindo a interpretação de que “a pessoa interessada” é do sexo masculino. Desse modo, a silepse permite uma concordância do sentido e não da gramática.

Apothéloz ([1995] 2016) classifica a anáfora associativa a partir da ocorrência simultânea de duas características: dependência interpretativa do referente a um referente anterior ou posterior, e ausência de correferência com a expressão introduzida ou designada anteriormente. Vejamos um exemplo: “(29) Nós chegamos a uma cidade. *A igreja* estava fechada” (APOTHÉLOZ, [1995] 2016, p. 76). O referente “*A igreja*” funciona como uma anáfora associativa, uma vez que repousa sobre o conhecimento partilhado de que toda cidade tem uma igreja, ou seja, a anáfora associativa funciona sobre a mencionada representação prototípica.

Por fim, apresentamos o que Apothéloz ([1995] 2016) classifica como ilha anafórica. Essa ilha ocorre quando um lexema não pode ser acessível a uma referência pronominal, conforme o exemplo do autor: “(35) Max é órfão e ele sente profundamente a falta *deles*” (p. 79). Notamos que o lexema *órfão* se comporta como uma ilha anafórica, pois a anáfora *deles* mostra-se ambígua nesse contexto.

Ao elencarmos as categorizações presentes em Apothéloz ([1995] 2016), observamos claramente esse domínio discursivo em evidência, o que não exclui, também, a observância de aspectos de ordem gramatical. Apresentamos, a seguir, o Quadro 4, com o intuito de sintetizar acerca da classificação das anáforas proposta por Apothéloz ([1995] 2016). Para o autor, as anáforas podem ser classificadas como fiel/infiel, por nomeação, por silepse, associativa e ilha anafórica.

Quadro 4 - Resumo dos tipos de anáforas segundo Apothéloz ([1995] 2016)

ANÁFORAS	EXEMPLOS
1. Fiel/infiel	i) Anáfora fiel: “uma casa...<i>a/esta casa</i>”. (O referente introduzido antes no texto for retomado por um SN definido ou demonstrativo, seguido do mesmo nome nuclear de sua retomada). ii) Anáfora infiel: “uma casa... <i>a habitação</i>”. (Relação sinonímica de retomada).
2. Por nomeação	i) Exemplo de <i>conteúdo proposicional</i>: “(21) Os arquivos do cineasta Abel Gance [...] serão vendidos em leilão, em Drouot, nos dias 3 e 4 de março. <i>A venda</i> contemplará uma centena de cenários manuscritos. (<i>Libération</i>, 8.11.1993)”. (“<i>a venda</i>” sintetiza o conteúdo da proposição anterior “Os arquivos [...] março.”).

	ii) exemplo de <i>ato de fala</i> : “É conveniente situar as funções na ordem figurativa e os funcionamentos na ordem figural? Ou o inverso? <i>Esta interrogação</i> ameaça permanecer. (artigo científico)”.
3. Por silepse	“(25) Uma mulher infiel, se assim for conhecida pela pessoa interessada, é apenas infiel. Se ele a crê fiel, ela é pérfida. (La Bruyère, <i>Des femmes</i> . Exemplo citado de <i>Grammaire des grammaires</i> , de Girault-Duviver, 1827, p. 1123)”. (O referente (pronome feminino “ela”), é retomado por um pronome masculino (ele), permitindo a interpretação de que “a pessoa interessada” é do sexo masculino. A silepse permite uma concordância do sentido e não da gramática).
4. Associativa	“(29) Nós chegamos a uma cidade. <i>A igreja</i> estava fechada” (APOTHÉLOZ, 2016, p. 76). (“ <i>A igreja</i> ” funciona como uma anáfora associativa, uma vez que repousa sobre o conhecimento partilhado de que toda cidade tem uma igreja).
5. Ilha anafórica	“(35) Max é órfão e ele sente profundamente a falta <i>deles</i> ” (p.79). (O lexema “ <i>órfão</i> ” se comporta como uma ilha anafórica, pois a anáfora <i>deles</i> mostra-se ambígua nesse contexto).

4.3 As contribuições dos operadores argumentativos na construção das sequências argumentativas

O ato de argumentar é uma ação linguística fundamental, uma vez que comunicar é a mais relevante ação da linguagem, como postula Koch (2011), isto é, esse ato vai além da explicitude linguística, pois, ao integrar o discurso, envolve as intenções traduzidas em modos de dizer, através de atos argumentativos baseados no falar, dizer e mostrar. Por isso, diante do nosso interesse em observar as contribuições dos processos de referenciação para argumentação nos TCCs investigados, apresentamos, nesta subseção, uma breve reflexão sobre a argumentatividade na linguagem, tomando por base as discussões propostas por Koch (2011), Koch e Elias (2016) e as considerações pertinentes à argumentação, presentes em Lopes (2017).

De acordo com Koch e Elias (2016), argumentar é uma ação eminentemente humana, pois o uso da linguagem ocorre na forma de textos, construídos por sujeitos na interação. As autoras, mencionando os pressupostos de Charaudeau (2008) sobre argumentação, esclarecem que argumentar é uma atividade discursiva por meio da qual influenciemos nosso interlocutor com argumentos, os quais são construídos mediante a apresentação e organização de ideias,

além da estruturação do raciocínio a serviço da defesa de uma tese ou ponto de vista. O ato de argumentar, portanto, é uma ação linguística fundamental, considerando que faz parte da rotina do ser humano avaliar, julgar, criticar, ou seja, expor juízos de valor. Assim, é por meio do seu dizer que o locutor tenta influenciar comportamentos ou opiniões. Diante dessa constatação, podemos considerar que a argumentatividade está presente nos mais variados gêneros textuais, seja em maior ou em menor grau; no entanto, há gêneros em que essa marca é fundamental para sua composição, diante do seu objetivo sociocomunicativo voltado à argumentação.

É sobre a argumentatividade presente em gêneros fundamentalmente argumentativos que pretendemos voltar nossa atenção. Salientamos que nosso interesse é observar os movimentos referenciais que auxiliam na argumentatividade dos TCCs que analisaremos; assim, na presente subseção, dentro do universo da argumentação, nos deteremos em observar a função que conduz a uma argumentação dos operadores argumentativos. Koch (2011) ressalta que as marcas linguísticas estão presentes no discurso, e este apresenta-se como reflexo de sua enunciação. Tal constatação nos permite atualizar a função dos operadores argumentativos: são “responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturando-os em textos e determinando sua orientação discursiva” (KOCH, 2011, p. 33).

Segundo Koch (2011), retomando a tese defendida Ducrot, Anscombe e Vogt (1983), o uso da linguagem é inerentemente argumentativo. Diante disso, partindo das observações de Lopes (2017), relembremos, brevemente, a distinção entre duas teorias que tratam da argumentação: a teoria da Lógica Formal e a Teoria da Argumentação na Língua (ANL). Uma oposição fundamental entre as duas teorias é que a argumentação era vista como atrelada à Lógica Formal, teoria que respondia sobre esse campo de estudo. No entanto, Jean-Claude Anscombe e Oswald Ducrot (1983) criaram a Teoria da Argumentação na Língua (ANL), defendendo que a argumentação está inscrita na própria língua. A critério de comparação, relembremos que, na concepção tradicional de argumentação, tínhamos a seguinte relação: “A (argumento) e C (conclusão), sendo que entre A e C, há um fato lógico da realidade (H) que produz argumentação – pois ele possui um valor de verdade ou de falsidade” (LOPES, 2017, p. 150). Diante dessa lógica, a argumentação estaria inserida em fatores lógicos externos à língua, na lacuna entre o argumento e a conclusão. Observemos um exemplo dessa relação presente em Ascombe e Ducrot (1993): expressões parecidas, mas que possuem orientações argumentativas distintas, a exemplo de “*pouco*” e “*um pouco*”, não estão ligadas, necessariamente, ao significado da palavra *pouco*, pois, em uma construção dessa palavra, podemos ter os seguintes sentidos: que alguém dormiu *um pouco* (orientação positiva) ou que dormiu *pouco* (orientação negativa).

Koch (2011) baseia-se nos estudos da semântica argumentativa, defendida por Anscombe e Ducrot (1983), e articula as áreas da enunciação, da retórica, da pragmática e do discurso. Dentre os estudos desenvolvidos pela autora sobre argumentação, selecionamos, nesta subseção, aquele pertinente para nosso objetivo de pesquisa: os operadores argumentativos. Apresentamos, a seguir, a explicação de Koch (2011) sobre o processo argumentativo na linguagem:

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro e fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por essa razão que se pode afirmar que o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do texto. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade (KOCK, 2011, p. 17, grifos da autora).

Koch (2011) designa como operadores argumentativos morfemas e vocábulos pertencentes a categorias gramaticais variadas, a exemplo de conectivos, conjunções, advérbios, locuções adverbiais ou aqueles em que não há uma classificação específica. Esses operadores têm por função auxiliar na direção argumentativa do enunciado. São, portanto, responsáveis pela direção argumentativa e discursiva, o que levou a linguista a classificá-los como *operadores discursivos*. Tal estudo tem sua fundamentação em Ducrot (1997), que, a partir de investigações com operadores argumentativos, defende a tese de que a orientação argumentativa está na própria língua, descartando a dependência a fatos lógicos, relação que era frequente em concepções tradicionais da argumentação.

Visto que as teorias recebem contribuições ao longo do tempo, fazemos menção da relevância dos operadores discursivos presentes em Koch (2011) e Koch e Elias (2016). Na primeira obra, a autora considera a categoria de palavras responsáveis pela sinalização da orientação argumentativa como meros elementos relacionais, considerando que a língua não lhes dá a devida atenção. No entanto, na obra de 2016, as autoras Koch e Elias atribuem uma relevância maior aos operadores argumentativos, demonstrando a responsabilidade desses elementos na força argumentativa do enunciado e no seu sentido ou orientação. Ainda em Koch (2011), a autora esclarece que esses elementos ganharam a notoriedade devida nos estudos da semântica estrutural, ou macrossintaxe do discurso. Nesse campo de estudo, esses elementos argumentativos são considerados altamente relevantes para a orientação argumentativa e discursiva.

Na construção desses procedimentos argumentativos, concordamos com Koch (2011) e Koch e Elias (2016) acerca da relevância dos operadores argumentativos/discursivos. Desse modo, com a intenção de expor os tipos de operadores argumentativos descritos pelas autoras, apresentamos 18 deles, no Quadro 5, a seguir, mencionados na obra de 2011 e ampliados na obra de 2016.

Quadro 5 - Os operadores argumentativos/discursivos

1. Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão: **e, também, ainda, nem (e não), não só... mas também, tanto... como, além de, além disso** etc.;
2. Operadores que indicam o argumento mais forte de uma escala a favor de uma determinada conclusão: **até, até mesmo, inclusive** (quando a escala é orientada para a afirmação) e **nem, nem mesmo** (quando a escala é orientada para a negação);
3. Operadores que deixam subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes ou mais fracos: **ao menos, pelo menos, no mínimo**;
4. Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias: **mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto, embora, ainda que, posto que, apesar de (que)**;
5. Operadores que introduzem uma conclusão com relação a argumentos apresentados em enunciados anteriores: **logo, portanto, pois, por isso, por conseguinte, em decorrência** etc.;
6. Operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relativamente ao enunciado anterior: **porque, porquanto, já que, pois, que, visto que, como** etc.;
7. Operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos, visando a uma determinada conclusão: **mais... (do) que, menos... (do) que, tão... quanto**;
8. Operadores que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas: **ou... ou, quer... quer, seja... seja**;
9. Operadores que introduzem no enunciado conteúdos pressupostos: **já, ainda, agora** etc.;
10. Operadores que orientam para afirmação plena ou negação plena: **tudo, todos, muitos, poucos, nada, nenhum** etc.;
11. Operador com função de marcador temporal: **ainda**;
12. Operador com função de marcador atemporal: **ainda** (para introduzir mais de um argumento que corroboram uma só conclusão);
13. Operador indicador de mudança de estado: **já**;
14. Operadores que introduzem argumentos decisivos: **aliás, além do mais**;
15. Operadores que esclarecem, retificam, desenvolvem ou matizam algo dito anteriormente, provocando ajustamento ou precisão de sentido: **isto é, quer dizer, em outras palavras** etc.;
16. Operador que orienta para uma conclusão com valor positivo: **um pouco**;

17. Operador que orienta para uma conclusão com valor negativo: **pouco**;
18. Operadores pertencentes a uma escala argumentativa, orientados para a afirmação da totalidade (**um pouco, quase**) ou para a negação da totalidade (**pouco, apenas**).

Fonte: Koch (2011, p.102-106) e Koch e Elias (2016, p. 61-75).

Portanto, Koch (2011) ressalta a importância de estudar os operadores argumentativos/discursivos, visto que apresentam natureza argumentativa e retórica, o que justifica a postulação de que a argumentação é fundamental na condição de ato linguístico. Dessa forma, esses elementos de valor argumentativo conduzem a orientação argumentativa global, pois direcionam o interlocutor a determinado tipo de conclusões. Percebemos, assim, que a argumentação permeia todo o discurso, cuja pretensão reside *no outro*, na medida em que pretende influenciá-lo, na tentativa de conduzi-lo a determinado ponto de vista, a determinada perspectiva e, até mesmo, a determinada ideologia. Com isso, relembramos os pressupostos de Bakhtin (2006) sobre a ideologia estar presente em todo signo.

Despertar a consciência do usuário da língua acerca do valor argumentativo desses elementos permite que esse usuário perceba o discurso do outro, ao ponto de conseguir instrumentalizar-se a aplicar esses elementos argumentativos em seu próprio discurso.

Após apresentarmos os pressupostos teóricos acerca do processo de referenciação e dos operadores argumentativos, traremos, no próximo capítulo, a análise dos TCCs selecionados para a pesquisa, tendo por base analítica a abordagem sociorretórica, a observância do cumprimento das sequências textuais, em específico o emprego dos operadores argumentativos, e a realização do processo referencial.

5 ANÁLISE DO *CORPUS*: OS OPERADORES ARGUMENTATIVOS E A REFERENCIAÇÃO COMO ELOS ARGUMENTATIVOS NO GÊNERO TCC

Iniciemos a análise dos TCCs coletados, nos quais pretendemos investigar a ocorrência (ou não) de elementos referenciais e operadores discursivos auxiliares no cumprimento da função argumentativa necessária para composição do gênero TCC.

Importante ressaltar que, nesta dissertação, o termo “argumentação” é tomado no sentido de troca de ideias utilizadas por um sujeito a serviço de seu ponto de vista, seja para expor argumentos fundamentados, ou mediante fins manipulatórios. Assim, nosso objetivo é mostrar a argumentatividade nos TCCs que fazem parte do nosso *corpus*, observando os aspectos comunicativos de cada seção deles analisada, dos processos referenciais, materializados em tais textos, não exclusivamente, mas principalmente, e dos operadores argumentativos neles presentes.

Para tanto, organizamos esta análise da seguinte forma: apresentaremos nossas considerações acerca dos TCCs, iniciando pelo gênero monografia do informante da área de Ciências Humanas, do curso de comunicação Social (IHC). Posteriormente, apresentaremos as análises do gênero monografia do informante da área de Ciências Exatas, do curso de Matemática (IEM). E, por fim, analisaremos o TCC da área de Ciências Biológicas, do curso de Medicina, cujo informante foi por nós denominado de IBM. Para cada um dos gêneros analisados, procedemos à seleção de três partes fundamentais, tendo em vista que tais partes podem apresentar mais notadamente os posicionamentos argumentativos dos escreventes, conforme a Figura 11, a seguir, quais sejam:

Figura 11 - Seções para análise

Em cada TCC, analisaremos:
• A seção de introdução; • A seção de análise dos dados (metodologia e resultados); • A seção de considerações finais.

Fonte: Elaboração própria.

As seções de introdução, análise dos dados e considerações finais foram selecionadas para as nossas análises devido à estrutura composicional argumentativa que as comportam, pois, na introdução, podemos perceber que há propósitos comunicativos em que transparecem o

posicionamento do escrevente, a exemplo da justificativa da pesquisa, da questão posta para a investigação, dos objetivos expostos, da hipótese defendida pelo escrevente e da escolha da metodologia a ser adotada. Comunicativamente, essas partes demonstram “o porquê” e “o como” a pesquisa foi desenvolvida, o que nos permite observar o posicionamento argumentativo realizado pelo graduando. Da mesma forma, a seção de análise de dados, apesar de tender a ser mais explicativa, pelo teor comunicativo de sua composição, também é uma seção em que é possível evidenciar a reflexão do discente acerca dos dados por ele analisados, na concordância ou refutação de teorias que foram selecionadas para o seu trabalho. É nessa parte que o escrevente terá a oportunidade de comprovar, através da análise de seus dados, se a teoria por ele evocada se aplica. Nesse ponto é que podemos, também, observar em que medida o informante posicionou-se argumentativamente diante dos dados por ele apresentados, além de ser possível perceber se a hipótese apresentada no início do seu trabalho se comprova, e o que ele tem a dizer acerca da comprovação ou não de tal hipótese. Por fim, selecionamos a seção de considerações finais, visto que, nessa seção, o escrevente discutirá sobre os resultados de sua pesquisa, e tal discussão requer que este se posicione e reflita sobre a teoria e os resultados dos dados apresentados, logo, essa seção também nos mostra promissora para observarmos se o informante consegue cumprir o teor argumentativo esperado para compô-la.

Tais justificativas acerca do caráter mais argumentativo da construção dessas três seções são respaldadas nas discussões dos trabalhos de Motta-Roth e Hendges (2010), de Souza e Silva (2017) e de Ribeiro (2012). Neste último, há a defesa de que o texto argumentativo apresenta o predomínio de sequências contrastivas explícitas, notadamente em passagens cuja construção demonstrará justificativas e comparações de dados e teorias. Já em Souza e Silva (2017), ao acionar a teoria sociorretórica de Swales (1990; 2014), as autoras discutem os movimentos comunicativos da seção de introdução de uma monografia, e tal demonstração nos permite observar as partes em que há construções prototípicas que revelam o posicionamento do escrevente, portanto, com a realização de visadas argumentativas. Por fim, em Motta-Roth e Hendges (2010), há a exposição acerca da teoria e da prática de escrita dos gêneros acadêmicos, e, em sua demonstração, a linguista explicita as partes desses gêneros que mais notadamente apresentam-se em construções textuais contrastivas, portanto, argumentativas, apontando, por exemplo, que a justificativa de uma pesquisa no gênero acadêmico é altamente argumentativa. Tal justificativa pode ser encontrada no propósito de introduzir a pesquisa, de acordo com a teoria dos movimentos sociorretóricos evocada pelas autoras. As linguistas, ao descrever os movimentos sociorretóricos da seção análise de dados, consideram que, apesar de haver um notável teor descritivo e explicativo na seção de análise dos dados, há a presença de

movimentos argumentativos, como o movimento da avaliação da descoberta e a conclusão dos dados. E, ainda nos referindo às contribuições de Motta-Roth e Hendges (2010), as autoras demonstram que a seção de resultados do texto acadêmico discute-os de forma avaliativa, portanto, nessa seção, também é possível observar a visada argumentativa do escrevente.

Desse modo, após a seleção das seções a serem investigadas, selecionamos, também, três categorias analíticas para serem aplicadas em cada uma dessas seções, como ilustra o Quadro 6, adiante, a saber:

Quadro 6 - Categorias analíticas

• Aspectos sociorretóricos (na análise da seção de introdução, apenas);	Fonte: elaboração própria.
• Os operadores argumentativos;	
• A referência.	

Diante dessas premissas, passemos à análise do TCC pertencente ao gênero monografia, do informante do curso de Comunicação, na subseção 5.1, a seguir.

5.1 Análise do TCC de comunicação

O gênero por nós analisado, na presente subseção, refere-se a uma monografia intitulada *A interatividade, o modelo de negócio e a distribuição de conteúdo nos sites jornalísticos nativos on-line brasileiros*. Esse concluinte de graduação será por nós denominado IHC (sigla de Informante da área de Humanas, do curso de Comunicação), com o objetivo de resguardar sua identidade. Apresentamos somente informações pertinentes ao entendimento do contexto relevante para a investigação sobre o gênero TCC: o informante foi estudante do curso de bacharelado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, de uma universidade pública da Bahia, sendo seu texto apresentado e obteve aprovação em 2017. A monografia é constituída das seções de introdução, aporte teórico, metodologia e resultados e considerações finais, num total de 86 páginas, incluindo referências e anexos. Conforme já justificado por nós, passemos à análise da seção de introdução desse texto. Posteriormente, apresentaremos nossas análises sobre as seções de metodologia e resultado (análise) e considerações finais.

Para tanto, passemos à observação desses recursos no TCC, mais especificamente a monografia. Iniciaremos, portanto, essa proposta, com a análise da monografia do informante IHC. Assim, com base na ideia de que os processos referenciais cumprem uma função

eminentemente argumentativa, ou avaliativa, segundo defesa de Cavalcante (2014), faremos um breve levantamento de suas funções que são convocadas a serviço dessa argumentação.

5.1.1 Análise da seção de introdução

A seção de introdução da monografia de IHC apresenta oito parágrafos, em que o informante contextualiza os termos jornalismo e internet, apresenta o tema da pesquisa, a pergunta, os objetivos geral e específicos, a justificativa e o aporte teórico utilizado. Também, há a apresentação da organização estrutural do seu texto. Observemos a introdução de IHC, a seguir, no tópico de aspectos sociorretóricos.

5.1.1.1 Aspectos sociorretóricos

Como dissemos, no capítulo 3 desta dissertação, os aspectos retóricos concernentes ao propósito comunicativo de introduzir a pesquisa, postulados por Swales (2004), atribuem funções dos gêneros que atendam a uma perspectiva multifacetada, considerando que os gêneros podem ter mais de um propósito comunicativo, e esses objetivos são denominados concepções metafóricas dos gêneros, quais sejam: I) ação social, na orientação de ações retóricas efetivas; II) padrões de linguagem tanto social quanto retoricamente partilhados; III) espécies biológicas, por seguirem mudanças funcionais na linha do tempo (presente, passado e futuro); IV) as famílias de protótipos; V) as instituições, tendo em vista os processos de produção e recepção típicos; e VI) os atos de fala, por meio de discursos direcionados.

Baseado nessa classificação, Swales (2004) desenvolve o conceito de prototipicidade, trazendo a justificativa de que as concepções metafóricas acima expostas levam ao entendimento de que os protótipos dos gêneros são capazes de influenciar e restringir a escolha do conteúdo e do estilo desse gênero através do contexto em que está inscrito. Em vista disso, reconhecer os protótipos, defende o linguista, é um importante procedimento a ser seguido pelo analista do texto, pois tal procedimento parte do contexto para o texto, projetando a organização dos gêneros em movimentos retóricos e possibilitando a observação de aspectos textuais e linguísticos. A partir da definição de gêneros através de metáforas, Swales (2004) fundamenta que as várias formas de compreendê-los podem ser aceitas, pois os procedimentos metafóricos permitem considerar as especificidades que circunscrevem o contexto de produção e recepção dos gêneros. Em vista desse caráter mais flexível, também considera que o gênero pode ter mais de um propósito, no entanto, o linguista recomenda ao analista do texto iniciar pelo propósito

comunicativo oficial do gênero e, na sequência, repensar tal propósito, na medida em que estuda o contexto e o entendimento sobre esse gênero.

Diante disso, neste tópico, observaremos a estrutura esquemática da seção de introdução, baseada nos propósitos comunicativos específicos do gênero monografia.

Esta é a introdução que IHC elaborou. Observemos, a seguir, no Quadro 7, os aspectos retóricos concernentes ao propósito comunicativo de introduzir a pesquisa, conforme a abordagem de Swales (2004):

Quadro 7 - A seção introdução de IHC

Propósito comunicativo: introduzir pesquisa	Movimentos retóricos
INTRODUÇÃO	
<u>O jornalismo</u> passou por diversas transformações ao longo da história. Atualmente, <u>com a internet</u>, a audiência é capaz de participar dos processos de produção da notícia, assim como se tornou parte dos meios de disseminação da mesma. <u>O ambiente on-line</u> possibilitou a convergência de várias mídias (texto escrito, som e imagem estática e em movimento) em uma mesma plataforma, abrindo espaço para novas formas de se fazer jornalismo. Entretanto, percebe-se o impacto para <u>as indústrias jornalísticas</u>, sobretudo para os veículos tradicionais, que estão sendo coagidos a buscar novos caminhos a fim de se adaptar aos novos tempos.	§ 1º
A partir da popularização da <u>rede mundial on-line</u>, os <u>veículos de comunicação</u> perderam o domínio sob a distribuição do conteúdo. <u>A indústria jornalística</u> começou a testemunhar um contexto de incertezas em meio à redução da receita vinda da publicidade, sua principal fonte de renda, que encontrou na <i>web</i> um espaço mais rentável e mensurável. Além disso, o leitor mais ativo no processo de construção jornalística e a abundância de informações que podem ser encontradas gratuitamente na internet ajudaram a compor o quadro no que diz respeito ao jornalismo “pós-industrial”.	§ 2º
<u>Nesse cenário</u>, a presente monografia tem como tema o ambiente atual do jornalismo na internet. Com o novo ecossistema jornalístico e diante da necessidade de adaptação, surgiram novas formas de financiamento; os sites de redes sociais tornaram-se uma forma de distribuição; e novas opções de interatividade são geradas permitindo uma participação cada vez maior da audiência.	§ 3º
O problema que abarca esta pesquisa está elaborado na <u>seguinte pergunta</u>: como estão estruturados a interatividade, o modelo de negócio e a distribuição de conteúdo no webjornalismo? Quanto ao objeto da pesquisa, são sites jornalísticos nacionais oriundos do meio virtual. Estabeleceu-se, assim, <u>o seguinte objetivo geral</u>: analisar como os sites jornalísticos brasileiros nativos on-line estão estruturados no âmbito das possibilidades de	Apresentação do tema da monografia § 4º <u>Apresentação da pergunta da pesquisa</u>

interatividade, no modelo de negócio e na distribuição de conteúdo. Deste modo, estipularam-se ainda <u>os seguintes objetivos específicos</u>: a) <u>Definir os conceitos de jornalismo, jornalismo pós-industrial e interatividade</u>; b) <u>Estudar a interatividade nos sites jornalísticos nacionais oriundos do meio virtual</u>; c) <u>Identificar o(s) modelo(s) de negócio predominante(s) nos sites jornalísticos nacionais oriundos do meio virtual</u>; d) <u>Verificar como é a distribuição de conteúdo nos sites jornalísticos nacionais oriundos do meio virtual</u>. Acredita-se que esta pesquisa se justifica <u>haja vista</u> a atualidade do tema e a importância de se entender que saídas o jornalismo “pós-industrial” está encontrando nessa nova era, o que está sendo feito neste campo com as oportunidades trazidas pelas novas tecnologias e como está se dando a relação com a audiência. Para compreender o jornalismo desde o nascimento dos primeiros jornais e pensamentos teóricos a esse respeito, <u>refletiu-se acerca das considerações do estudioso Tobias Peucer</u>. Para versar sobre em que consiste o jornalismo, as perspectivas dos seguintes teóricos foram discutidas: Robert Park (1955 <i>apud</i> MACHADO, 2005), que profere sobre o conhecimento jornalístico por meios das definições de conhecimento "de" e "acerca de"; Adelmo Genro Filho (2012), que defende o jornalismo como instituição social que supera as bases do capitalismo em que foi originado; Eduardo Meditsch (1997), que discute o jornalismo como forma de conhecimento; e Otto Groth (2011), que trata das características essenciais dos jornais. Para abordar o jornalismo feito no ambiente on-line, considerou-se a discussão proposta por Luciana Mielniczuk (2003) quanto às nomenclaturas usadas para fazer referência a este. Observaram-se ainda as características presentes nesse tipo de jornalismo citadas por Jo Bardoel e Mark Deuze (2001). Além disso, os autores Christopher William Anderson, Emily Bell e Clay Shirky (2013), assim como Caio Túlio Costa (2014), discutem o chamado jornalismo pós-industrial, enquanto Alejandro Rost (2014) aborda a interatividade sob o âmbito jornalístico e Raquel Recuero (2009) discorre as redes sociais em vista dessa prática. No primeiro capítulo (Conceitos do jornalismo), apresentam-se os pensamentos teóricos acerca do jornalismo enquanto forma de conhecimento e as implicações dessa prática na <i>web</i>. No segundo capítulo (Jornalismo e mudanças acarretadas pela internet), o novo ecossistema ocasionado pela chegada da internet, os conceitos de interatividade e a relação dos sites de redes sociais com o jornalismo são debatidos. Já no terceiro capítulo	Apresentação do objeto da pesquisa <u>Objetivo geral</u> § 5º <u>Objetivos específicos</u> § 6º Justificativa da pesquisa § 7º <u>Delineamento teórico da pesquisa</u> § 8º Apresentação da estrutura organizacional da monografia.
(Metodologia e resultados), o percurso metodológico, a apresentação dos resultados e sua discussão estão presentes. Após a realização da seleção dos sites que consistem nesta pesquisa, estes foram então visitados de modo a verificar a aplicação quantitativa	

de itens escolhidos para observar os modelos de negócio, as formas de distribuição e as opções de interatividade disponíveis.	
---	--

Fonte: *Corpus* coletado para pesquisa (grifos nossos).

Observamos que a produção da monografia no espaço social universitário atende a uma estrutura esquemática prototípica, que contempla tanto a criatividade dos sujeitos produtores quanto sua capacidade sociocognitiva na produção de gêneros. Assim, podemos observar, no quadro 7, o cumprimento desse protótipo requerido no ambiente institucional da universidade, pois, de acordo com Souza e Silva (2017), os “propósitos comunicativos são construções e ações textuais diversas que caracterizam a organização esquemática dos gêneros” (SOUZA; SILVA, 2017, p. 148). No propósito de introduzir a pesquisa por nós ilustrado no quadro 7, há uma ação textual específica dentro do gênero monografia, qual seja: os elementos presentes na coluna “movimentos retóricos” exemplificam características essenciais que servem para a construção das introduções de monografias. Observamos que esses aspectos são encontrados na seção de introdução de IHC, apresentando, na ordem, os seguintes movimentos:

- a) apresentação do tema da pesquisa: nesse movimento retórico, o escrevente, no terceiro parágrafo, apresenta a seguinte declaração: “Nesse cenário, a presente monografia tem como tema o ambiente atual do jornalismo na internet”, cumprindo o movimento retórico de apresentação do tema da pesquisa.
- b) apresentação da pergunta da pesquisa: o escrevente inicia o quarto parágrafo realizando o movimento retórico de pergunta da pesquisa: “O problema que abarca esta pesquisa está elaborado na seguinte pergunta: como estão estruturados a interatividade, o modelo de negócio e a distribuição de conteúdo no webjornalismo”?
- c) apresentação do objeto da pesquisa: também, no quarto parágrafo, o informante descreve o propósito comunicativo de relatar o objeto de sua monografia, a saber: “Quanto ao objeto da pesquisa, são sites jornalísticos nacionais oriundos do meio virtual”.
- d) objetivos geral e específicos: nos parágrafos quarto e quinto, o escrevente expõe seu objetivo principal e seus objetivos específicos, cumprindo o propósito comunicativo de apresentar os objetivos que nortearão sua pesquisa, a saber: “Estabeleceu-se, assim, o seguinte objetivo geral: analisar como os sites jornalísticos brasileiros nativos *on-line* estão estruturados no âmbito das possibilidades de interatividade, no

modelo de negócio e na distribuição de conteúdo. Deste modo, estipularam-se ainda os seguintes objetivos específicos: a) Definir os conceitos de jornalismo, jornalismo pós-industrial e interatividade [...]"

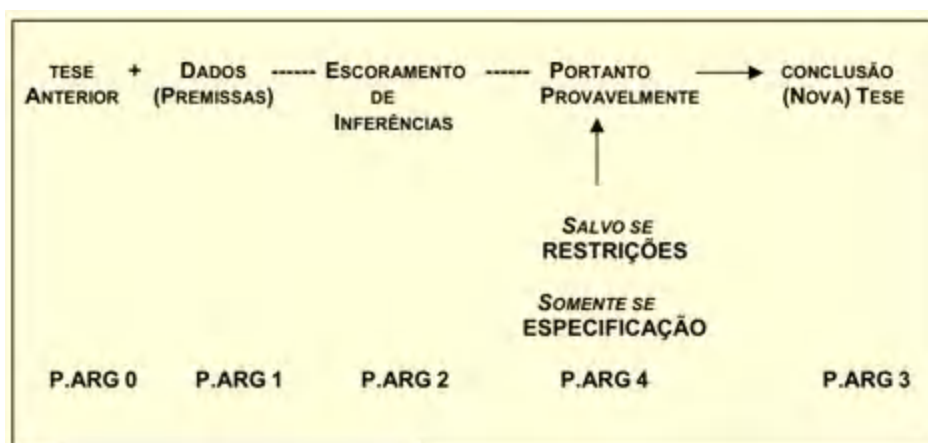
- e) justificativa da pesquisa: o propósito comunicativo de justificar a pesquisa é apresentado no sexto parágrafo: "Acredita-se que esta pesquisa se justifica haja vista a atualidade do tema e a importância de se entender que saídas o jornalismo 'pós-industrial' está encontrando nessa nova era, o que está sendo feito neste campo com as oportunidades trazidas pelas novas tecnologias e como está se dando a relação com a audiência".
- f) delineamento teórico da pesquisa: no sétimo parágrafo, o escrevente realiza o movimento retórico de apresentar o aporte teórico de sua pesquisa: "Para compreender o jornalismo desde o nascimento dos primeiros jornais e pensamentos teóricos a esse respeito, refletiu-se acerca das considerações do estudioso Tobias Peucer. [...]".
- g) apresentação da estrutura organizacional da pesquisa: por último, no parágrafo oitavo, IHC cumpre o propósito comunicativo de descrever a estrutura organizacional de seu texto, do qual expomos apenas essa passagem, a critério de ilustração: "No primeiro capítulo (Conceitos do jornalismo), apresentam-se os pensamentos teóricos acerca do jornalismo [...]".

Todos esses elementos presentes na introdução da monografia de Comunicação, como podemos perceber no quadro 7, anteriormente, contribuem para o propósito comunicativo de introduzir a pesquisa, pois realiza os movimentos retóricos requeridos no espaço social da universidade, cumprindo a estrutura esquemática prototípica desse contexto no que se refere à produção do gênero monografia. Em síntese, diante dos dados apresentados, defendemos que a consciência da abordagem sociorretórica, à semelhança do proposto por Swales (2014), por nós discutida no capítulo 3 desta dissertação, favorece a ação dos sujeitos pesquisadores no propósito de introduzir a pesquisa, pois entendemos que a organização esquemática do gênero é caracterizada pelas construções e ações textuais diversas dos propósitos comunicativos desse gênero. Isso posto, passemos para a análise do subtópico dos operadores argumentativos presentes na seção de introdução.

5.1.1.2 Os operadores argumentativos

Para iniciar esta subseção, relembremos a função dos operadores argumentativos: apresentam uma natureza argumentativa e retórica, tendo por função conduzir a orientação argumentativa global. Diante disso, cumpre-nos abordar a ocorrência desses operadores, e em que medida eles contribuem (ou não) para o desenvolvimento argumentativo do texto analisado. Para tanto, relembremos a sequência argumentativa que tomamos como base de análise, de acordo com o esquema prototípico proposto por Adam (2008). Retomamos aqui esse esquema (Figura 12), apresentado no capítulo 3 desta dissertação:

Figura 12 - Esquema simplificado de uma sequência argumentativa



Fonte: Adam (2008, p. 118 apud RIBEIRO, 2012, p. 42).

Antes de iniciarmos nossas análises acerca do emprego dos operadores argumentativos, apresentamos nossa escolha metodológica acerca da ordem em que os excertos serão investigados: não nos deteremos na ordem linear do texto, visto que estaremos observando o cumprimento de uma sequência específica, a argumentativa. Nesse sentido, como já justificamos no capítulo 3 desta dissertação, nos respaldaremos na Teoria da Análise Textual dos Discursos, elaborada pelo francês Jean-Michel Adam (2008 apud ADAM, 2010). Dessa teoria, selecionaremos os seguintes níveis de análise, conforme Adam (2010): nível sequencial-composicional (em que observaremos o cumprimento das sequências argumentativas, mas sem considerar a linearidade do texto) e nível argumentativo (tendo por base os atos do discurso que conduzem a orientação argumentativa do texto). O próprio autor, Adam (2010), adverte, diante dos resultados de suas análises, que, apesar de a teoria por ele desenvolvida considerar que a metodologia recomendada para investigar as sequências textuais precisaria seguir a linearidade do texto, há ressalvas a essa observação diante da escolha de se investigar um tipo específico de sequência. Em vista disso, como nosso foco principal de análise, nesta subseção, é discutir

acerca do cumprimento das sequências argumentativas, exporemos uma análise acerca dessas sequências textuais que considere uma observação não linear do texto. Feitas essas ressalvas, iniciemos nossas considerações analíticas.

Na introdução de IHC, notamos a presença da estrutura prototípica da sequência argumentativa no nível justificativo (soma das proposições argumentativas: P. arg1 + P. arg2 + P. arg3), como demonstrado no excerto (01):

(01)

Acredita-se que esta pesquisa se justifica (P.ARG 3: conclusão) **haja vista** a atualidade do tema e a importância de se entender que saídas o jornalismo “pós-industrial” está encontrando nessa nova era, (P.ARG 2: justificativa) o que está sendo feito neste campo com as oportunidades trazidas pelas novas tecnologias **e como** está se dando a relação com a audiência. (P.ARG 2: justificativa).

Nessa sequência, os operadores “haja vista” e “e como” atuam como auxílio argumentativo no excerto (01). O primeiro operador introduz uma explicação sobre a afirmação anterior da presença de uma justificativa para a pesquisa (P. Arg. 3). Já o segundo operador, “e como”, soma o argumento “relação com a audiência” a favor da mesma conclusão, ou seja, de que a pesquisa se justifica (P. Arg 3).

O nível dialógico ou contra-argumentativo (soma das proposições argumentativas P. Arg 0 + P. Arg 4) é também desenvolvido na introdução de IHC, nos parágrafos 1 e 2. Talvez, a ocorrência escassa de uma sequência argumentativa tão prototípica se justifique pelo caráter comunicativo da introdução, marcada pela apresentação geral da pesquisa, portanto, mais expositivo do que argumentativo. Logo, foram poucas as partes dessa seção em que encontramos as visadas argumentativas do escrevente. Mesmo assim, nesses momentos, o enunciador apresenta um posicionamento dialógico ou contra-argumentativo, inclusive, com a presença do operador contrajuntivo “*entretanto*”, que conduz a uma nova argumentação, conforme demonstrado no próximo excerto. Então, observemos o excerto (02), ilustrativo de uma sequência prototípica, retirado da introdução de IHC:

(02)

O jornalismo passou por diversas transformações ao longo da história (P. Arg 0). **Atualmente**, com a internet, a audiência é capaz de participar dos processos de produção da notícia (P. Arg 1), **assim como** se tornou parte dos meios de disseminação da mesma (P. Arg 2). O ambiente on-line possibilitou a convergência de várias mídias (texto escrito, som e imagem estática e em movimento) em uma mesma plataforma,

abrindo espaço para novas formas de se fazer jornalismo. **Entretanto**, percebe-se o impacto para as indústrias jornalísticas (P. Arg 4), **sobretudo** para os veículos tradicionais, **que** estão sendo coagidos a buscar novos caminhos a fim de se adaptar aos novos tempos (P. Arg 3).

No excerto (02), temos a presença do operador “atualmente”, cuja função é marcação temporal, ligando a tese anterior “O jornalismo passou por diversas transformações ao longo da história” (P. Arg 0) ao (P. Arg 1) à premissa “com a internet, a audiência é capaz de participar dos processos de produção da notícia”. Na sequência, o emprego do operador “assim como” introduz a soma do argumento “se tornou parte dos meios da mesma”, presente na sequência como P. Arg 2, antecedendo as inferências que estão por vir, isto é, “O ambiente on-line possibilitou a convergência de várias mídias (texto escrito, som e imagem estática e em movimento) em uma mesma plataforma, abrindo espaço para novas formas de se fazer jornalismo”. Além desses argumentos, encontramos o elemento necessário para o desenvolvimento da escala prototípica completa, o P. Arg 4, cuja introdução se dá pelo operador argumentativo “Entretanto”, responsável por contrapor argumentos orientados para uma conclusão contrária, qual seja: “o impacto para as indústrias jornalísticas”. Ainda na relação de oposição (P. Arg 4), como já sinalizamos, há a soma de argumento em favor dessa conclusão contrária, mediante o operador “sobretudo”. Por fim, o excerto 2 completa a escala argumentativa prototípica com a presença do P. Arg 3, concluindo o período introduzido pelo operador explicativo “que”, relativo ao enunciado anterior “sobretudo para os veículos tradicionais”, iniciando nova conclusão ou tese: “estão sendo coagidos a buscar novos caminhos a fim de se adaptar aos novos tempos”. Temos, portanto, o cumprimento da escala argumentativa completa no parágrafo do excerto (02). Percebemos, através desse exemplo, a relevância dos operadores argumentativos para composição do gênero TCC.

Observemos, agora, o excerto (03), que também ilustra a escala argumentativa prototípica, conforme modelo desenvolvido por Adam (2008 apud ADAM, 2010):

(03)

A partir da popularização da rede mundial on-line, os veículos de comunicação perderam o domínio sob a distribuição do conteúdo (P. ARG 0). A indústria jornalística começou a testemunhar um contexto de incertezas em meio à redução da receita vinda da publicidade, sua principal fonte de renda, que encontrou na web um espaço mais rentável e mensurável (P. ARG 1). **Além disso**, (P. ARG 2) o leitor mais ativo no processo de construção jornalística e a abundância de informações que podem ser encontradas gratuitamente na internet ajudaram a compor o quadro no que diz respeito ao jornalismo “pós-industrial”.

Nesse cenário, (P. ARG 4) a presente monografia tem como tema o ambiente atual do jornalismo na internet. Com o novo ecossistema jornalístico e diante da necessidade de adaptação, surgiram novas formas de financiamento; (P. ARG 3) os sites de redes sociais tornaram-se uma forma de distribuição; e novas opções de interatividade são geradas permitindo uma participação cada vez maior da audiência.

No esquema apresentado por Adam (2008, ADAM, 2010) sobre a sequência argumentativa, a tese anterior e as inferências não necessariamente precisam estar presentes no texto, sendo determinadas pelo sentido do enunciado. No excerto (03), observamos o cumprimento da sequência argumentativa de nível dialógico ou contra-argumentativo completa, com a presença de tese anterior (P. ARG 0) + dados (premissas P. ARG 1) + escoamento de inferenciais (P. ARG 2) + operador (P. ARG 4) + conclusão (P. ARG 3). Ademais, percebemos, no excerto (03), a presença de três operadores argumentativos que auxiliaram na construção da sequência: “a partir”, “além disso” e “nesse cenário”. O primeiro operador introduz a tese anterior: “da popularização da rede mundial on-line, os veículos de comunicação perderam o domínio sob a distribuição do conteúdo”, funcionando como operador temporal; o segundo operador, “além disso”, auxiliou na construção de inferências, em favor de uma mesma conclusão: “o leitor mais ativo no processo de construção jornalística e a abundância de informações que podem ser encontradas gratuitamente na internet ajudaram a compor o quadro no que diz respeito ao jornalismo ‘pós-industrial’”. O terceiro operador, “nesse cenário”, introduziu uma conclusão com relação aos argumentos apresentados anteriormente, ou seja, “a presente monografia tem como tema o ambiente atual do jornalismo na internet”.

É importante salientar que as sequências não seguem padrões rígidos, podendo sofrer variação no modelo argumentativo, ocorrendo tanto de forma progressiva (D então C), quando de forma regressiva (D porque C). A ocorrência regressiva foi observada no excerto (01), dando prioridade à explicação para justificar a afirmação anterior, diante do nível justificativo da sequência, marcado pelos operadores “haja vista” e “e como”, nos períodos “a atualidade do tema e a importância de se entender que saídas o jornalismo ‘pós-industrial’ está encontrando nessa nova era” e “como está se dando a relação com a audiência”, respectivamente. Esses operadores argumentativos empregados na introdução funcionaram tanto para apresentar um nível mais justificativo da sequência quanto um nível mais dialógico, contra-argumentativo.

Concluimos que a sequência argumentativa está presente na seção analisada e que o propósito comunicativo de introduzir foi atingido, mesmo que o nível justificativo da sequência apareça na maior parte da seção. Essa escassez de contra-argumento, como já mencionamos,

pode ser reflexo da natureza comunicativa da introdução, apresentado um panorama geral do texto.

Diante dessas constatações, passemos à investigação sobre os elementos referenciais da introdução em análise.

5.1.1.3 A referenciação

Na produção de um texto, inicialmente, há a seleção de um assunto a ser tratado. Esse assunto é caracterizado por um referente, ao qual são agregadas informações pertinentes ao tema. Da necessidade de retomada mais adiante do mesmo tema, há uma movimentação denominada remissão, ou retroação, conforme explicação de Koch (2016). Nessa relação de criação de um tema ou de uma retomada, ocorre o processo de referenciação, assunto por nós discutido no capítulo 4 desta dissertação.

Num universo heteróclito e complexo que é a linguagem, elegemos, dentro da área da Linguística Textual, uma subárea dos estudos da Linguística, uma teoria instigante, ao nosso ver, pois nos possibilita observar além da linearidade do texto, seguindo pistas que conduzem a uma argumentação, a determinado ponto de vista e a aspectos ideológicos: estamos nos referindo à teoria da Referenciação. Longe de tentar instanciar uma discussão filosófica acerca de como a língua referencia o mundo, uma vez que foge ao objetivo desta pesquisa, nos deteremos em observar como os movimentos de categorização e recategorização do referente auxiliam o escrevente em seu projeto de dizer, sendo um importante auxiliador da argumentatividade do texto. Para tanto, na presente subseção, nos concentraremos em selecionar as expressões referenciais da parte da introdução de IHC que permitem observar uma visada argumentativa realizada pelo informante. A partir dessa constatação, elencaremos as funções dessas formas (que podem aparecer como pronomes, expressões nominais e numerais), e em que medida elas conduzem a uma orientação argumentativa.

Na seção de introdução, o informante IHC informa, no primeiro parágrafo, que o assunto de sua pesquisa é as transformações pelas quais o jornalismo passou. Durante toda essa parte do texto, o escrevente recategoriza esse referente. Observemos como ocorrem esses movimentos de referenciação, começando pela reprodução do primeiro parágrafo da introdução, no excerto (04):

(04)

O jornalismo passou por diversas transformações ao longo da história. Atualmente, **com a internet**, a audiência é capaz de participar **dos processos de produção da notícia**, assim como se tornou parte dos meios de disseminação da mesma. **O ambiente on-line** possibilitou a convergência de várias mídias (texto escrito, som e imagem estática e em movimento) em uma mesma plataforma, abrindo espaço para novas formas de se **fazer jornalismo**. Entretanto, percebe-se o impacto para as **indústrias jornalísticas**, sobretudo para os veículos tradicionais, que estão sendo coagidos a buscar novos caminhos a fim de se adaptar aos novos tempos.

Destacamos, no excerto (04), a introdução do referente “O jornalismo”, cujo assunto é enunciado a partir das transformações históricas pelas quais esse termo tem passado. Esse referente é recategorizado pelas expressões nominais “dos processos de produção da notícia”, “fazer jornalismo” e “indústrias jornalísticas”. A primeira expressão nominal referencial desempenha a função de especificação, o que Koch (2017) nomeia anáfora especificadora, pois acrescenta uma informação sobre uma função do objeto do discurso (O jornalismo), de que ele é produtor de notícia. A reativação do referente na memória também é operada nesse exemplo, através do emprego das anáforas nominais especificadoras “fazer jornalismo” e “indústrias jornalísticas”. Esses movimentos referenciais presentes no excerto (04) contribuem para a progressão do tópico discursivo, na medida em que, na especificação do referente, direciona o leitor para o objetivo do assunto tratado, discutir sobre as transformações do jornalismo ao longo da história.

Ainda no excerto (04), há a ocorrência da introdução referencial “internet”, retomada na forma anafórica especificadora “O ambiente on-line”. Assim como na ocorrência com a recategorização do referente “O jornalismo”, o referente “internet” também é recategorizado por uma anáfora especificadora, por meio do hipônimo “o ambiente on-line”, cuja função é justamente especificar esse referente, contribuindo para orientar a argumentação do tópico discursivo. Essa recategorização dos referentes “O jornalismo” e “internet” é construída em toda a seção de introdução de IHC. Observemos, em caráter ilustrativo, no excerto (5), correspondente ao segundo parágrafo da introdução, a ocorrência desse movimento anafórico:

(05)

A partir da popularização da **rede mundial on-line**, os veículos de comunicação perderam o domínio sob a distribuição do conteúdo. A indústria jornalística começou a testemunhar um contexto de incertezas em meio à redução da receita vinda da publicidade, sua principal fonte de renda, que encontrou na **web** um espaço mais rentável e mensurável. Além disso, o leitor mais ativo no processo de construção jornalística e a abundância de informações que podem ser encontradas gratuitamente na internet ajudaram a compor o quadro no que diz respeito ao jornalismo “pós-industrial”.

Duas funções das anáforas nominais são percebidas na construção do excerto (05): a primeira delas é a ocorrência das expressões “rede mundial on-line” e “web”, correferentes de “internet”, termo introduzido no excerto (04), e desempenham um papel de reativação na memória do interlocutor, através da remissão apresentada anteriormente no texto. Esse processo é o que Koch (2017) designa como alocação ou focalização na memória ativa através do emprego de sinonímia. A segunda função das anáforas, no referido excerto, é o de rotular seu introdutor referencial, empregando as anáforas nominais rotuladoras “veículos de comunicação” e “indústria jornalística”, correferentes de “jornalismo”, evidenciando, desse modo, um posicionamento argumentativo de IHC, uma vez que transparece seu ponto de vista acerca do jornalismo, pois o amplia a veículos de comunicação e correlaciona-o ao mercado, através da expressão “indústria jornalística”. Esse enunciado será explorado em toda a seção de introdução, o que auxilia o escrevente na progressão do tópico discursivo e na tomada de um posicionamento argumentativo de seu texto.

Como expomos, o referente auxilia o produtor do texto no modo como constrói o seu dizer, de acordo como o objetivo comunicativo, levando em consideração os participantes da interação. Diante disso, relembremos o postulado de Bakhtin de que os gêneros existem porque atendem a determinadas demandas sociais, pois são as esferas de comunicação que elaboram “seus tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 262). Diante disso, corroboramos, conforme discutido no capítulo 2 desta dissertação, com a ideia de que é relevante observar em que esferas/campos de circulação a comunicação verbal se materializa. A produção do TCC atende a uma exigência que considera os requisitos do gênero científico, diante do meio de produção e circulação desse gênero. Em vista disso, percebemos que o emprego de elementos referenciais auxilia tanto na argumentatividade do gênero, como na afirmação do escrevente em seu meio acadêmico, no desenvolvimento de uma pesquisa que julga relevante nessa esfera de circulação. Podemos considerar que estão envolvidas tanto a competência linguística quanto a afirmação social desse escrevente. Voltando para as questões especificamente referenciais, observemos os movimentos que auxiliam o informante na argumentação de seu texto e em como transparecem aspectos discursivos próprios do seu lugar de enunciação, no excerto (06), a seguir.

(06)

Nesse cenário, a presente monografia tem como tema **o ambiente atual do jornalismo na internet**. Com o novo ecossistema jornalístico e diante da necessidade de adaptação,

surgiram novas formas de financiamento; os sites de redes sociais tornaram-se uma forma de distribuição; e novas opções de interatividade são geradas permitindo uma participação cada vez maior da audiência.

[...]

Acredita-se que **esta pesquisa se justifica** haja vista a atualidade do tema e a importância de se entender que saídas **o jornalismo “pós-industrial”** está encontrando nessa nova era, o que está sendo feito neste campo com as oportunidades trazidas pelas novas tecnologias e como está se dando a relação com a audiência.

O escrevente IHC emprega a nominalização “ambiente atual do jornalismo na internet”, retomando dois termos já anteriormente categorizados, “o jornalismo” e “internet”, explicados no excerto (04) anteriormente. Dessa forma, IHC converge os dois assuntos para a sua pesquisa, unindo-os no tema que se propõe a desenvolver. Essa anáfora nominal desempenha uma importante função cognitivo-discursiva, pois conduz a orientação argumentativa de todo o texto. Além do tema apresentado, cujo movimento de remissão convergiu para essa apresentação, observamos a justificativa da pesquisa, que retoma o termo “jornalismo”, exposto anteriormente no texto, na forma de “jornalismo pós-industrial”, uma anáfora nominal avaliativa, cuja função é especificar o tipo de jornalismo que será investigado. Percebemos que, ao justificar sua pesquisa, discursivamente, IHC se apresenta como sujeito capaz de desenvolver um estudo cuja relevância o habilitará, através da aprovação do seu TCC, a ser considerado profissional de sua área de formação.

5.1.2 A seção de metodologia e resultados

Na presente subseção, apresentamos nossas considerações sobre alguns excertos selecionados do capítulo 3 da monografia de IHC, intitulado *Metodologia e resultados*. Nesse capítulo, o escrevente classifica sua pesquisa como básica, pois seu fim não é de aplicação prática; além disso, esclarece que desenvolve uma pesquisa de abordagem quantitativa e de caráter descritivo. O informante constrói duas seções para esse capítulo, o de percurso metodológico, onde relata os procedimentos da pesquisa, e o de análise de dados, em que discorre acerca dos dados investigados. Para esse capítulo, IHC utilizou 20 laudas, da página 55 à página 75. Dentro de cada seção desse capítulo, havia subseções que tratavam sobre os tipos de interatividade dos *sites* analisados.

Isso posto, passemos à discussão acerca dos operadores argumentativos e o cumprimento ou não da sequência argumentativa da seção “Metodologia e resultados” da monografia de IHC. Posteriormente, analisaremos o processo referencial envolvido nessa parte, e em que medida a referenciação contribui para o caráter argumentativo do gênero.

5.1.2.1 Os operadores argumentativos

A articulação entre orações, períodos, parágrafos e sequências maiores é necessária para compor a produção textual. Essa aplicação se justifica devido a um empenho para que o texto seja compreendido como uma unidade de sentido, conforme nos chamam a atenção Koch e Elias (2016). Para que esse processo ocorra, nos valem de segmentos textuais denominados articuladores textuais, operadores argumentativos ou marcadores discursivos. Para nossa abordagem, os denominaremos operadores argumentativos e traremos à memória suas funções: auxiliar na obtenção da coesão, na orientação argumentativa e na coerência textuais. Conforme já discurremos no capítulo 3 desta dissertação, esses articuladores atuam no texto desde auxiliares da organização global, passando por encadeamentos entre parágrafos, até o nível microestrutural, encadeando orações e termos de orações. Com vistas à nossa investigação, ressaltaremos, com prioridade, os operadores que atuam no nível intermediário do texto; contudo, não excluímos as ocorrências no nível macroestrutural e nem microestrutural, os quais serão comentados no decorrer de nossas análises. Porém, os excertos que apresentamos, a seguir, referentes aos operadores argumentativos, serão notadamente do nível intermediário do texto, uma vez que essa é a principal ocorrência desses operadores encontrados no *corpus*. Vejamos o excerto (07):

(07)

Uma vez que este trabalho intenta verificar o que os sites nativos on-line aplicam da discussão a respeito do jornalismo pós-industrial, adotou-se como parâmetro para a pesquisa os sites que seguem a mesma variação editorial dos veículos tradicionais. **Em outras palavras**, optou-se por focar a pesquisa apenas nos meios generalistas, que se aproximam mais em conteúdo dos tradicionais. **Sendo assim**, selecionaram-se, entre os sites mapeados tanto pela Pública quanto pelas sugestões dos leitores, aqueles sem proposta temática, **ou seja**, os que possuem conteúdo diversificado, apresentando diferentes editorias (mesmo que estas não estejam explicitamente separadas de modo visual dentro do site) que não estão vinculadas a um mesmo tema. A própria Agência Pública, por se encaixar nesse perfil, foi também incluída na pesquisa.

No excerto (07), notamos a presença dos operadores argumentativos “uma vez que”, “em outras palavras”, “sendo assim” e “ou seja”. Os articuladores “em outras palavras” e “ou seja” funcionam no texto para redefinir e reforçar períodos anteriores no mesmo parágrafo, na ocorrência: “Uma vez que este trabalho intenta verificar o que os sites nativos on-line aplicam da discussão a respeito do jornalismo pós-industrial, adotou-se como parâmetro para a pesquisa

os sites que seguem a mesma variação editorial dos veículos tradicionais” e na ocorrência: “entre os sites mapeados tanto pela Pública quanto pelas sugestões dos leitores, aqueles sem proposta temática”. Esses operadores atuam no nível intermediário do texto, funcionando como evidenciadores de propriedade autorreflexiva da linguagem. O operador “uma vez que” também funciona como uma justificativa do período que o antecede, como exemplifica o excerto (07) acima. Por fim, ainda no excerto (07), vislumbramos a ocorrência do articulador “sendo assim”, um operador conclusivo da ideia expressa no parágrafo, ou seja, a forma de seleção dos sites para pesquisa.

Para além do encadeamento textual, esses operadores contribuem para a orientação argumentativa de enunciado. Assim, percebemos a composição, nesse excerto, da sequência argumentativa explicativa: A tese anterior, ou P. ARG 0, ocorre no início do parágrafo, com o operador argumentativo “uma vez que”. Na sequência, IHC apresenta os dados ou premissa (P. ARG 1) com a utilização do operador “Em outras palavras”, seguindo à explicação, ou argumento 1: “optou-se por focar a pesquisa apenas nos meios generalistas, que se aproximam mais em conteúdo dos tradicionais”. Na sequência, temos o aparecimento da inferência “sendo assim”, introduzindo o argumento 2 (P. ARG 2): “selecionaram-se, entre os sites mapeados tanto pela Pública quanto pelas sugestões dos leitores, aqueles sem proposta temática”. Não há, nesse excerto, a presença do argumento 4, conforme escala prototípica de Adam (2008). Temos, no entanto, a presença de uma escala argumentativa explicativa, de acordo com classificação do mesmo autor, a qual apenas expõe determinado assunto, sem construir a visada argumentativa do escrevente, muito embora cumpra uma função argumentativa, cuja escala se classifica como explicativa e não discursiva. Relembremos a definição de níveis da escala argumentativa, defendida por Adam (2008), a critério de exemplificação, começando por nível justificativo da sequência: “a) o nível justificativo (soma das proposições argumentativas: P arg1 + P. arg2 + P. arg3), a estratégia argumentativa é dominada pelos conhecimentos apresentados e o interlocutor tem pouca relevância [...]”. (ADAM, 2008, p. 233-234 apud RIBEIRO, 2012, p. 44); agora, relembremos sua explicação acerca do nível dialógico: “b) o nível dialógico ou contra-argumentativo (soma das proposições argumentativa P. arg0 + P. arg4), a estratégia argumentativa visa a uma transformação dos conhecimentos, a argumentação é negociada com um contra-argumentador [...]” (ADAM, 2008, p. 233-234 apud RIBEIRO, 2012, p. 44). Portanto, observamos que IHC, na enunciação de seu texto, faz uso, na seção de análise, de uma estratégia argumentativa em que o posicionamento de outros autores é mais evidente do que seu próprio posicionamento argumentativo, dada a natureza justificativa ilustrada no excerto (07) e constatada em grande parte de sua seção analítica.

Passemos, agora, para a análise do excerto (08), cuja ocorrência nos despertou a atenção devido ao cumprimento do nível discursivo da escala argumentativa, numa construção de uma sequência argumentativa prototípica, conforme postulada por Adam (2008), o que possibilitou a progressão argumentativa no texto. Vejamos:

(08)

A internet é um espaço com abundância de informações, **que** estão constantemente sendo atualizadas, **portanto**, acredita-se que os sites que não fazem uso desse mecanismo não compreendem sua importância nesse contexto, **visto que** o leitor pode ficar "perdido" em meio a tanta informação. **Porém**, a maior parte dos nativos on-line faz uso dessas ferramentas.

No excerto (8), acima, notamos a presença dos operadores “que”, “portanto”, “visto que” e “porém”. O primeiro operador, “que”, funciona como termo explicativo ou justificativo do período “A internet é um espaço com abundância de informações” (P. ARG 0), de acordo com a classificação de operadores discursivos listados por Koch e Elias (2016) e por nós exemplificados no capítulo 3 desta dissertação. Seguindo a listagem dessa classificação, percebemos que o operador “visto que” também atua como elemento explicativo antecipando o período por ele justificado: “o leitor pode ficar ‘perdido’ em meio a tanta informação” (P. ARG 1). Ademais, notamos a presença de outros dois operadores fundamentais: “portanto”, introduzindo a conclusão “acredita-se que os sites que não fazem uso desse mecanismo não compreendem sua importância nesse contexto” (P. ARG 4). A despeito desse último operador, percebemos um posicionamento argumentativo do escrevente. Também, observamos a ocorrência de “porém”, operador contrajuntivo ou opositivo, conforme classificação das autoras Koch e Elias (2016), antecipando o período “a maior parte dos nativos on-line faz uso dessas ferramentas” (P. ARG 3). Esses operadores, assim dispostos, contribuíram para o cumprimento da sequência argumentativa aos moldes do protótipo de Adam (2008): o P. ARG 0 ou tese anterior “A internet é um espaço com abundância de informações”; a introdução do operador explicativo “que”, funcionando como dados ou premissa (P. ARG 1), uma conclusão iniciada pelo operador “portanto” (P. ARG 4), direcionando para uma nova tese, iniciada pelo operador opositivo “porém” (argumento 3), mediado pelo operador “visto que”, um introdutor explicativo do período intermediário (P. ARG 2). Portanto, temos o cumprimento da sequência argumentativa prototípica, de nível discursivo, conforme modelo idealizado por Adam (2008). Percebemos que a concatenação de operadores argumentativos, nos moldes que mencionamos na presente dissertação, cujo referencial teórico encontra-se no capítulo 3 deste texto, auxilia o

escrevente IHC na argumentatividade de seu texto, sobretudo em uma seção que necessita que assim seja, que é a parte da análise da pesquisa.

Interessante notar que, apesar de IHC cumprir, em algumas partes da sua análise, o teor ou visada argumentativa em seu texto, notamos, ainda, a presença, ou dependência, do discurso do outro para endossar a sua análise, com constante menção a teóricos que o escrevente utilizou no referencial teórico. Notamos, também, que essas retomadas foram usadas para conduzir a uma argumentação que corrobora com as ideias desses autores; no entanto, parece que o escrevente, nesses momentos, tem sua própria voz silenciada, em detrimento da “voz de autoridade” que ele evoca. Reconhecemos a necessidade de o texto ser coeso e coerente com as ideias nele expostas e consideramos que a retomada a esses autores constitua indícios de uma organização global do texto. Contudo, consideramos que o excesso de remissão a teóricos, numa seção em que a voz do escrevente deve se fazer notada e em que é preciso encontrar sua contribuição para aquele tema tratado, compromete a argumentatividade no nível dialógico ou contra-argumentativo, o que torna pouco clara a contribuição individual sobre o objeto de pesquisa. Vejamos, então, o excerto (09), em que há a evocação da teoria, tanto com menção de autores quanto de citação direta de suas obras.

(09)

Breiner (2014b) comenta a venda direta de produtos em sites jornalísticos citando exemplos como o do site El Faro, de El Salvador, **que** vende produções artísticas e livros – incluindo produções da própria equipe a partir de investigações – e o The Telegraph, na Inglaterra, que vende produtos típicos de lojas de departamento.

[...]

Breiner (2014b, s.p.) profere ainda sobre a vantagem da produção de eventos ao atrair patrocinadores: “Quando os eventos são alinhados com a missão da sua publicação, ajudam a reforçar sua marca como um líder na comunidade [...] Você pode manter os custos baixos negociando alguns dos custos dos alimentos e local”. O site Fluxo é o único entre os selecionados que realiza esse tipo de ação, aproveitando-a como forma de incentivo a doações, uma vez que “Apoiadores e membros [pessoas que doam R\$15,00 e R\$100,00 ao mês, respectivamente] podem ter descontos ou participar gratuitamente de alguns deles”.

[...]

Observa-se que a publicidade ainda é bastante utilizada em comparação aos outros modelos, **todavia**, apenas cinco dos 12 sites verificados usam unicamente esse tipo de financiamento. **Anderson, Bell e Shirky (2013) defendem** que a internet proporciona maior capacidade de mensuração do impacto dos anúncios, o que pode estar contribuindo para que anunciantes invistam nesses meios on-line; **no entanto**, a possibilidade que as redes sociais e veículos como o Google proporcionam de a publicidade chegar ao seu público de forma tanto direta quanto indireta, sendo direcionada por esses meios, faz com que os anunciantes invistam também nesses

espaços – **Anderson, Bell e Shirky (2013, p. 86) chegam a dizer que há uma** “incessante debandada de anunciantes [do âmbito jornalístico] para outras plataformas”.

O excerto (09) nos é curioso por duas razões: a primeira, pela constante remissão a teóricos em um espaço essencialmente analítico; a segunda, pela ocorrência de operadores que dariam a oportunidade de o escrevente posicionar-se diante de sua enunciação, porém essa expectativa é quebrada diante da evocação contínua à voz do outro, materializada por explicações dos teóricos. Discutamos o primeiro caso: “Breiner (2014b)” e “Anderson, Bell e Shirky (2013)” são os teóricos que IHC utiliza para endossar sua análise na ilustração do excerto (09). A primeira ocorrência do nome “Breiner (2014b)” é usada para iniciar uma sequência explicativa, conforme a classificação de sequências textuais prototípicas desenvolvidas por Adam (2008), expostas no capítulo 3 desta dissertação. Assim, o termo “Breiner (2014b)” introduz a esquematização inicial “comenta a venda direta de produtos em sites jornalísticos citando exemplos como o do site El Faro, de El Salvador” (P. explicativa 0), a qual é seguida por “que”, um operador argumentativo explicativo, introduzindo o período “vende produções artísticas e livros”, adicionada pelo operador aditivo “e”, que antecede o trecho “o The Telegraph, na Inglaterra”, segue, mais uma vez, operador explicativo “que”, o qual introduz a avaliação ou ratificação do enunciado “vende produtos típicos de lojas de departamento”. Para fins de ilustração, apresentamos, novamente, na Figura 13, o modelo de sequência explicativa adotado por Adam (2008) e por nós exposto no capítulo 3 deste texto:

Figura 13 - Sequência explicativa

Esquema 27			
Sequência Explicativa	Por que p? Porque q	P.explicativa 0 P.explicativa 1 P.explicativa 2 P.explicativa 3	Esquematização inicial Problema (questão) Explicação (resposta) Ratificação-avaliação

Fonte: Adam (2008, p. 244 apud FOLLMANN, 2012, p. 100).

Percebemos, portanto, o cumprimento de uma sequência explicativa, ao invés de argumentativa, na seção de análise de IHC. É comum haver sequências explicativas em produções de gênero argumentativo, sobretudo na parte de referencial teórico, pois é necessário situar o leitor acerca da teoria que será trabalhada. No entanto, observamos que a sequência explicativa também se faz presente na parte de análise de dados, convivendo com as sequências argumentativas, ao nosso ver, de forma colaborativa. No entanto, chamamos a atenção para o

excesso de sequências explicativas em partes necessárias à contribuição do pesquisador para seu objeto de pesquisa, pois demonstra o que ele tem a dizer a partir das constatações.

Passemos à segunda razão que despertou nossa atenção no excerto (09): a presença dos operadores “todavia” e “no entanto”. A conjunção “todavia” contrapõe o enunciado anterior “Observa-se que a publicidade ainda é bastante utilizada em comparação aos outros modelos”, ao enunciado posterior “apenas cinco dos 12 sites verificados usam unicamente esse tipo de financiamento”, prevalecendo a argumentação do último enunciado. Nessa construção, é claro o posicionamento do escrevente, contribuindo para a informatividade de seu texto. O mesmo ocorre com o operador argumentativo “no entanto”, o qual antecede o período “Anderson, Bell e Shirky (2013) defendem que a internet proporciona maior capacidade de mensuração do impacto dos anúncios, o que pode estar contribuindo para que anunciantes invistam nesses meios on-line”, para apresentar uma ressalva posterior “a possibilidade que as redes sociais e veículos como o Google proporcionam de a publicidade chegar ao seu público de forma tanto direta quanto indireta, sendo direcionada por esses meios, faz com que os anunciantes invistam também nesses espaços”.

Notamos que o emprego dos operadores contrajuntivos, ou opositivos, proporciona uma visada argumentativa do escrevente e, mesmo que o período não apresente uma sequência argumentativa completa, esses elementos são fundamentais para transparecer as constatações de quem escreve. Ainda quanto à ocorrência do operador “no entanto”, observamos que, apesar de ele funcionar como importante elo argumentativo, o escrevente recorre à voz do outro, materializado pelo posicionamento dos autores que evoca, conforme recorte do excerto: “— Anderson, Bell e Shirky (2013, p. 86) chegam a dizer que há uma ‘incessante debandada de anunciantes [do âmbito jornalístico] para outras plataformas’”. Nesse caso, entendemos que a remissão aos teóricos legitimou a argumentação do escrevente sem, contudo, deixar de demonstrar seu posicionamento, fato que não ocorre ao referir-se ao primeiro teórico, aqui já discutido, “Breiner (2014b)”, em que IHC apenas apresenta uma explicação da teoria aplicada aos seus dados.

Além dos operadores contrajuntivos, chamou-nos a atenção o emprego de articuladores que auxiliaram na organização do texto. Observemos o excerto (10), a seguir:

(10)

Em relação aos “Chats e fóruns”, apenas um dos sites, o Centro de Mídia Independente, oferece essa opção, por meio do “Bate-Papo CMI”. **Há duas maneiras de participação: a primeira** é por meio do navegador, em que o internauta acessa um link,

escolhe um apelido e o canal “#Brasil” e se conecta; **a segunda** é por meio da instalação do cliente de bate-papo, que deve ser utilizado para acessar um endereço eletrônico, por meio do canal “#brasil”. Tentou-se acessar o bate-papo por meio de ambas as opções, **porém**, não se obteve sucesso; **deste modo**, o site não foi incluído nesta categoria.

Os operadores “a primeira” e “a segunda” serviram para organizar o texto em uma sucessão de fragmentos que tanto complementam como orientam a argumentação, conforme explicação de Koch e Elias (2016) sobre articuladores de organização textual. Assim, o escrevente enuncia que “Há duas maneiras de participação” e expõe organizadamente “a primeira”, seguindo com a explanação na sequência do período: “é por meio do navegador, em que o internauta acessa um link, escolhe um apelido e o canal ‘#Brasil’ e se conecta”; e expõe, em seguida, “a segunda” maneira: “é por meio da instalação do cliente de bate-papo, que deve ser utilizado para acessar um endereço eletrônico, por meio do canal ‘#brasil’”. Dessa forma, observamos que a presença desses articuladores auxiliou tanto na sequência lógica dos argumentos quanto no posicionamento argumentativo do escrevente.

Como discutimos sobre os excertos (07), (08), (09) e (10), anteriores, os articuladores ou operadores argumentativos têm importante papel no encadeamento lógico do texto, funcionando como importante elemento da argumentação que o escrevente se propõe desenvolver. Passemos para o próximo subitem, nossas considerações sobre o processo de referenciação na seção de análise de IHC.

5.1.2.2 A referenciação

Ao nos questionarmos sobre o assunto do texto, nos deparamos com o anúncio de um tema e sua retomada, o que, como já discurremos, constrói o processo de referenciação. O referente, de acordo com Koch e Elias (2016), se constrói no nosso dizer e o modo como esse dizer é construído deixa transparecer nosso objetivo, nossa intenção, os participantes da enunciação e o seu contexto. Imaginemos esse processo em uma análise de uma pesquisa: sem dúvida, a forma como o escrevente referencia seu objeto de investigação transparece o seu entendimento e posicionamento a respeito dele. Vejamos, no excerto (11), a seguir, como IHC referencia um ponto fundamental de sua análise:

(11)

Quanto ao “Contato por e-mail”, **este** pode ser encontrado em 27 dos sites (ou 84,38%). O Repórter de Rua tem o botão “Fale Conosco”, contudo, ao ser clicado, abre-

se uma página com a mensagem “Not Found”, o que aconteceu também em todas as tentativas em dias e horários diversos; deste modo, não há a possibilidade de **contato por e-mail**.

Esse é um instrumento importante para o internauta tirar dúvidas, enviar sugestões/críticas ou entrar em contato para outros propósitos, sem que isso se torne público, como o poderia ser nas redes sociais. Como já se observou, **o e-mail** ainda é bastante utilizado, principalmente em situações formais; a porcentagem expressiva de sites que possibilita o contato por **esse meio** reitera **isso**.

No excerto (11), vemos que o introdutor referencial “Contato por e-mail” é recategorizado pela anáfora pronominal *este*, e, logo na sequência, o termo é repetido no final do primeiro parágrafo do excerto: “contato por e-mail”, o que, para Apothéloz ([1995] 2016), é considerada uma anáfora fiel, ou seja, quando um referente introduzido antes no texto é retomado por um SN definido ou demonstrativo, seguido do mesmo nome nuclear de sua retomada, conforme expomos no capítulo 2 desta dissertação. Aparentemente, a recategorização desse assunto, no primeiro parágrafo, não transparece um posicionamento argumentativo do escrevente, apenas retoma o assunto, explicando-o. No entanto, no início do segundo parágrafo do excerto (11), IHC faz uso da expressão “esse é um instrumento importante”, para referir-se à introdução referencial “Contato por e-mail”. Nesse caso, percebemos o emprego de uma anáfora por nomeação, de acordo com classificação de Apothéloz ([1995] 2016), que tem por função a orientação argumentativa construída por IHC sobre a importância do meio de comunicação on-line. Com essa expressão nominal, fica claro o posicionamento argumentativo do escrevente a favor da ocorrência do e-mail na comunicação para os internautas.

Ainda sobre o excerto (11), percebemos o emprego de outra anáfora fiel “o e-mail”, expressão seguida de determinante definido e que tem por função rerepresentar o referente, à medida que o texto avança. Mais adiante, percebemos o emprego da nominalização “esse meio”, uma expressão nominal, cuja função é especificar o referente, considerando-o um meio de comunicação. Por fim, percebemos a presença do pronome “isso”, no final do segundo parágrafo do excerto (11), que tem por função resumir toda a porção precedente do texto, recapitulando o assunto vigente. Esse processo de categorização e recategorização nos permite visualizar a arquitetura organizacional do texto em torno de um determinado tema, que, no caso do excerto examinado, auxiliou na progressão do tópico discursivo.

Para além de retomada do assunto do enunciado, com vistas à progressão do texto e dos referentes, percebemos que o processo de referenciação nos fornece pistas de aspectos

discursivos, do mundo, e permite a condução argumentativa do texto. Vemos essa ocorrência no excerto (12), a seguir:

(12)

As “Perguntas enviadas por leitores para entrevistas” concedem aos internautas a oportunidade de se tornarem entrevistadores, assumindo um papel que seria exclusivo do jornalista. Nenhum dos sites verificados oferece essa conveniência, que está, **portanto**, sendo **negligenciada** pelos meios jornalísticos nativos on-line.

Nesse excerto, a expressão “Perguntas enviadas por leitores para entrevistas” é retomada por uma expressão nominal “essa conveniência”, cuja função é, além de atualizar o tópico discursivo, avaliar o referente, funcionando como uma expressão nominal que orienta a argumentação do escrevente IHC, indo além da linearidade do texto, pois transparece seu ponto de vista acerca da expressão referenciada, ou seja, que é algo conveniente, mas que, no entanto, de acordo com IHC, é “negligenciada”. Assim, o escrevente faz, mais uma vez, uso de anáfora avaliadora para rotular seu tema enunciado, qual seja: “Perguntas enviadas por leitores para entrevistas”.

No excerto (13), a seguir, observaremos mais um caso de expressão nominal que contribui para a argumentação do escrevente IHC:

(13)

Sundet e Ytreberg (2009, p. 5, tradução minha) comentam as expectativas dos meios em relação ao entusiasmo quanto à novidade tecnológica:

[...]

Isso posto, é possível que o medo do mau uso, especialmente ao se levar em consideração a imprevisibilidade característica da interatividade comunicativa, seja parcialmente responsável por não terem sido identificadas inovações nas opções desse tipo de **interatividade**.

Em (13), percebemos que o escrevente IHC usa o termo encapsulador “Isso posto” para resumir toda a porção precedente do texto e introduzir uma informação nova, o que permitiu a progressão referencial. Ademais, há a presença do especificador “desse tipo de interatividade”, para se referir às novas tecnologias de mídia, assunto tratado por ele no decorrer de sua análise. Dessa forma, o escrevente orienta seu texto para a argumentação de que as tecnologias têm uma função interativa importante. Tal utilização auxilia IHC na progressão do tópico discursivo do seu texto e, em consequência, no cumprimento do nível argumentativo necessário para o gênero.

5.1.3 A seção de considerações finais

Para finalizar as análises sobre o TCC de Comunicação, passemos às nossas observações sobre a seção considerações finais, em que o enunciador escreveu quatro laudas, da página 75 à 78. Assim como no tópico anterior, investigaremos a ocorrência dos operadores argumentativos e a estrutura referencial, que nos permitem vislumbrar traços argumentativos no gênero em análise.

5.1.3.1 Os operadores argumentativos

Conforme anunciamos sobre os operadores argumentativos, reforçamos a defesa de que eles são fundamentais para compor tanto as sequências argumentativas como para transparecer a condução argumentativa criada pelo escrevente. Desse modo, a seguir, apresentaremos excertos da seção considerações finais que demonstraram esse posicionamento. Iniciemos pelo excerto (14):

(14)

O subsídio que vinha da publicidade perdeu sua força desde então. As novas formas de financiamento, como o crowdfunding e o paywall, **ainda não foram** capazes de render a mesma receita que os meios alcançavam antes da internet, e esta realidade pode não mudar. **Todavia**, acredita-se que as instituições jornalísticas não perderam sua relevância, **sobretudo** ao cumprir papéis necessários para a manutenção do "quarto poder", impedindo ou reprimindo más condutas dos detentores de poder por meio de suas virtudes, **que** incluem a influência e a capacidade de adaptação diante de acontecimentos incertos.

No excerto (14), IHC emprega os operadores argumentativos “ainda não”, “Todavia”, “sobretudo” e “que”. Percebemos o cumprimento da sequência argumentativa prototípica de Adam (2008) nessa construção: o operador “ainda que” liga o argumento 0 ou tese anterior: “O subsídio que vinha da publicidade perdeu sua força desde então. As novas formas de financiamento, como o crowdfunding e o paywall” à ressalva posterior “não foram capazes de render a mesma receita que os meios alcançavam antes da internet, e esta realidade pode não mudar” (P. ARG 1: premissa). Na sequência, apresenta um operador contrajuntivo, “Todavia”, para introduzir a contra-argumentação seguinte: “acredita-se que as instituições jornalísticas não perderam sua relevância” (P. ARG 2) e conclui, acrescentando uma nova premissa iniciada

pelo operador de acréscimo “sobretudo”, antecedendo o período “ao cumprir papéis necessários para a manutenção do ‘quarto poder’, impedindo ou reprimindo más condutas dos detentores de poder por meio de suas virtudes”, cuja função demonstra notadamente o posicionamento argumentativo do escrevente, o qual conclui, posicionando-se, mais uma vez, com uma explicação conduzida pelo introdutor “que” em “que incluem a influência e a capacidade de adaptação diante de acontecimentos incertos”. Diante disso, percebemos que IHC faz amplo uso de operadores, corroborando para o nível argumentativo discursivo de sua seção de considerações finais. A seguir, observaremos o emprego de mais uma sequência argumentativa, no excerto (15):

(15)

O webjornalismo, desde seu nascimento, esteve presente em diversos momentos históricos e presenciou fases distintas, **enquanto** buscava encontrar sua própria linguagem e formato. **Não há, entretanto**, uma única regra para essa atividade, **quicá** pela diversidade de públicos neste meio. Com o passar dos anos, começaram a ser exploradas as alternativas que a web oferece, e desenvolveram-se, gradativamente, as características próprias – **como** a interatividade e a multimidialidade, impulsionadas no meio on-line – **que** distinguem o webjornalismo das formas tradicionais de jornalismo.

No exceto (15), IHC, mais uma vez, cumpre a sequência textual argumentativa prototípica. Nesse excerto, há o emprego de diversos operadores: o articulador “enquanto”, cuja função é sinalizar relações temporais, que, na construção analisada, antecede o argumento “buscava encontrar sua própria linguagem e formato”. Além disso, temos a presença de um articulador de negação “não”, seguido de um operador opositivo, “entretanto”, iniciando um posicionamento argumentativo do escrevente ao enunciar: “Não há, entretanto, uma única regra para essa atividade, quicá pela diversidade de públicos neste meio”. IHC ainda lança mão de um operador comparativo “como”, a fim de ligar o próximo argumento “a interatividade e a multimidialidade, impulsionadas no meio on-line” e o encerra explicando a sua distinção sobre o Webjornalismo, empregando o operador explicativo “que” no último período: “distinguem o webjornalismo das formas tradicionais de jornalismo”. Diante dessas constatações, percebemos que o escrevente consegue posicionar-se argumentativamente em seu texto na seção de resultados finais. É nessa parte que evidenciamos, com mais frequência, a voz do enunciador, por meio de operadores que cumpriram sequências argumentativas de nível discursivo, ou seja, completas. Portanto, nessa seção, podemos considerar que o informante se posicionou como pesquisador, sujeito ativo e crítico, diante de seu objeto de estudo. Certamente, a presença de elos proporcionados pelos operadores contribuiu para essa percepção nessa parte do texto.

As ressalvas e oposições se fazem mais presentes nessa seção, também operadas por articulador contrajuntivo “embora” e o temporal “que ainda”, compondo mais uma construção com notável visada argumentativa do escrevente, no excerto (16), a seguir:

(16)

Assim, **embora** a internet tenha abalado o cenário jornalístico drasticamente, provocando instabilidade e insegurança ao futuro da profissão, novas oportunidades foram concedidas para se fazer jornalismo, com novos formatos e linguagens e uma nova relação com a audiência. Compreende-se que é preciso ousadia e determinação para que deste espaço, **que ainda** é de experimentação, origine-se a inovação. **Com criatividade, crê-se que** é possível se reerguer da atual crise, **do mesmo modo que**, no passado, superaram-se as adversidades.

No exceto (16), acima, notamos que, além dos operadores que funcionam para contrastar os argumentos, com os articuladores “embora” e “que ainda”, já mencionados, há a presença de operadores que encadeiam a sequência argumentativa do excerto (16): o conectivo explicativo “que” introduz uma explicação sobre a criatividade, e o operador comparativo “do mesmo modo que” inicia um posicionamento comparativo do escrevente frente à crise por ele discutida. Temos, assim, a critério de exemplificação, as principais ocorrências de operadores que auxiliaram IHC na condução argumentativa de sua seção de considerações finais. Vale ressaltar que, nessa seção, pelo caráter argumentativo do gênero TCC, é notada a voz do enunciador, por meio de suas conclusões acerca do seu objeto de estudo. No entanto, ainda que percebamos maior posicionamento do escrevente, notamos a recorrência de remissão a teóricos e a presença, ainda que escassa, da sequência explicativa. Tal ocorrência pode se justificar diante do propósito comunicativo da seção de análise de dados, cujos movimentos retóricos conduzem a uma explicação dos dados e à comprovação ou refutação da teoria evocada pelo escrevente. Percebemos, portanto, que a sequência explicativa é recorrente nessa seção e está a serviço do propósito argumentativo do escrevente acerca da análise dos dados de sua pesquisa.

Passemos, agora, às observações concernentes às recategorizações de referentes, no próximo subitem.

5.1.3.2 A referenciação

No movimento de remissão e retomada de referentes, constantemente as formas nominais conduzem argumentativamente o leitor a uma determinada conclusão. Por essa constatação, percebemos que é possível que tais expressões nominais operem uma

transformação dos objetos aos quais eles se referem, de modo que vão sendo construídos e reconstruídos, para atender ao propósito comunicativo do enunciador. Vejamos essa ocorrência de uma forma nominal que deixa transparecer o projeto comunicativo do escrevente, no excerto (17):

(17)

A receita gerada pela distribuição de conteúdo na plataforma on-line se dá por meio do acesso via contribuição financeira. Sendo assim, os paywalls, mecanismos que intermediam o interfluxo do conteúdo a partir desta, viabilizam esse faturamento. **Como se observa nesta pesquisa, esse** não é um modelo de **negócio popular** entre os sites nativos on-line. Portanto, na internet, a distribuição não está subsidiando o jornalismo.

No jogo de retomada de referentes do excerto (17), percebemos que a expressão “paywalls” é seguida de uma categorização nominal de definição: “mecanismos que intermediam o interfluxo do conteúdo a partir desta”, cuja função é esclarecer acerca de um termo pouco conhecido. Ademais, esse mesmo introdutor referencial é recategorizado pela expressão nominal “negócio popular”, que o classifica e o avalia, atuando como anáfora avaliadora, e tem por função conduzir a orientação argumentativa do enunciado, revelando a visão do enunciador sobre o assunto. Assim, percebemos que a presença de expressões nominais recategorizadoras é um importante instrumento para a argumentatividade no texto, funcionando, inclusive, para transparecer aspectos discursivos do escrevente, além de conduzir à interpretação de enunciado. Esse tipo de ocorrência foi escasso na seção de considerações finais, mas nos momentos em que se fizeram presentes, proporcionaram evidente posicionamento argumentativo do escrevente, como evidenciamos no exceto (17).

Em síntese, podemos afirmar que o escrevente IHC conseguiu produzir uma seção que atende aos critérios argumentativos necessários para compor o gênero TCC. Os elementos por nós investigados foram fundamentais para esse alcance, como aqui discutimos. Evidenciamos que, em alguns momentos da seção de resultados finais, ainda houve construções mais explicativas e descritivas, onde deveria predominar as argumentativas. No entanto, tal ocorrência não prejudicou o todo da seção, pois o escrevente logrou o êxito de posicionar-se crítica e argumentativamente acerca do seu objeto de pesquisa.

5.1.4 Discussão dos resultados do TCC de comunicação

Com o intuito de apresentar uma visão geral acerca das análises sobre o TCC de Comunicação, iniciamos a presente subseção descrevendo nossas principais impressões de cada uma das partes discutidas sobre o referido TCC. Desse modo, começamos a traçar nossas considerações sobre a seção de introdução, produzida por IHC. Três critérios de análise foram aplicados nessa seção: os aspectos sociorretóricos, os operadores argumentativos e a referenciação. Quanto aos aspectos sociorretóricos, comprovamos que os propósitos comunicativos de introduzir pesquisa, conforme a abordagem sociorretórica, foram cumpridos na introdução de IHC, auxiliando-o no seu propósito de introduzir a pesquisa.

A respeito dos operadores argumentativos, comprovamos que, nos momentos que eles se fizeram presentes, houve o cumprimento da sequência argumentativa, tanto de nível explicativo quanto de nível discursivo. Percebemos, no entanto, que a ocorrência de sequência argumentativa foi escassa. Acreditamos que essa escassez, sobretudo de contra-argumento, pode ser reflexo da natureza comunicativa da introdução, que apresenta um panorama geral do texto, sendo, portanto, mais explicativo do que argumentativo, muito embora haja momentos em que o escrevente precisa se posicionar argumentativamente, quando da apresentação da justificativa, por exemplo.

Quanto ao emprego de elementos referenciais, observamos que IHC, nos excertos em que utiliza as recategorizações nominais e os encapsulamentos anafóricos, consegue posicionar-se argumentativa e discursivamente sobre sua pesquisa. Vejamos, então, no Quadro 8, a seguir, o resumo das ocorrências dos operadores argumentativos e dos aspectos referenciais por nós apresentados na análise da seção de introdução:

Quadro 8 - Seção introdução

SEÇÃO INTRODUÇÃO	
OPERADORES	FUNÇÃO REFERENCIAL (3 excertos)
Haja vista	3 anáforas nominais especificadoras
E	1 reativação na memória através de hiperônimo/hipônimo
Como	1 rotulação

Atualmente	1 orientação argumentativa
Assim como	
Entretanto	
Que	
Sobretudo	
A partir	
Além disso	
Nesse cenário	

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à seção de resultados e discussões de IHC, nos detivemos em duas categorias de análise: os operadores discursivos e a referenciação. O fato de não elegermos os aspectos sociorretóricos, na seção de análise, deve-se ao fato de considerarmos que essa seção varia conforme o objeto de pesquisa e a metodologia adotada, logo, apresenta maior variabilidade em sua construção. Começamos, então, pelas considerações sobre os operadores argumentativos. Observamos que IHC, ao empregar os articuladores ou operadores argumentativos, consegue compor o encadeamento lógico do texto, que funciona como importante elemento da argumentação que o escrevente se propõe desenvolver. No entanto, percebemos, nessa seção, a presença constante de remissões a teóricos, numa parte em que o escrevente deveria deixar transparecer sua voz; no entanto, a voz de autoridade é constantemente evocada, numa construção que dificulta o posicionamento próprio do escrevente. Fazemos a ressalva de que é relevante o diálogo com a teoria discutida, inclusive, e isso demonstra coerência macroestrutural. No entanto, o excesso da retomada de teorias pode denotar falta de posicionamento daquele que se dispõe a contribuir com a pesquisa de determinado objeto de estudo.

Quanto aos aspectos referenciais, percebemos que, para além da retomada do assunto do enunciado, com vistas à progressão do texto e de referentes, o processo de referenciação empregado nessa seção nos dá pistas de aspectos discursivos, que permitem a condução

argumentativa do texto. Nessa seção, as anáforas nominais utilizadas permitem a percepção de visadas argumentativas do sujeito escrevente.

No Quadro 9, a seguir, apresentamos as ocorrências dos operadores argumentativos e das funções dos elementos referenciais por nós identificados na análise da seção de resultados e discussão de IHC:

Quadro 9 - Seção resultados e discussão

SEÇÃO RESULTADOS E DISCUSSÃO	
OPERADORES ARGUMENTATIVOS	FUNÇÃO REFERENCIAL (3 excertos)
Uma vez que	Anáfora pronominal (2) reativar na memória
Em outras palavras	Anáfora fiel (3): reativar na memória
Sendo assim	Orientação argumentativa (2)
Que	Avaliação (1)
Portanto	Rotulação (2)
Visto que	Encapsulador (3)
Porém (2)	
Todavia	
No entanto	
A primeira/a segunda	
Deste modo	

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, sintetizamos os resultados da análise das considerações finais produzidas por IHC. Assim como na seção de resultados e discussão, utilizamos como critérios de análise os operadores argumentativos e os elementos referenciais. Percebemos, em relação aos operadores argumentativos, o cumprimento do caráter argumentativo do gênero TCC, em que é notada a voz do enunciador, por meio de suas conclusões acerca do seu objeto de estudo. No entanto, ainda que notemos maior posicionamento do escrevente, percebemos a recorrência a teóricos e, nesses momentos, ocorre a produção de sequências mais explicativas do que argumentativas. No entanto, essa ocorrência não chegou a comprometer o nível argumentativo esperado para a seção.

Os elementos referenciais empregados por IHC, na seção de considerações finais, foram importantes instrumentos de argumentação, quando realizados por expressões nominais recategorizadoras, auxiliando, inclusive, no aparecimento de aspectos discursivos no texto do escrevente, além de possibilitar o entendimento da condução argumentativa do texto. No entanto, as anáforas recategorizadoras foram escassas nessa seção, se destacando nos poucos momentos em que apareceram, por proporcionarem evidente posicionamento argumentativo do escrevente.

A seguir, no Quadro 10, apresentamos as principais ocorrências dos operadores argumentativos e das funções referenciais conforme discutidos na seção considerações finais.

Quadro 10 - Seção considerações finais

SEÇÃO CONSIDERAÇÕES FINAIS	
OPERADORES ARGUMENTATIVOS	FUNÇÃO REFERENCIAL (1 excerto)
Ainda não	Definição através de glosas didáticas
Todavia	Orientação argumentativa 1
Sobretudo	
Enquanto	

Não	
Entretanto	
Quiçá	
Que (2)	
Embora	
Ainda que	
Do mesmo modo que	

Fonte: Elaboração própria.

Em resumo, considerando as três seções do TCC de Comunicação analisadas, podemos concluir que os operadores argumentativos, quando empregados, foram responsáveis pelo teor argumentativo do texto e pelo cumprimento das sequências argumentativas, conforme a análise dos excertos ilustrados. Ademais, podemos constatar, com base nos dados do *corpus*, que os elementos referenciais cumpriram relevante função argumentativa e discursiva; logo, a presença de tais elementos evidenciou os pontos de maior visada argumentativa do escrevente.

5.2 Análise do TCC de matemática de IEM

O gênero por nós analisado, nesta seção, refere-se a uma monografia de um discente do curso de Matemática, cujo título é *Um olhar para a matemática financeira na educação de jovens*. Esse concluinte de graduação será por nós denominado IEM (sigla de Informante da área de Exatas, do curso de Matemática), com o objetivo de resguardar sua identidade. IEM foi estudante do curso de Licenciatura em Matemática, em uma universidade pública da Bahia, seu TCC foi apresentado e obteve aprovação em 2016. A monografia é constituída das seções de introdução, aporte teórico, procedimentos metodológicos, análise dos resultados da pesquisa e conclusão, num total de 67 páginas, incluindo referências e anexos. Iniciaremos nossas considerações sobre a seção de introdução da referida monografia; posteriormente, analisaremos as seções de análise dos resultados da pesquisa e conclusão.

5.2.1 Análise da seção de introdução

A seção de introdução da monografia de IEM apresenta vinte e dois parágrafos, em que o informante inicia descrevendo sobre os motivos que o levaram a pesquisar a Matemática financeira e a respeito da seleção dos sujeitos para a sua pesquisa, alunos da Educação de Jovens e Adultos. Identificamos o tema da pesquisa a partir do parágrafo nono e, posteriormente, o informante apresenta a justificativa, a pergunta, o objetivo, e a apresentação da organização estrutural do seu texto. Observemos a introdução de IEM, a seguir, no tópico de aspectos sociorretóricos.

5.2.1.1 Aspectos sociorretóricos

Como já contextualizamos acerca da abordagem sociorretórica no capítulo 3 desta dissertação, bem como no TCC de Comunicação, anteriormente analisado, passemos a observar a estrutura esquemática da seção de introdução de IEM, tendo em vista os propósitos comunicativos do gênero monografia. A seguir, apresentamos a introdução do escrevente na íntegra, no Quadro 11.

Quadro 11 - A seção introdução de IEM

Propósito comunicativo: introduzir pesquisa	Movimentos retóricos
INTRODUÇÃO Trajetória pessoal e motivação para realizar a pesquisa Início este trabalho apresentando um pouco da minha trajetória acadêmica, bem como a motivação na escolha por trabalhar com o tema Matemática Financeira na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos. Há alguns anos, quando cursava o Ensino Médio ouvi um boato que havia discussões sobre a implantação da disciplina: Educação Financeira na Educação Básica. Fiquei empolgado com a ideia, pois em minha formação básica não tive oportunidade de discutir questões relativas ao planejamento financeiro. Senti falta deste conhecimento quando precisava tomar decisões quanto às situações impostas pelo mercado, como compras a vista e a prazo, juros em boletos. Adquiri maior domínio sobre minhas decisões financeiras, depois que fiz um curso técnico em Contabilidade. Este curso foi de grande valia para minha formação, não apenas profissional, mas também pessoal. Aprendi a importância do planejamento familiar, e outros conteúdos como o cálculo de juros e porcentagens, conhecimentos sobre logística, custo de mercadorias, e controle das receitas e despesas.	§ 1º § 2º Relato de experiência motivacional § 3º

Entendemos que a Matemática Financeira se faz presente em nosso cotidiano, contudo é <u>um tema</u> pouco debatido nas salas de aula. Enfatizamos a importância da aplicação dos conceitos matemáticos na vida das pessoas de modo que a aprendizagem matemática contribua nas tomadas de decisões, impostas na hora da compra e venda, além de empréstimos e outras situações envolvendo recursos financeiros. Partimos da ideia que o ensino de Matemática Financeira pode contribuir significativamente para a formação cidadã dos estudantes. Pois, “não faz parte do cotidiano da maioria das pessoas buscar informações que as auxiliem na gestão de suas finanças. Para agravar essa situação, não há uma cultura coletiva, ou seja, uma preocupação da sociedade organizada em torno do tema.” (BRASIL 2013, p. 12). <u>Esta afirmação</u> nos deixa antever que é importante gerir nossos recursos e que falta um despertar da sociedade frente <u>a esse tema</u>. O caderno do Banco Central do Brasil alega que: Nas escolas, pouco ou nada é falado sobre o assunto. As empresas, não compreendendo a importância de ter seus funcionários alfabetizados financeiramente, também não investem nessa área. Similar problema é encontrado nas famílias, onde não há o hábito de reunir os membros para discutir e elaborar um orçamento familiar. (BRASIL, 2013, p. 12) Identificamos pela citação anterior, que até mesmo nas escolas, espaço instituído para aprendizagem e formação para a cidadania, pouco ou nada se fala sobre o tema. Conteúdos básicos como juros e porcentagens são fundamentais ao desempenho do conhecimento financeiro, em especial trabalharemos com esses conteúdos em nosso trabalho, por serem à base desse tema. Segundo o caderno de educação financeira e gestão de finanças pessoais, do Banco Central do Brasil (2013), a educação financeira pode trazer diversos benefícios, entre os quais, possibilitar o equilíbrio das finanças pessoais, preparar para o enfrentamento de imprevistos financeiros e para a aposentadoria. Com isso, acreditamos que a educação financeira contribui para a formação do cidadão. Cabe destacar que uma das finalidades da escola é a educação para a cidadania, e esta educação deve possibilitar aos alunos a compreensão de diversos elementos, dentre eles, os que permitem fazer cálculos para analisar as situações econômicas com as quais convivem em seu dia-a-dia, em especial, se pensarmos no público da EJA, ofertando oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado e seus interesses, uma vez que este público já está inserido no mundo do trabalho e pelas circunstâncias da vida não pôde efetuar os estudos na idade regular, adiando seus planos. (BASTOS, 2008, p. 180). A escola deve formar um cidadão preparado a lidar com sua realidade, habilitando a lidar com situações diversas do cotidiano. Na EJA em especial os alunos já com experiência de vida devem receber uma bagagem necessária para reflexão e planejamento de suas vidas. E	Relato de experiência motivacional § 4º Discussão sobre a importância da matemática financeira § 5º Apresentação do tema da monografia § 6º § 7º § 8º corrobora com a citação anterior: tema § 9º Tema § 10º § 11º
--	---

adquirir aquela aprendizagem que foi impossibilitado de receber no tempo regular. Consideramos importante um estudo sobre o conhecimento de noções de Matemática Financeira por alunos da EJA, visto que o tema está intrinsecamente relacionado com as vidas dos jovens e adultos que retornaram à sala de aula e convivem diariamente com problemas financeiros. Não corremos risco ao afirmar que, atualmente, esses alunos, por não possuírem noções que permitam compreender algumas transações comerciais e bancárias, não conseguem adquirir um bem durável ou adquirem estes bens com juros exorbitantes. (BASTOS, 2008, p. 179) Assim, é preciso trazer a Matemática para a realidade, qualificando o aluno para o bom uso do sistema financeiro, trabalhando situações problemas que envolva decisões financeiras, reduzindo a possibilidade de o indivíduo cair em fraudes. Dessa forma, consideramos que o público da Educação de Jovens e Adultos já vivenciou e experienciou situações que envolveram juros, desconto e porcentagem e, portanto, já possuem algum conhecimento sobre esses conteúdos. E dessa forma, ponderamos investigar as estratégias que esses alunos apresentam ao se deparar com situações – problemas envolvendo juros, desconto e porcentagem. Diante do exposto, surge o objetivo dessa pesquisa que é investigar as estratégias de alunos da Educação de Jovens e Adultos ao resolver com situações–problema envolvendo juros, desconto e porcentagem. Dessa forma, nossa investigação se norteou pela seguinte pergunta de pesquisa: <u>Quais as estratégias de alunos da Educação de Jovens e Adultos ao resolver com situações–problema envolvendo juros, desconto e porcentagem?</u> Descrição da monografia Apresentamos na introdução nossa trajetória pessoal, desde o Ensino Médio ao Ensino Superior e o que nos motivou a realização desta pesquisa. No primeiro capítulo, falamos inicialmente da Educação de Jovens e Adultos, conforme a LDB, em seguida falamos um pouco do percurso da EJA no Brasil e a importância da matemática financeira na vida do indivíduo. Apresentamos no segundo capítulo, uma breve abordagem histórica da Matemática Financeira, posteriormente falamos da relevância do livro didático na formação acadêmica, e trazemos uma análise feita em um livro da EJA do segundo ciclo. O próximo capítulo denominado: Procedimentos Metodológicos, apresentamos as nossas escolhas metodológicas e os questionários aplicados com os alunos para a análise das estratégias utilizadas. No penúltimo capítulo, trazemos os dados coletados durante nossa investigação, dando destaque para a quantidade de erros e acertos e as estratégias de resolução utilizadas pelos alunos. Por fim, concluiremos o trabalho com a conclusão na qual o nosso objetivo é responder a questão norteadora da pesquisa.	§ 12º § 13º § 14º § 15º Justificativa da pesquisa § 16º Apresentação do objetivo da pesquisa <u>Apresentação da pergunta da pesquisa</u> § 17º § 18º Apresentação da estrutura organizacional da monografia. § 19º § 20º
---	--

	§ 21º § 22º
--	---------------------------

Fonte: *Corpus* coletado para pesquisa (grifos nossos).

Na seção de introdução de IEM, conforme transcrita no quadro 11, observamos que, apesar de extensa, não apresenta integralmente a estrutura esquemática prototípica no propósito de introduzir a pesquisa, pois não conseguimos identificar seu delineamento teórico, os objetivos específicos e a escolha metodológica. Notamos, portanto, que IEM não realiza todos os movimentos retóricos necessários para atender ao propósito de introdução de texto em situação de pesquisa. Conforme discutimos no capítulo 3 desta dissertação, os gêneros em situação de pesquisa, como as monografias, devem ser estruturalmente lógicos, no sentido de apresentar o objeto pesquisado. A ação social que atenda a cultura acadêmica deve ser esquematizada na produção escrita, de acordo com a defesa de Souza e Silva (2017), baseando-se nos aspectos sociorretóricos de Swales (2004). Nesse ponto, chamamos a atenção para as estratégias linguísticas mais recorrentes, de acordo com a teoria da metáfora de gêneros de Swales (2004). Assim, como demonstrado no capítulo 3, a organização retórica da introdução de pesquisa deve ater-se, sobretudo, a esses elementos: justificativa da pesquisa, delineamento teórico, estrutura organizacional do texto, elementos esses não identificados na introdução do texto do informante.

Vejamos, então, os movimentos que IEM fez e os que deixou de fazer, no sentido de apresentar sua pesquisa na introdução. O escrevente inicia sua introdução descrevendo sua experiência acerca do que o motivou a pesquisar a Matemática financeira e segue relatando a importância desse tema para o cotidiano das pessoas, no entanto, tal descrição não explicita se vem a ser uma justificativa da pesquisa. Ademais, IEM apresenta citações sobre a Matemática financeira e sua importância no cotidiano social, porém tais citações e comentários dessas citações não cumprem o propósito comunicativo de delineamento teórico da pesquisa, pois o informante não expõe em que teóricos se embasará no desenvolvimento do seu texto. Desse modo, podemos afirmar, diante da introdução de IEM apresentada, que há momentos em que o escrevente não cumpre a ação social necessária para atender a demanda da esfera acadêmica, conforme o entendimento de esfera social da teoria bakhtiniana de gêneros, discutida por nós no capítulo 2 desta dissertação. Ao contrário, o informante deixa lacunas que impedem a

compreensão do trabalho desenvolvido no que diz respeito ao propósito comunicativo de introduzir a pesquisa.

Tais propósitos comunicativos ausentes na introdução foram identificados em outra seção do trabalho de IEM, o resumo. Chamamos a atenção, no entanto, que tais elementos são importantes na introdução, pois esclareceria ao leitor da pesquisa sobre o objeto de estudo e como ele estaria exposto no texto. Vejamos, a critério de conhecimento, um trecho do resumo de IEM que atende aos critérios não expostos em sua introdução, no excerto (18), a seguir:

(18)

Embasamo-nos teoricamente em Bastos no que diz respeito às noções de porcentagem, de desconto e de acréscimo, em Fonseca, nos documentos oficiais (Parâmetros curriculares, Diretrizes), para a Educação de Jovens e Adultos e em Freitas na abordagem histórica da EJA no Brasil.

Como demonstrado no excerto (18), o escrevente cumpre o propósito comunicativo de traçar o seu delineamento teórico da pesquisa, mas não o realiza na estrutura prototípica da introdução, e sim no resumo de sua dissertação. Igualmente, não identificamos menção à escolha metodológica na introdução, item, também, por nós observado no resumo do TCC de IEM, conforme passagem no excerto (19), a seguir:

(19)

Utilizamos uma abordagem qualitativa, realizando a coleta de dados em uma escola pública no distrito de Barra Nova, Zona Rural da cidade de Barra do Choça - BA. Utilizamos como instrumento de coleta de dados dois questionários e a intervenção.

Vimos que os propósitos comunicativos ausentes na introdução de IEM foram identificados em outras passagens do seu texto, como demonstrado por nós nos excertos (18) e (19), referentes a passagens de seu resumo. Percebemos, no entanto, que a ausência de descrição da escolha metodológica na introdução, por exemplo, compromete a clareza acerca do propósito comunicativo de introduzir pesquisa. Mesmo se consideramos uma visão mais flexível defendida por Swales (2004) sobre a análise de gênero, partindo de uma estrutura prototípica e depois, se atendo, também, ao contexto de produção e recepção desse gênero, vemos que tais propósitos comunicativos deveriam ser observados, pois o contexto acadêmico assim o exige. Chamamos a atenção que os propósitos comunicativos não observados na introdução deixam uma lacuna nessa seção, o que comprometeu a composição do gênero,

considerando sua esfera de produção e recepção, a esfera acadêmica, por nós discutida no capítulo 2 desta dissertação.

Após essas ressalvas, passemos a descrever a estrutura esquemática da seção de introdução de IEM. Os aspectos que atendem ao propósito de introduzir pesquisa, de acordo com os movimentos sociorretóricos, são os seguintes:

- a) apresentação do tema da pesquisa: nesse movimento retórico, o escrevente, do quinto ao nono parágrafos, discorre sobre o tema de sua pesquisa, conforme citação a seguir: “Conteúdos básicos como juros e porcentagens são fundamentais [...], em especial trabalharemos com esses conteúdos em nosso trabalho, por serem à base desse tema”, cumprindo o movimento retórico de apresentação do tema da pesquisa.
- b) justificativa da pesquisa: o propósito comunicativo de justificar a pesquisa é apresentado no décimo quinto parágrafo: “[...] dessa forma, ponderamos investigar as estratégias que esses alunos apresentam ao se deparar com situações – problemas envolvendo juros, desconto e porcentagem”.
- c) objetivo geral da pesquisa: no décimo sexto parágrafo, o escrevente expõe o seu objetivo principal, cumprindo o propósito comunicativo de apresentar o objetivo que norteará sua pesquisa, a saber: “[...] o objetivo dessa pesquisa que é investigar as estratégias de alunos da Educação de Jovens e Adultos ao resolver com situações-problema envolvendo juros, desconto e porcentagem”.
- d) apresentação da pergunta da pesquisa: ainda no décimo sexto parágrafo, o escrevente realiza o movimento retórico de pergunta da pesquisa: “[...] seguinte pergunta de pesquisa: Quais as estratégias de alunos da Educação de Jovens e Adultos ao resolver com situações-problema envolvendo juros, desconto e porcentagem?”.
- e) apresentação da estrutura organizacional da pesquisa: por fim, no décimo oitavo parágrafo, IHC cumpre o propósito comunicativo de descrever a estrutura organizacional de seu texto, como ilustrado no seguinte trecho “[...] No primeiro capítulo, falamos inicialmente da Educação de Jovens e Adultos, conforme a LDB [...]”.

Esses elementos acima descritos, na introdução da monografia de IEM, contribuem para o propósito comunicativo de introduzir pesquisa, uma vez que cumpre uma demanda social do espaço em que foi requerido, o contexto acadêmico. No entanto, como já ressaltamos, o informante não cumpre toda a estrutura esquemática do propósito comunicativo de introdução

de monografia, ou seja, deixa de apresentar a escolha metodológica, a justificativa explícita da pesquisa, os objetivos específicos, a hipótese e o delineamento teórico. Ademais, IEM volta-se para uma descrição de suas vivências e da demanda social que circunscreve a Matemática Financeira, tornando a referida seção extensa. Nesse ponto, poderíamos chamar a atenção, baseando-nos no modelo sociorretórico de Swales (2004), que em alguns trabalhos costumam aparecer tal descrição, apesar de não ter sido descrito como propósito comunicativo de introdução de pesquisa por nós exposto anteriormente, com base no mesmo autor. Assim, a referida descrição de vivências inerentes à pesquisa poderia configurar como uma possibilidade a ser inserida entre os propósitos comunicativos da referida seção. Consideramos que muitos outros aspectos podem ser elencados na seção de introdução de IEM, no que tange aos aspectos sociorretóricos. Entretanto, nos detemos nessas descrições, diante do nosso propósito investigativo em observar o cumprimento ou não do protótipo comunicativo oficial do gênero. Feitas essas considerações, passemos à análise do subtópico referente aos operadores argumentativos identificados na seção de introdução de IEM.

5.2.1.2 Os operadores argumentativos

Antes de iniciarmos nossas considerações sobre os operadores argumentativos e as sequências argumentativas presentes na seção de introdução de IEM, relembramos que optamos por não seguir a sequência linear do texto, devido ao nosso objetivo de observar uma sequência em específico, a argumentativa, conforme já justificamos na subseção 5.1.1 deste capítulo. Com base na Teoria da Análise Textual dos Discursos desenvolvida por Adam (2008 apud ADAM, 2010), nos deteremos no nível sequencial-composicional (observando as sequências argumentativas, sem nos determos à linearidade do texto) e no nível argumentativo (atos do discurso responsáveis pela orientação argumentativa do texto). Diante disso, iniciemos nossas considerações.

Notamos a presença da estrutura prototípica da sequência argumentativa no nível justificativo, pois percebemos a soma das proposições P. ARG1 + P. ARG2 + P. ARG3. Vejamos um excerto (20) ilustrativo dessa ocorrência:

(20)

Dessa forma, consideramos que o público da Educação de Jovens e Adultos já vivenciou e experienciou situações que envolveram juros, desconto e porcentagem (P. ARG1: dados/premissas) e, **portanto**, já possuem algum conhecimento sobre esses

conteúdos (P. ARG3: conclusão). **E dessa forma**, ponderamos investigar as estratégias que esses alunos apresentam ao se deparar com situações – problemas envolvendo juros, desconto e porcentagem (P. ARG2: justificativa).

Na sequência ilustrada pelo excerto (20), os operadores “dessa forma”, “portanto” e “E dessa forma” auxiliam argumentativamente a construção do parágrafo. O primeiro operador, “Dessa forma”, introduz uma premissa sobre a Educação de Jovens e Adultos (P. ARG1). Na sequência, o operador “portanto” antecipa uma conclusão acerca da premissa anterior. Por fim, o terceiro operador, “E dessa forma”, justifica a investigação que se pretende fazer, envolvendo alunos da Educação de Jovens e Adultos (P. ARG.2).

Quanto ao nível dialógico ou contra-argumentativo (em que ocorrem as somas das proposições argumentativas de P. ARG0 a P. ARG4), identificamos uma estrutura prototípica na seção de introdução de IEM, conforme o modelo de Adam (2008). Observemos o excerto (21), ilustrativo dessa ocorrência:

(21)

Entendemos que a Matemática Financeira se faz presente em nosso cotidiano (P. ARG.0 tese anterior), **contudo** é um tema pouco debatido nas salas de aula (P. ARG.4 contra-argumento). Enfatizamos a importância da aplicação dos conceitos matemáticos na vida das pessoas (P. ARG. 3 conclusão/nova tese) **de modo que** a aprendizagem matemática contribua nas tomadas de decisões, impostas na hora da compra e venda, além de empréstimos e outras situações envolvendo recursos financeiros (P. ARG. 2 inferências).

No excerto (21), temos a presença do operador “contudo”, cuja função é ligar a ideia referente à declaração anterior “Entendemos que a Matemática Financeira se faz presente em nosso cotidiano” (P. ARG.1) à oposição “é um tema pouco debatido nas salas de aula” (P. ARG.4). Conforme classificação de Adam (2008), notamos o cumprimento do nível contra-argumentativo da sequência argumentativa, visto que há a presença da tese anterior (P. ARG.0) somada ao contra-argumento iniciado pelo operador “contudo” (P. ARG.4 contra-argumento).

O período seguinte que dá sequência ao parágrafo do excerto (21), “Enfatizamos a importância da aplicação dos conceitos matemáticos na vida das pessoas” (P. ARG. 3 conclusão), não apresenta um operador conclusivo, apesar de entendermos, pelo contexto, que se refere à uma conclusão do que foi anteriormente declarado. Percebemos que a ausência do operador argumentativo conclusivo dificulta a clareza do período. Ainda nesse trecho, detectamos a presença do operador explicativo “de modo que”, introduzindo uma justificativa acerca do que foi anteriormente declarado, em “a aprendizagem matemática contribua nas

tomadas de decisões, impostas na hora da compra e venda, além de empréstimos e outras situações envolvendo recursos financeiros” (P. ARG. 2 inferências).

Na introdução de IEM, não detectamos o cumprimento de sequência argumentativa completa, conforme esquema prototípico descrito por Adam (2008 apud ADAM, 2010), por nós exposto no capítulo 3 desta dissertação e na análise da introdução de IHC, no início deste capítulo. Tal escassez, talvez, seja reflexo de constantes recorrências de períodos e parágrafos curtos, sem construção de períodos complexos, o que envolveria uma relação maior de coordenação e subordinação entre esses períodos e, conseqüentemente, mais emprego de operadores que os ligassem. Acerca disso, exemplificamos com o excerto (22), em que, apesar de estarem em parágrafos distintos, os períodos desses parágrafos se completam e poderiam ser ligados por operadores argumentativos:

(22)

Identificamos pela citação anterior, que até mesmo nas escolas, espaço instituído para aprendizagem e formação para a cidadania, pouco ou nada se fala obre o tema. Conteúdos básicos como juros e porcentagens são fundamentais ao desempenho do conhecimento financeiro, em especial trabalharemos com esses conteúdos em nosso trabalho, por serem à base desse tema. Segundo o caderno de educação financeira e gestão de finanças pessoais, do Banco Central do Brasil (2013), a educação financeira pode trazer diversos benefícios, entre os quais, possibilitar o equilíbrio das finanças pessoais, preparar para o enfrentamento de imprevistos financeiros e para a aposentadoria. **Com isso**, acreditamos que a educação financeira contribui para a formação do cidadão.

Portanto, percebemos que, se o escrevente ligasse o período terminado por “[...] fala obre o tema” com um operador explicativo ao parágrafo que ele realiza na sequência, cumpriria a sequência lógica do período de acordo com a orientação argumentativa construída. Assim, a falta do operador, somada à quebra na criação de outro parágrafo, comprometem a clareza do texto.

Em outra passagem, no entanto, identificamos a presença de operadores organizacionais que contribuem para organizar fragmentos que se completam, possibilitando uma orientação argumentativa, como observado no excerto (23), a seguir:

(23)

No primeiro capítulo, falamos inicialmente da Educação de Jovens e Adultos, conforme a LDB, em seguida falamos um pouco do percurso da EJA no Brasil e a importância da matemática financeira na vida do indivíduo.

Apresentamos **no segundo capítulo**, uma breve abordagem histórica da Matemática Financeira, posteriormente falamos da relevância do livro didático na formação acadêmica, e trazemos uma análise feita em um livro da EJA do segundo ciclo.

O próximo capítulo denominado: Procedimentos Metodológicos, apresentamos as nossas escolhas metodológicas e os questionários aplicados com os alunos para a análise das estratégias utilizadas.

No penúltimo capítulo, trazemos os dados coletados durante nossa investigação, dando destaque para a quantidade de erros e acertos e as estratégias de resolução utilizadas pelos alunos.

Por fim, **concluiremos o trabalho** com a conclusão na qual o nosso objetivo é responder a questão norteadora da pesquisa.

No excerto (23), percebemos que os operadores “No primeiro capítulo”, “no segundo capítulo”, “o próximo capítulo”, “no penúltimo capítulo” e “concluiremos o trabalho” auxiliam na organização espacial do texto, sinalizando abertura, intermediação e fechamento do que o escrevente realiza em sua monografia, conforme descrição de Koch (2016), acerca dos organizadores textuais.

Concluimos, portanto, que a sequência argumentativa está presente de forma escassa na introdução de IEM, prevalecendo as sequências descritivas. Também percebemos que o propósito comunicativo de introduzir pesquisa, segundo os critérios sociorretóricos e segundo a construção de sequências argumentativas, ficou prejudicado diante da ausência de operadores argumentativos, que auxiliariam na construção mais argumentativa da seção. Feitas essas constatações, passemos às nossas considerações sobre os aspectos referenciais da introdução em análise.

5.2.1.3 A referenciação

Diante de nosso propósito analítico, selecionaremos as expressões referenciais da seção de introdução de IEM que auxiliaram uma realização de visada argumentativa, tendo por base a observância das funções das formas referenciais e em que medida essas funções podem auxiliar uma orientação argumentativa.

No quarto e no quinto parágrafos da introdução de IEM, o informante apresenta o tema de sua monografia, a Matemática Financeira. Nessa apresentação, IEM recategoriza o termo “Matemática Financeira”, usando como referentes as expressões “um tema” e “esse tema”. Ademais, o escrevente usa a expressão referencial “Esta afirmação” para sumarizar a citação anteriormente exposta. Vejamos essas realizações referenciais no excerto (24):

(24)

Entendemos que a **Matemática Financeira** se faz presente em nosso cotidiano, contudo é **um tema** pouco debatido nas salas de aula. Enfatizamos a importância da aplicação dos conceitos matemáticos na vida das pessoas de modo que a aprendizagem matemática contribua nas tomadas de decisões, impostas na hora da compra e venda, além de empréstimos e outras situações envolvendo recursos financeiros.

Partimos da ideia que o ensino de Matemática Financeira pode contribuir significativamente para a formação cidadã dos estudantes. Pois, “não faz parte do cotidiano da maioria das pessoas buscar informações que as auxiliem na gestão de suas finanças. Para agravar essa situação, não há uma cultura coletiva, ou seja, uma preocupação da sociedade organizada em torno **do tema**” (BRASIL 2013, p. 12). **Esta afirmação** nos deixa antever que é importante gerir nossos recursos e que falta um despertar da sociedade frente **a esse tema**.

Destacamos, no excerto (24), o introdutor referencial “Matemática Financeira” e sua recategorização pelas expressões “um tema” e “esse tema”. A primeira recategorização, “um tema”, é uma anáfora indireta, pois é construída inferencialmente, baseada no conhecimento de mundo, a partir do cotexto, conforme classificação de Koch ([2004] 2017), por nós já exposta no capítulo 4 desta dissertação. Essa anáfora desempenha uma função de rotulação, auxiliando no sentido de sumarizar informações-suporte de segmentos anteriormente expressos no texto, por meio de uma expressão nominal, fato que ocorre ao nomear o referente abstrato nominal “Matemática financeira”, rotulando-o como “um tema”. A segunda recategorização de “Matemática Financeira” é “esse tema”, uma expressão nominal composta de um demonstrativo, “esse”, seguido de uma nomeação rotuladora: “tema”. Por fim, ainda no excerto (24), detectamos a ocorrência de uma anáfora nominal rotuladora e encapsuladora “esta afirmação”, pois tal expressão nominal sumariza a declaração anteriormente expressa, qual seja: “[...] Para agravar essa situação, não há uma cultura coletiva, ou seja, uma preocupação da sociedade organizada em torno do tema.” (BRASIL 2013, p. 12)”. Tal rotulação nos parece promissora em retomar um antecedente, encapsulando-o e ligando-o a uma informação nova: “nos deixa antever que é importante gerir nossos recursos e que falta um despertar da sociedade frente a esse tema”. Esse movimento entre o dado e o novo auxilia na progressão do texto e, consequentemente, a compor um texto em que a argumentação do sujeito é explícita, pois demonstra sua interpretação acerca do assunto por ele tratado. Percebemos, portanto, que todos esses elementos referenciais auxiliam o escrevente no seu projeto de dizer, o que permite observar seu posicionamento frente ao objeto em estudo.

As visadas argumentativas com o auxílio de expressões referenciais, como as ocorridas no excerto (24), foram escassas na seção de introdução de IEM. Acreditamos que a presença de períodos curtos, sem a realização de relações de coordenação e de subordinação, seja um fator da pouca retomada nominal dos referentes nessa seção. Como nosso objetivo é observar a

referenciação a serviço da argumentação, nos detemos em fragmentos cuja ocorrência nos reporta a esse objetivo. Isso posto, iniciemos nossas considerações sobre a seção de análise de IEM, intitulada “análise dos resultados”, a seguir.

5.2.2 *Análise dos resultados de IEM*

Na presente subseção, apresentamos nossas considerações sobre alguns excertos selecionados do capítulo 4 da monografia de IEM, intitulado *Análise dos resultados*. O informante constrói quatro seções para esse capítulo: a seção 4.1 “Aspectos pessoais do questionário I”; a seção 4.2, “Aspectos práticos do questionário I”; a seção 4.3, “Aspectos pessoais do questionário II – respostas da intervenção” e a seção 4.4, “Aspectos práticos do questionário II”. A metodologia adotada pelo escrevente é de natureza qualitativa, com delineamento descritivo. Os instrumentos de coleta de dados foram dois questionários entregues aos sujeitos investigados, em momentos distintos. O primeiro questionário foi entregue antes da intervenção do pesquisador e o segundo depois de sua intervenção na sala de aula, onde se encontravam os sujeitos investigados. Para o capítulo de “Análise dos dados”, IEM utilizou 24 laudas, da página 30 à página 54.

A seguir, passaremos à discussão acerca dos operadores argumentativos e o cumprimento ou não da sequência argumentativa da seção “Análise dos dados” da monografia de IEM. Posteriormente, analisaremos o processo referencial envolvido nessa parte, e em que medida a referenciação contribui para o caráter argumentativo do gênero.

5.2.2.1 *Os operadores argumentativos*

Conforme já justificamos, os operadores argumentativos compõem parte do repertório da língua, cuja função de encadeamento de enunciados contribui para uma determinada orientação argumentativa. Diante desse papel de elementos de concatenação, observemos em que medida os operadores argumentativos auxiliaram a orientação argumentativa, contribuindo para o projeto de dizer do escrevente. No excerto (25), a seguir, observemos as funções desempenhadas pelos operadores “em duas partes”, “uma”, “e outra” e “já”.

(25)

Os questionários foram divididos **em duas partes** uma destinada aos aspectos pessoais e **outra** destinada aos aspectos práticos. Os aspectos pessoais referem-se à identificação do aluno e a relação que o mesmo apresenta com a Matemática Financeira, **já** os aspectos práticos referem-se às habilidades nos conteúdos, conforme a resolução das questões propostas.

Os operadores destacados no excerto (25) estabelecem a coesão do parágrafo, atuando no nível microestrutural, na medida em que encadeiam orações e termos de orações. Os operadores “em duas partes”, “uma” e “e outra” exercem a função de organizar o texto, complementando os fragmentos e orientando a interpretação. Podemos considerar que o primeiro deles, “em duas partes”, sinaliza a abertura do período; o segundo, “uma”, organiza espacialmente a sua intermediação; e o terceiro, “e outra”, atua fechando a organização espacial do período. O quarto operador em destaque no excerto (25), “já”, antecede um novo argumento, acrescentando mais um argumento a favor da mesma conclusão. Observamos que esses operadores auxiliam na composição da sequência argumentativa de nível explicativo (soma das proposições argumentativas: P. ARG.1 + P. ARG.2 + P. ARG.3), conforme esquema prototípico proposto por Adam (2008 apud ADAM, 2010). Vejamos a composição dessa sequência: “Os questionários foram divididos em duas partes” (P. ARG1 premissa) + “uma destinada aos aspectos pessoais” (P. ARG2 escoamento de inferências) + “já os aspectos práticos referem-se às habilidades nos conteúdos, conforme a resolução das questões propostas” (P. ARG3 conclusão, nova tese). Percebemos, portanto, que a presença de operadores argumentativos, no nível microtextual, auxiliaram no cumprimento da sequência argumentativa, mesmo que em nível explicativo, contribuindo para o posicionamento do escrevente acerca do assunto por ele tratado. No entanto, não podemos deixar de mencionar um fato relevante que comprometeu o encadeamento lógico do trecho: a falta de pontuação depois da expressão “duas partes”, deixando o parágrafo comprometido quanto ao aspecto da textualidade ligado à clareza textual.

A seguir, no excerto (26), identificamos a presença de estrutura prototípica de sequência argumentativa de nível dialógico ou contra-argumentativo (em que se somam as proposições argumentativas P. ARG0 + P. ARG4):

(26)

Pelos registros de 1A2, observamos que ele identificou corretamente cada item, capital, taxa e tempo, **no entanto**, ao desenvolver o cálculo dividiu o capital pelo tempo, **talvez** por entender que o valor seria pago em cinco parcelas, decorrente ao prazo estipulado de cinco meses. **Em seguida** calculou 5% do capital, possivelmente por acreditar que esse

seria o juro total cobrado, **mas** o juro calculado pelo aluno refere-se apenas ao primeiro mês. **Se** de fato, esse aluno tivera tomado esse empréstimo, no fim do período de pagamento ficaria surpreendido pelo valor total do juro cobrado.

O excerto (26) apresenta raro momento em que o escrevente realiza a sequência argumentativa discursiva. Hipotetizamos que a pouca ocorrência desse tipo de sequência se explica pelo propósito comunicativo do capítulo de análise de IEM, cuja pesquisa se enquadra numa metodologia qualitativa descritiva, ocorrendo, por conseguinte, uma predominância de sequências explicativas e descritivas. Mesmo assim, numa seção de análise, há momentos em que o escrevente precisa posicionar-se argumentativamente, a exemplo da necessidade de associar a teoria aos dados expostos pelo escrevente, concordando ou refutando a posição defendida pelo autor, ou autores, evocados na sua seleção teórica.

Dito isso, vejamos como se configura a sequência do excerto (26): a presença do operador “no entanto” liga a tese anterior (P. ARG. 0), “Pelos registros de 1A2, observamos que ele identificou corretamente cada item, capital, taxa e tempo”, à conclusão contrária, “ao desenvolver o cálculo dividiu o capital pelo tempo” (P. ARG. 4). Na sequência, o modalizador adverbial de dúvida, “talvez”, introduz uma explicação, ou hipótese do que havia sido declarado anteriormente, antecedendo o argumento “por entender que o valor seria pago em cinco parcelas, decorrente ao prazo estipulado de cinco meses”. Posteriormente, há a utilização de um articulador de organização textual, “Em seguida”, organizando o texto na sucessão do fragmento e sinalizando a abertura do período: “calculou 5% do capital, possivelmente por acreditar que esse seria o juro total cobrado” (P. ARG. 2). Logo em seguida, observamos a presença do operador contrajuntivo “mas”, contrapondo o enunciado anterior ao enunciado por ele introduzido: “o juro calculado pelo aluno refere-se apenas ao primeiro mês.” (P. ARG. 4). Por fim, ainda no excerto (26), encontramos o operador concessivo “se” ligando o P. ARG 4 à condição por ele iniciada: “de fato, esse aluno tivera tomado esse empréstimo, no fim do período de pagamento ficaria surpreendido pelo valor total do juro cobrado.” (P. ARG. 3), funcionando como conclusão ou nova tese, fechando, assim, a escala argumentativa de nível dialógico ou contra-argumentativo completa, segundo modelo de Adam (2008).

Percebemos, portanto, que no capítulo de procedimentos e resultados de IEM as sequências são predominantemente descritivas, com raras visadas argumentativas, compostas de sequências argumentativas, tanto no nível explicativo quanto no nível contra-argumentativo. Passemos, agora, para a análise de ocorrências de elementos referenciais que auxiliaram o escrevente em seu propósito argumentativo.

5.2.2.2 A referenciação

Os elementos referenciais encontrados na análise dos dados de IEM foram em maior número e mais diversificados do que na seção de introdução. Acreditamos que a extensão do capítulo de análise do escrevente aliada ao propósito comunicativo dessa parte, exigindo maior posicionamento do escrevente em relação aos dados de sua pesquisa, tenham contribuído para essa ocorrência. Observemos o excerto (27):

(27)

Pelos registros de 1A3, deduzimos que **ele** somou as cinco parcelas de R\$ 17,00 obtendo R\$ 85,00 em seguida, subtraiu **esse valor** pelo preço da calça anunciado. Inferimos que **o aluno** não levou em consideração o desconto sobre o preço da calça na elaboração de seus cálculos, por isso acreditou que a diferença seria de apenas cinco reais enquanto a diferença era de R\$ 13,00. Conforme Bastos (2010), consideramos que saber resolver esse tipo de situação contribui para nortear o cidadão na sociedade do consumo, possibilitando uma compra consciente.

No excerto (27), IEM, inicialmente, usa o pronome “ele” sem ter um referente explícito anteriormente no parágrafo. Inferencialmente, percebemos que “ele” se refere a “aluno”, conforme ocorrências em parágrafos anteriores. Logo em seguida, o informante utiliza o símbolo numérico “R\$ 85,00” e referencia-o, rotulando-o como “esse valor”, no mesmo período. Ainda no mesmo parágrafo, IEM repete o introdutor referencial “aluno”, cuja recategorização ocorre em toda a análise.

Passemos a mais ocorrências de recategorizações nominais, no excerto (28), a seguir:

(28)

Esta questão como já falado antes, foi respondida por todos os **alunos**, mas não houve acertos, possivelmente pelo fato **dos alunos** não compreenderem que a porcentagem vai além de 100%. O aluno identificou o lucro do comerciante, mas não calculou equivalentemente **o percentual desse lucro**. **O percentual de lucro** obtido pelo comerciante em cada peça de roupa é equivale a 400%, pois o comerciante ganhou quatro vezes a mais que o valor de compra, ou seja, quatro vezes a mais que “o todo”. Inferimos que o aluno desconhecia, ou teve dificuldade ao calcular uma porcentagem que ultrapassava 100%.

Notamos que o referente “aluno”, sujeitos-alvo da pesquisa de IEM, é repetido no exceto (28), e o termo “O aluno” tem por função retomar o termo “dos alunos”, funcionando para

atualizar o referente. A expressão “o percentual de lucro” também é empregada como introdutor referencial e repetida logo em seguida, demonstrando que o informante deixou de recategorizá-la, o que resultou em um trecho repetitivo. Interessante notar que IEM inicia o parágrafo com uma expressão encapsuladora, “Esta questão”, resumizando a parte precedente do texto que expõe a questão respondida pelo sujeito-alvo da pesquisa. Tal construção se mostra promissora no propósito de fazer progredir as ideias do texto, atualizando o dado “Esta questão” ao novo, que seria todo o parágrafo que segue.

Outra ocorrência comum de retomada de referentes por nós observada foi a recategorização pronominal. Argumentativamente, tal ocorrência pouco auxilia a respeito de demonstrar uma orientação argumentativa para que o leitor chegue a determinada conclusão. Observemos esse movimento de retomada pronominal, em que o pronome possessivo “suas” retoma o termo “questões”, no excerto (29), e o pronome pessoal “ele” retoma o referente “do aluno”, no excerto (30), a seguir:

(29)

Na elaboração destas questões tivemos o cuidado em buscar curiosidades, que muitas vezes passam despercebidas pelos alunos, gerando dificuldades em **suas** resoluções. Há exemplo, a questão a seguir que aborda sobre o desconto sucessivo.

(30)

Entendemos com resposta da Figura 35, que o aluno subtraiu o valor da venda, pelo valor de custo, obtendo o lucro, mas não calculou a porcentagem desse lucro conforme solicitado na questão. Notamos pelos registros **do aluno**, que **ele** tentou usar a regra de três para obtenção da taxa percentual de lucro, mas não prosseguiu este cálculo. Talvez por ter dúvida em quais valores utilizassem na regra de três.

Diante do exposto e de nossas observações acerca da seção de análise de IEM, percebemos que, apesar de os elementos referenciais ocorrerem em maior número do que na seção de introdução, o informante realiza mais frequentemente recategorizações pronominais, e as formas nominais que poderiam orientar argumentativamente o leitor para uma dada conclusão se mostraram escassas. Diante dessas considerações, passemos à análise do capítulo de conclusão de IEM.

5.2.3 A conclusão de IEM

A conclusão da pesquisa de IEM foi constituída de dezesseis parágrafos, em que o escrevente atualiza acerca da metodologia por ele adotada, o objetivo da pesquisa, a pergunta que norteou a investigação, a aplicação dos questionários aos sujeitos-alvo da pesquisa e as constatações acerca das análises dos dados. Um dado curioso acerca do capítulo de conclusão de IEM foi a presença da primeira pessoa do singular, em algumas passagens, relatando acerca de sua experiência pessoal, deixando transparecer, mais notadamente, a pessoalidade do sujeito escrevente. Também, na mesma sequência, há a presença de primeira pessoa do plural e terceira pessoa do singular, atribuindo maior impessoalidade às declarações. Vejamos o excerto (31), ilustrativo dessa ocorrência:

(31)

A motivação para a realização do presente estudo foi à representatividade da Matemática Financeira em **nossa** realidade, contudo **senti** falta desses conhecimentos em **minha** formação básica. Com o consumismo e as estratégias de mercado atual, **tem-se** a necessidade de maior conhecimento sobre finanças e acreditamos que a escola tem esse papel de formação.

Como podemos perceber no excerto (31), os verbos e pronomes estão tanto na primeira pessoa do singular, como em “senti” e “minha”, permitindo o aparecimento da subjetividade do sujeito, como em ocorrências na primeira pessoa do plural, em “nossa” e “acreditamos”. Ademais, observamos, no mesmo período, a presença de terceira pessoa do singular, em “tem-se”, dando um caráter mais impessoal à declaração que este verbo antecede, “a necessidade de maior conhecimento sobre finanças e acreditamos que a escola tem esse papel de formação”. Tal constatação nos permite perceber um maior aparecimento do sujeito, revelando sua opinião ou vivência pessoal. Sabemos, no entanto, que os gêneros acadêmicos atendem a determinada estrutura composicional própria do meio acadêmico-científico, levando em consideração a defesa de Bakhtin (1997) de que o domínio de um gênero é um comportamento social. Desse modo, no meio científico, e também acadêmico, a impessoalidade é uma das características dos textos de divulgação de pesquisa nessa esfera de circulação. Como nos chama a atenção Motta-Roth e Hendges (2010), a apresentação dos resultados de uma pesquisa volta-se para questões gerais desta, as quais já foram ressaltadas na introdução. Portanto, a linguagem adequada precisa primar pela impessoalidade, com verbos na terceira pessoa do singular ou na primeira pessoa do plural. O que ocorre no excerto (31) é uma mistura de pessoas, comprometendo a estrutura composicional do trecho. Logo, a

mistura de pessoas do discurso não é adequada nessa seção, muito menos em nenhuma outra parte de um texto que deva prezar pelos requisitos exigidos em gêneros científico-acadêmicos.

Após essa observação, prossigamos com nossas considerações sobre os operadores argumentativos a serviço do cumprimento de sequências argumentativas, bem como, posteriormente, sobre os elementos referenciais que conduzem a uma orientação argumentativa.

5.2.3.1 Os operadores argumentativos

Percebemos que, em alguns trechos, IEM não completa a sequência dos operadores argumentativos, deixando lacunas que comprometem o encadeamento lógico das ideias. Vejamos essa ocorrência no excerto (32), a seguir:

(32)

Diante da relevância destes conhecimentos na vida do indivíduo e conseqüentemente no desenvolvimento do país. Alguns projetos estão em andamento no congresso Nacional para a inserção da disciplina Educação Financeiros nos currículos escolares.

No excerto (32), notamos que o escrevente usa o operador explicativo “Diante da” e apresenta o argumento “relevância destes conhecimentos na vida do indivíduo e conseqüentemente no desenvolvimento do país.” (P. ARG.1), no entanto, encerra o período com ponto e segue uma outra sequência, deixando a argumentação do primeiro período incompleta.

As sequências de maior predominância na conclusão, assim como nos capítulos por nós anteriormente analisados de IEM, são as descritivas e explicativas. Em alguns momentos, observamos o cumprimento das sequências argumentativas, seja em nível explicativo, seja em nível contra-argumentativo. Como nosso propósito investigativo contempla detectar as sequências argumentativas, nos deteremos em analisar apenas essa ocorrência. Assim, observemos o excerto (33), uma sequência argumentativa de nível contra-argumentativo por nós observada:

(33)

Destacamos que nosso trabalho apresenta limitação quanto ao tema Educação Financeira, não trabalhamos todos os conteúdos. **Porém**, acreditamos ter permitiram uma reflexão sobre situações financeiro-econômicas que vivenciam em seu cotidiano, e mostramos a aplicação destes conteúdos na prática.

O operador “porém” liga a declaração anterior “Destacamos que nosso trabalho apresenta limitação quanto ao tema Educação Financeira, não trabalhamos todos os conteúdos.” (P. ARG. 0) ao argumento de conclusão contrária “acreditamos ter permitiram uma reflexão sobre situações financeiro-econômicas que vivenciam em seu cotidiano, e mostramos a aplicação destes conteúdos na prática” (P. ARG. 4), realizando, assim, uma sequência argumentativa de nível contra-argumentativo, de acordo com o protótipo de sequência proposto por Adam (2008 apud ADAM, 2010) e por nós discutido no capítulo 3 desta dissertação.

De modo geral, os resultados de IEM apresentados não atendem ao teor argumentativo esperado para essa seção, em relação às construções prototípicas das sequências argumentativas, levando em consideração os operadores, uma vez que a estrutura retórica construída na referida seção não atende, em sua maior parte, aos movimentos linguísticos que demonstrem cumprimento do gênero acadêmico, apresentando falhas tanto no cumprimento da impessoalidade quanto em constantes realizações de sequências descritivas, onde deveria haver um posicionamento do escrevente, logo sequências argumentativas, e deveria levar em consideração tanto o aporte teórico por ele discutido como dos resultados acerca do seu objeto de pesquisa.

Após essas constatações acerca dos operadores, vejamos, no próximo subtópico, acerca da referenciação na conclusão de IEM.

5.2.3.2 A referenciação

A ocorrência de elementos referenciais que permitissem a observação de uma orientação argumentativa em favor de uma dada conclusão foi escassa no capítulo de conclusão de IEM. Notamos a existência de parágrafos curtos, com poucas relações de coordenação e subordinação entre os períodos. Em relação às nominalizações recategorizadoras, destacamos uma ocorrência em que o termo “campanhas” é recategorizado por uma repetição do nome núcleo seguido de um demonstrativo e uma classificação, em “Essas campanhas alfabetizadoras”. Vejamos o exemplo dessa ocorrência no excerto (34), a seguir.

(34)

Nas palavras de Freitas et al (2011, p.13), as primeiras **campanhas** nacionais voltadas para o trabalho pedagógico com educação de pessoas jovens e adultos visavam objetivamente à erradicação do analfabetismo. **Essas campanhas alfabetizadoras** surgem como resposta a uma série de contestações de movimentos da classe operária exigindo melhores condições sociais e acesso igualitário à educação.

A ocorrência da recategorização “Essas campanhas alfabetizadoras” conduz argumentativamente o leitor a que campanhas pedagógicas com o público de jovens e adultos teve, a princípio, o objetivo de alfabetização, exercendo uma função de especificação do objeto recategorizado. De acordo com a categorização de anáforas em Apothélos ([1995] 2016), podemos considerar que esse termo é uma anáfora fiel, pois o referente anterior é retomado no texto por meio de um SN demonstrativo, em que o nome nuclear é o mesmo por meio do qual foi introduzido. Desse modo, vemos que essa correferência apenas tem por função atualizar na memória do locutor o objeto correferenciado, não sendo denotador de aspectos argumentativos ou discursivos, como nos explica Koch ([2004] 2017).

Percebemos, portanto, que as nominalizações anafóricas foram pouco empregadas na seção de resultados do TCC de IEM. Conforme expomos no capítulo 4 desta dissertação, se empregadas, elas seriam um recurso promissor para que os referentes pudessem ser tomados como objetos do discurso, contribuindo para funções discursivas e argumentativas no texto. Diante disso, corroboramos com a defesa de Koch ([2004] 2017) de que as anáforas nominais podem ser promissoras para uma recategorização que conduza a uma argumentação, demonstrando pontos de vista tanto do sujeito escrevente como do teórico por ele evocado.

Diante do exposto, apresentaremos, a seguir, uma seção de discussão dos aspectos gerais encontrados nas três seções do TCC de IEM, nos detendo, sobretudo, nos pontos que consideramos o cumprimento ou não de aspectos argumentativos nessas seções e os momentos em que a falta dessa observância comprometeu a argumentatividade esperada para esse TCC.

5.2.4 Discussão dos resultados do TCC de matemática

Com o objetivo de apresentar uma visão geral acerca das análises sobre o TCC de Matemática, descrevemos nossas principais impressões de cada uma das partes discutidas nesse TCC. Na seção de introdução de IEM, três critérios de análise foram aplicados: os aspectos sociorretóricos, os operadores argumentativos e a referenciação. Quanto aos aspectos sociorretóricos, observamos que os propósitos comunicativos de introduzir pesquisa, conforme a abordagem sociorretórica, ocorreram em menor número se comparado à introdução de IHC.

Também não podemos deixar de fazer uma observação sobre o conceito geral de gênero, por nós apresentado no capítulo 2 desta dissertação, e correlacioná-lo ao propósito comunicativo do TCC. Bakhtin (1992) esclarece que os gêneros são entidades cujo funcionamento está voltado para comunicação entre pessoas, logo, tal relação dialógica da linguagem permite uma estabilização dos enunciados, denominados pelo autor gêneros do discurso. Ora, se há estabilização, há, também, padronização, a partir das demandas próprias das esferas em que esses gêneros circulam. Se não atendem a essas estabilizações, a comunicação fica, portanto, comprometida. Foi o que ocorreu, em parte, com a seção de introdução de IEM, pois o escrevente não se ateu às principais padronizações para que tal seção seja considerada de fato uma introdução de uma pesquisa, deixando de expor informações que contribuiriam para a circulação satisfatória das ideias de sua pesquisa nessa esfera acadêmica. No entanto, o escrevente não deixa de trazer elementos pertinentes na apresentação de sua pesquisa, como o objetivo e a estrutura composicional de seu texto.

A respeito dos operadores argumentativos, comprovamos que sua ocorrência foi escassa, ocorrendo períodos curtos, sem muitos elos coesivos que permitissem relações de coordenação e subordinação entre os períodos, provocando escassez no cumprimento de sequências argumentativas. No entanto, nos momentos em que esses operadores se fizeram presentes, houve o cumprimento da sequência argumentativa, tanto de nível explicativo quanto de nível contra-argumentativo. Como já anunciamos acerca do TCC de Comunicação, também acreditamos que essa escassez na introdução do TCC de Matemática possa ser reflexo da natureza comunicativa da introdução, que apresenta um panorama geral do texto, sendo, portanto, mais explicativo do que argumentativo, muito embora haja momentos em que o escrevente precisa posicionar-se argumentativamente, quando da apresentação da justificativa, por exemplo.

Quanto ao emprego de elementos referenciais, observamos que IEM, nos excertos em que utiliza as recategorizações nominais e os encapsulamentos anafóricos, consegue posicionar-se argumentativamente sobre sua pesquisa. No entanto, percebemos que esses momentos foram escassos, se comparado com o todo da seção. Vejamos, então, no Quadro 12, a seguir, o resumo das ocorrências dos operadores argumentativos e dos aspectos referenciais por nós apresentados na análise da seção de introdução:

Quadro 12 - Seção de introdução

SEÇÃO INTRODUÇÃO

OPERADORES (4 excertos)	FUNÇÃO REFERENCIAL (1 excerto)
Dessa forma	2 anáforas nominais especificadoras
Portanto	1 rotulação
E dessa forma	
Contudo	
De modo que	
Com isso	
No primeiro	
No segundo	
O próximo	
No penúltimo	
Nesse cenário	

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao capítulo de análise de resultados de IEM, investigamos a ocorrência dos operadores argumentativos e da referenciação. Observamos que são raros os momentos em que o informante compõe uma sequência argumentativa completa, de acordo com modelo prototípico proposto por Adam (2008 apud ADAM, 2010). No entanto, quando consegue empregar os operadores argumentativos em a serviço da sequência argumentativa, IEM consegue conduzir a argumentação a favor de determinada conclusão. Em geral, as sequências compostas pelo escrevente no capítulo de análise de resultados são predominantemente descritivas.

Quanto aos aspectos referenciais, identificamos que IEM consegue realizar as recategorizações referenciais em maior número do que na seção de introdução. Tal ocorrência pode estar diretamente relacionada tanto com a extensão do capítulo, bem maior do que a introdução, quanto com o propósito comunicativo de introdução de pesquisa, que permite maior posicionamento argumentativo do escrevente frente ao objeto por ele analisado. No entanto, em se tratando de uma análise, ainda foram escassas as realizações de recategorizações nominais que possibilitam a orientação do leitor a uma determinada conclusão. Ocorre, com maior frequência, nesse capítulo, as recategorizações pronominais, fato que não permite a observância de visadas argumentativas. Além disso, foi comum o aparecimento de repetições de referentes, comprometendo a progressão do tópico discursivo.

No Quadro 13, a seguir, apresentamos as ocorrências dos operadores argumentativos e das funções dos elementos referenciais por nós identificados no capítulo de análise de resultados de IEM.

Quadro 13 - Análise de resultados de IEM

SEÇÃO RESULTADOS E DISCUSSÃO	
OPERADORES ARGUMENTATIVOS (2 excertos)	FUNÇÃO REFERENCIAL (4 excertos)
Em duas partes	Anáfora pronominal (2) reativar na memória
E outra	Anáfora fiel: repetição (2): reativar na memória
Já	Orientação argumentativa (1)
No entanto	Rotulação (1)
Talvez	Encapsulador (1)
Em seguida	
Mas	
Se	

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, apresentamos, sinteticamente, os resultados da análise das considerações finais produzidas por IEM. Percebemos, em relação aos operadores argumentativos, escasso cumprimento de sequências argumentativas prototípicas. Observamos que as sequências descritivas e explicativas ocorrem com maior frequência do que as argumentativas. Em relação aos aspectos referenciais, notamos que IEM realiza poucas recategorizações nominais, cuja função permitiria uma orientação argumentativa em favor da conclusão apresentada.

A seguir, no Quadro 14, apresentamos as principais ocorrências dos operadores argumentativos e das funções referenciais, discutidos no capítulo de conclusão.

Quadro 14 - conclusão de IEM

SEÇÃO CONSIDERAÇÕES FINAIS	
OPERADORES ARGUMENTATIVOS (2 excertos)	FUNÇÃO REFERENCIAL (1 excerto)
Diante da	Anáfora fiel: repetição (1): reativar na memória
Porém	Rotulação 1
Enquanto	
Não	
Entretanto	
Quiçá	
Que (2)	
Embora	
Ainda que	
Do mesmo modo que	

Fonte: Elaboração própria.

Em resumo, considerando a seção de introdução, os capítulos de Análise de resultados e conclusão do TCC de Matemática, concluímos que os operadores argumentativos e os elementos referenciais foram empregados de forma escassa e, nos raros momentos em que se cumpriu a sequência argumentativa, observamos uma orientação argumentativa em favor de determinada conclusão.

5.3 Análise do TCC de medicina

O gênero por nós analisado, na presente seção, refere-se a um relato de caso, cujo título é *Lesão renal aguda após ingestão de suco de biri-biri*. Esse concluinte de graduação será por nós denominado de IBM (sigla de Informante da área de Biológicas, do curso de Medicina), com o objetivo de resguardar sua identidade. O informante foi estudante do curso de bacharelado em Medicina, de uma universidade pública da Bahia, cujo TCC foi apresentado e obteve aprovação em 2017. O relato de caso é constituído das seções de introdução, metodologia, revisão de

literatura, relato de caso, discussão (análise) e conclusão, num total de 24 páginas, incluindo referências e anexos. Iniciaremos nossas análises, considerando a seção de introdução do escrevente, a princípio. Posteriormente, passaremos às nossas considerações acerca das seções de análise e conclusão.

5.3.1 Análise da seção de introdução

A seção de introdução da monografia de IBM apresenta cinco parágrafos. Desses cinco, o escrevente utiliza quatro parágrafos para apresentar o tema de sua pesquisa, o fruto do biri-biri e suas características e, no quinto e último parágrafo de sua introdução, apresenta os movimentos retóricos de apresentação do objeto, justificativa e objetivo de sua pesquisa. Vejamos a introdução de IBM, a seguir, no subtópico de aspectos sociorretóricos, no Quadro 15.

5.3.1.1 Aspectos sociorretóricos

Quadro 15 - Movimentos retóricos de introdução de pesquisa

Propósito comunicativo: introduzir pesquisa	Movimentos retóricos
1- INTRODUÇÃO O biri-biri (<i>Averrhoa bilimbi</i>) é um fruto da família das <i>Oxalidaceae</i>, mesma família da carambola (<i>Averrhoa carambola</i>), originário da Índia (CORRÊA, 1926), com produção e consumo em regiões tropicais. A árvore deste fruto é pequena, atingindo altura máxima de 15 metros, e cultivada no sudeste asiático como Índia, Malásia, Tailândia e vários países da América do Sul (MORTON, 1987), inclusive no Brasil, onde se distribui principalmente entre os estados do Rio de Janeiro, Amazonas, Pará, Santa Catarina e Bahia, locais onde podem ser conhecidos por “bilimbi”, “bilimbino”, “amarela de caramboleira”, “azedinha” ou “limão caiena” (RIBEIRO <i>et al.</i>, 2010) (NETO, 2014). <u>O biri-biri apresenta a forma cilíndrica</u>, com cinco lobos longitudinais, podendo medir de 04 a 10 cm (ANEXO 1), de sabor azedo, com coloração que muda conforme estágio de maturação de verde para amarelo claro (MATHEW <i>et al.</i>, 1993). Os frutos maduros podem ser consumidos <i>in natura</i> ou sob forma de suco ou geleia. São comumente usados na produção de vinagre, pickles e vinhos. Possui também a propriedade de remover manchas de ferrugem em roupas e dar brilho a utilitários metálicos (RIBEIRO <i>et al.</i>, 2010). Em relação ao seu uso medicinal, pode ser consumido	§ 1º Apresentação do tema da pesquisa (biri-beri) § 2º <u>Características do tema da pesquisa</u>

como objetivo de tratamento da hipertensão, dislipidemia e diabetes, além do uso local nas picadas de criaturas venenosas (ARAÚJO <i>et al.</i>, 2009). <u>Os frutos de biri-biri são ricos em vitamina C e em oxalato, este último principal responsável pela lesão renal aguda nos pacientes que consomem a fruta (MOYSÉS NETO; VIEIRA NETO; DANTAS; 2010). Sua composição pode variar conforme o grau de maturação do fruto e a estação em que foi colhido, sendo que os maiores níveis de oxalato se encontram em frutos com menor grau de maturação (LIMA <i>et al.</i>, 2011) e nos quais a colheita foi feita em estações chuvosas (JOSEPH e MENDONÇA, 1989).</u> <u>Os níveis de oxalato no biri-biri variam entre 8,57-10,32 mg/g, consideravelmente maiores quando comparados aos da carambola (0,8- 7,3 mg/g) (LIMA <i>et al.</i>, 2011). Apesar disso, existem muitos mais estudos que associaram a lesão renal aguda ao consumo de carambola (MOYSÉS NETO; VIEIRA NETO; DANTAS; 2010) quando comparados aos do biri-biri. Assim, a lesão renal aguda por consumo de biri-biri, excepcionalmente em pacientes hígidos, ainda é um evento considerado raro (PASCHOALIN <i>et al.</i>, 2014), possivelmente pelo menor consumo, e consequentemente, pelos poucos casos publicados.</u> <u>Este relato de caso expõe dados sobre evolução clínica e suporte terapêutico em um paciente jovem, sem comorbidades e sem dano renal prévio que desenvolveu lesão renal aguda após consumo do suco de biri-biri e se justifica pelos poucos casos relatados na literatura até o presente momento. Tem como finalidade, assim, aumentar o conhecimento a respeito da lesão renal aguda por biri-biri, enriquecendo a literatura atual vigente, a partir da exposição da nossa experiência com o caso.</u>	§ 3º <u>Características do tema da pesquisa</u> § 4º <u>Características do tema da pesquisa</u> § 5º <u>Apresentação do objeto da pesquisa</u> <u>Justificativa da pesquisa</u> <u>Objetivo da pesquisa</u>
--	--

Fonte: *Corpus* coletado para pesquisa (grifos nossos).

Os elementos presentes na introdução do relato de caso de IBM, como podemos perceber no quadro 15, diferem das introduções dos monografias de IHC e IEM, que exemplificamos neste capítulo, pois a introdução do TCC de Medicina não apresenta parte dos movimentos retóricos comuns num propósito de introduzir pesquisa, como a pergunta ou questão que pretende responder ao longo do TCC, os objetivos específicos, que costumam ser expostos logo depois do objetivo geral, o delineamento teórico da pesquisa e apresentação da estrutura composicional do texto. O informante de Medicina se deteve em descrever o tema de sua investigação nos quatro primeiros parágrafos de sua introdução e, no quinto parágrafo, realizou três movimentos retóricos de introduzir pesquisa: o objeto, a justificativa e o objetivo.

Observemos os movimentos retóricos presentes no propósito de introduzir pesquisa encontrados na seção de introdução de IBM:

- a) apresentação do tema da pesquisa: o escrevente realiza o propósito de apresentação do tema da pesquisa nos quatro primeiros parágrafos de sua introdução, contextualizando-o e expondo suas características. Chamamos a atenção de que não há uma textualização explícita sobre a apresentação do tema da pesquisa, e estamos levando em consideração que a contextualização que esse escrevente faz acerca de seu objeto de estudo seja uma apresentação do seu tema. Notamos, todavia, que é forçosa tal afirmativa, pois depende de uma interpretação do sujeito que lê a introdução. É possível que essa interpretação não se aplique a outro leitor. Portanto, percebemos que, mesmo que consideremos que a referida construção seja uma apresentação do tema, o escrevente cometeu falha quanto à clareza textual, não deixando explícita uma informação relevante no propósito de introduzir pesquisa.
- b) no quinto e último parágrafo da introdução, o escrevente realiza três movimentos retóricos de introduzir pesquisa: apresentação do objeto da pesquisa: “Este relato de caso expõe dados sobre evolução clínica e suporte terapêutico em um paciente jovem, sem comorbidades e sem dano renal prévio que desenvolveu lesão renal aguda após consumo do suco de biri-biri”; logo em seguida, IBM realiza o movimento retórico de justificativa da pesquisa, conforme a seguinte textualização: “se justifica pelos poucos casos relatados na literatura até o presente momento”; por fim, IBM expõe o movimento retórico do seu objetivo geral, na seguinte passagem: “Tem como finalidade, assim, aumentar o conhecimento a respeito da lesão renal aguda por biri-biri, enriquecendo a literatura atual vigente, a partir da exposição da nossa experiência com o caso”.

Considerando o espaço social da universidade, notamos que IBM não cumpre a estrutura esquemática prototípica desse contexto no que se refere ao propósito de introduzir pesquisa. Talvez, pelo caráter mais sucinto do gênero relato de caso, muito semelhante ao artigo científico, a introdução apresenta-se, também, bastante sucinta. Portanto, em se tratando de um trabalho de final de curso, os movimentos retóricos não realizados pelo escrevente nessa seção de seu texto comprometeram sua informatividade. Isso posto, passemos para a análise do subtópico sobre operadores argumentativos presentes na seção de introdução.

5.3.1.2 Os operadores argumentativos

Na seção de introdução de IBM, encontramos apenas uma sequência argumentativa nos cinco parágrafos que a compõem. Vejamos essa ocorrência no excerto (35), a seguir:

(35)

Os níveis de oxalato no biri-biri variam entre 8,57-10,32 mg/g, consideravelmente maiores quando comparados aos da carambola (0,8- 7,3 mg/g) (LIMA *et al*, 2011). **Apesar disso**, existem muitos mais estudos que associaram a lesão renal aguda ao consumo de carambola (MOYSÉS NETO; VIEIRA NETO; DANTAS; 2010) quando comparados aos do biri-biri. **Assim**, a lesão renal aguda por consumo de biri-biri, excepcionalmente em pacientes hígidos, **ainda** é um evento considerado raro (PASCHOALIN *et al.*, 2014), **possivelmente** pelo menor consumo, e consequentemente, pelos poucos casos publicados.

Conforme ilustrado no excerto (35), os operadores “Apesar disso”, “Assim”, “ainda” e “principalmente” atuam como auxílio argumentativo. O primeiro operador, “Assim”, introduz uma explicação, “a lesão renal aguda por consumo de biri-biri, excepcionalmente em pacientes hígidos”, (P. ARG. 0) acerca da declaração anterior de que “[...]quando comparados aos do biri-biri.” (P. ARG. 1). Em seguida, o escrevente emprega um operador temporal introduzindo o argumento “é um evento considerado raro (PASCHOALIN *et al.*, 2014)” (P. ARG. 2). Por fim, apresenta o operador “possivelmente”, um modalizador que exprime dúvida ou hipótese referente à conclusão que introduz “pelo menor consumo, e consequentemente, pelos poucos casos publicados.” (P. ARG. 3). Portanto, percebemos, pelo caráter de explicação, que essa sequência argumentativa tem valor explicativo. Nesse excerto (35), detectamos o posicionamento do escrevente, na medida em que realiza uma visada argumentativa, com o auxílio dos operadores argumentativos, permitindo a construção da sequência argumentativa, conforme modelo prototípico de Adam (2008 apud ADAM, 2010).

Diante dessas constatações, iniciemos nossas considerações sobre o processo referencial que conduz a uma visada argumentativa, no próximo subtópico.

5.3.1.3 A referenciação

Na seção de introdução de IBM, já no primeiro parágrafo, o informante apresenta o tema de sua pesquisa, o fruto do biri-biri. Esse tema passa a ser foco referencial em toda a introdução. Reproduzimos um período desse parágrafo, no excerto (36), a seguir:

(36)

O biri-biri (*Averrhoa bilimbi*) é **um fruto** da família das *Oxalidaceae*, mesma família da carambola (*Averrhoa carambola*), originário da Índia (CORRÊA, 1926).

Destacamos, no excerto (36), o introdutor referencial “biri-biri” e sua recategorização através de uma anáfora nominal definicional “um fruto”, a qual desempenha uma função de especificação, ou seja, especifica um termo que se pretende esclarecer sobre algo pouco conhecido ou discutido, de acordo com Koch ([2004] 2017). Assim, conforme expomos no capítulo 4 deste trabalho, a autora esclarece que a função de especificação ocorre na relação de hiperônimo e hipônimo e, geralmente, é introduzida por um artigo indefinido, trazendo novas informações ao objeto do discurso, como podemos perceber na relação do objeto “biri-biri” ao seu correferente “um fruto”. Esse movimento referencial contribui para direcionar o leitor ao assunto tratado, ou seja, o fruto do biri-biri e seus efeitos no corpo humano.

No entanto, poucas são as ocorrências de anáfora nominal que auxiliariam a uma visada argumentativa do escrevente. Percebemos que a ausência desses recursos demonstra um caráter mais descritivo e explicativo na seção de introdução, com poucos momentos em que o informante posiciona-se em sua pesquisa. Talvez, a falta de movimentos retóricos que possibilitariam maior percepção da posição desse escrevente sobre o objeto investigado, como a pergunta e a seleção do aporte teórico, refletiu, também, no teor menos argumentativo dessa seção.

Feitas essas considerações, passemos para a análise da próxima seção, a discussão dos dados da pesquisa de IBM.

5.3.2 A seção de discussão (análise) de IBM

O informante de Medicina consegue compor sequências e recategorizações referenciais que permitem maior visada argumentativa, muito embora ainda sejam escassas se considerarmos, além da descrição e explicação dos dados investigados, a construção de visadas

argumentativas que corrobore ou refute os dados ao referencial teórico evocado (autor/ano). Feitas essas ressalvas, passemos às nossas considerações sobre a seção de análise de IBM, começando pelos operadores argumentativos

5.3.2.1 *Os operadores argumentativos*

A seção de discussão do TCC de IBM é composta por cinco parágrafos, num total de duas laudas, da página 17 à página 18. As sequências dessa seção são predominantemente descritivas e explicativas. Encontramos apenas uma sequência argumentativa de valor contra-argumentativo, no primeiro parágrafo da seção. Observemos o excerto (37), ilustrativo dessa ocorrência:

(37)

No nosso estudo, o paciente consumiu o fruto biri-biri também na forma de suco, **embora** não tivesse nenhuma finalidade terapêutica. Não foi a primeira vez em **que** ingeriu o suco desse fruto, **mas** como das outras vezes sempre preparava a bebida misturada a outras frutas, **é possível que** a lesão renal aguda tenha sido deflagrada após ingestão do suco de biri-biri puro, pela maior concentração do fruto na bebida.

Como demonstrado no excerto (37), o escrevente IBM emprega operadores que estabelecem uma coesão argumentativa no espaço microtextual da seção. Os operadores “embora” e “mas” exercem a função de encadear dois enunciados opostos em torno de um tema (fruto do biri-biri), complementando os fragmentos e, além disso, conduzem à orientação argumentativa dos enunciados que encadeiam. O primeiro desses operadores, “embora”, é um operador argumentativo contrajuntivo, que liga o argumento ou tese anterior, “No nosso estudo, o paciente consumiu o fruto biri-biri também na forma de suco”. (P. ARG. 0), ao argumento opositivo “não tivesse nenhuma finalidade terapêutica”. (P. ARG. 4), cumprindo a sequência argumentativa de valor contra-argumentativo, de acordo com o modelo de Adam (2008 apud ADAM, 2010). Da mesma forma, o operador contrajuntivo “mas” liga argumentos contrários, em que o antecedente “Não foi a primeira vez em que ingeriu o suco desse fruto”. (P. ARG. 0) é contraposto pela ressalva, de valor hipotético, “como das outras vezes sempre preparava a bebida misturada a outras frutas, é possível que a lesão renal aguda tenha sido deflagrada após ingestão do suco de biri-biri puro, pela maior concentração do fruto na bebida.” (P. ARG. 4). Podemos considerar que, no excerto (37), há a ocorrência de uma visada argumentativa de IBM, em que discute uma hipótese a respeito do efeito do suco de biri-biri, foco de seu estudo.

5.3.2.2 A referenciação

Os aspectos referenciais que conduzem a uma visada argumentativa são encontrados na seção de análise de IBM, quando esse recategoriza o objeto de seu estudo, o suco de biri-biri. No excerto (38), a seguir, vemos como ocorreu esse movimento.

(38)

No nosso estudo, o paciente consumiu o **fruto biri-biri** também na forma de suco, embora não tivesse nenhuma finalidade terapêutica. Não foi a primeira vez em que ingeriu o **suco desse fruto**, mas como das outras vezes sempre preparava a **bebida** misturada a outras frutas, é possível que a lesão renal aguda tenha sido deflagrada após ingestão do **suco de biri-biri** puro, pela maior concentração do **fruto na bebida**.

O introdutor referencial “fruto de biri-biri”, no excerto (38), é retomado pelas formas nominais “desse fruto” e “fruto”. O primeiro referente é uma expressão nominal especificadora composta pelo pronome demonstrativo “desse” seguida da repetição referencial “fruto” e sua função é atualizar na memória do interlocutor sobre o fruto de biri-biri. Logo em seguida, o escrevente emprega a repetição nominal “fruto”, para referir-se ao mesmo referente no início do período. Já o introdutor referencial “suco” é referenciado por “bebida”, “suco” e “bebida”. As duas ocorrências dos correferentes “bebida” são expressões que funcionam como anáforas especificadoras, especificando a característica do suco. Já o referente “suco” é uma repetição nominal que desempenha a função de atualização do referente na memória.

As ocorrências referenciais nominais descritas acerca do excerto (38), no entanto, foram escassas na seção de discussão de IBM. Notamos, no geral, a presença de períodos descritivos, com poucas ocorrências de referentes nominais e algumas ocorrências de referentes pronominais, conforme nos comprova o excerto (39), a seguir:

(39)

A **creatinina** máxima foi de 4 mg/dL, valor ainda menor do que a média do estudo da Índia, retornando aos valores basais em menos de uma semana. **Sua** evolução também foi favorável, apesar dos sintomas terem regredido mais lentamente quando comparado a evolução laboratorial.

Como mencionamos, no excerto (39) vemos o exemplo da retomada do introdutor referencial “creatinina” pela anáfora pronominal “sua”, servindo para atualizar o referente na

memória do interlocutor, e evitando sua repetição. Esse tipo de construção não demonstra uma visada argumentativa do escrevente, posto que não deixa explícita sua posição acerca do objeto recategorizado, o que seria possível com o emprego de anáforas nominais, sobretudo as avaliadoras e as encapsuladoras, conforme defesa de Koch ([2004] 2017) acerca das funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais, posto que tais expressões são relevantes para a construção textual do sentido. Ao contrário, quanto há uma anáfora pronominal, esse movimento de sentido não pode ser percebido, uma vez que a escolha lexical do escrevente não explicita sua posição frente ao objeto do discurso.

Diante do exposto, passemos para nossas considerações sobre a seção de conclusão do informante de Medicina.

5.3.3 *A seção de conclusão de IBM*

A seção de conclusão de IBM é composta de apenas um parágrafo, o qual reproduziremos, a seguir, para discutirmos sobre os operadores argumentativos e os elementos referenciais.

5.3.3.1 *Os operadores argumentativos*

O informante realiza uma visada argumentativa no único parágrafo que compõe sua conclusão, pois realiza uma sequência argumentativa completa de nível contra-argumentativo. Observemos o excerto (40):

(40)

Assim, é **possível que** haja associação do consumo de biri-biri, principalmente sob a forma de suco, com a lesão renal aguda, **ainda que** o paciente não tenha nenhuma comorbidade prévia. Não há nenhum tratamento específico e a maioria dos pacientes evoluem bem apenas com medidas de suporte, **embora** alguns casos possam evoluir para óbito. É importante, **portanto**, que os profissionais de saúde, especialmente médicos e nutricionistas, informem aos seus pacientes sobre os riscos associados ao consumo do fruto.

O operador “assim”, no excerto (40), introduz uma conclusão em relação a toda a argumentação apresentada nas seções anteriores. Logo em seguida, o escrevente emprega o termo hipotético “possível que” para introduzir uma explicação sobre o consumo do biri-biri, “haja associação do consumo de biri-biri, principalmente sob a forma de suco, com a lesão renal aguda” (P. ARG. 0). Associada a essa explicação, o escrevente emprega um operador de valor

concessivo “ainda que”, introduzindo a ressalva “o paciente não tenha nenhuma comorbidade prévia”. (P. ARG. 4). Ainda no parágrafo, há o emprego do operador aditivo que soma o argumento “Não há nenhum tratamento específico” (P. ARG. 1) ao argumento “a maioria dos pacientes evoluem bem apenas com medidas de suporte”. (P. ARG. 2), em favor de uma mesma conclusão. Esses argumentos (P. ARG. 1 + P. ARG. 2) são contrapostos pelo argumento “alguns casos possam evoluir para óbito”. (P. ARG. 4), o qual é antecedido pelo operador contrajuntivo “embora”. Para finalizar a sequência, IBM emprega o operador conclusivo “portanto”, apresentando a conclusão “que os profissionais de saúde, especialmente médicos e nutricionistas, informem aos seus pacientes sobre os riscos associados ao consumo do fruto.” (P. ARG. 3) em favor de uma conclusão em relação aos argumentos apresentados nos enunciados anteriores.

Portanto, percebemos que IBM, apesar de compor uma conclusão curta, de apenas um parágrafo, consegue realizar uma sequência argumentativa prototípica, sobretudo para a seção de conclusão, de acordo com o esquema prototípico de Adam (2008).

Passemos para os aspectos referenciais da seção de conclusão de IBM.

5.3.3.2 A referenciação

Como já declaramos, passemos às considerações do único parágrafo da seção de conclusão de IBM, para observarmos, também a ocorrência dos movimentos referenciais. Observemos o excerto (41), a seguir:

(41)

Assim, é possível que haja associação do consumo de **biri-biri**, principalmente sob a forma de suco, com a lesão renal aguda, ainda que o paciente não tenha nenhuma comorbidade prévia. Não há nenhum tratamento específico e a maioria dos pacientes evoluem bem apenas com medidas de suporte, embora alguns casos possam evoluir para óbito. É importante, portanto, que os profissionais de saúde, especialmente médicos e nutricionistas, informem aos seus pacientes sobre os riscos associados ao consumo **do fruto**.

No excerto (41), o escrevente emprega escassos elementos referenciais, com constantes repetições do nome “pacientes”. No entanto, utiliza uma anáfora nominal infiel, de acordo com a classificação de anáforas de Apothéloz ([1995] 2016). Assim, há a ocorrência da anáfora infiel quando o nome da forma retomada se distingue do nome da forma introduzida, então, “do fruto”, é um sinônimo na função de hipônimo do termo “biri-biri”. Tal correferência funciona

retroativamente como recurso coesivo e como integração semântica do texto. No entanto, em relação aos aspectos referenciais, não observamos núcleos avaliativos do sintagma nominal anafórico, o que poderia contribuir para a avaliação dos fatos descritos. Feitas essas observações, passemos às nossas considerações gerais sobre os aspectos que conduziam a uma orientação argumentativa no TCC do informante de medicina, na próxima subseção.

5.3.4 Discussão dos resultados do TCC de medicina

Quanto aos aspectos sociorretóricos do TCC de Medicina, nos deteremos, como nos TCCs anteriores, apenas na seção de introdução. Diante de nossas constatações acerca da referida seção, comprovamos que os propósitos comunicativos de introduzir pesquisa, conforme a abordagem sociorretórica, não foram cumpridos satisfatoriamente, pois não apresenta os movimentos de apresentação da pergunta ou questão da pesquisa, da escolha metodológica, dos objetivos específicos, o delineamento teórico da pesquisa e a estrutura composicional do texto. No entanto, mesmo que faltem essas partes, o escrevente realiza os movimentos retóricos de apresentação do tema da pesquisa, o objeto, o objetivo e a justificativa, partes que contribuem para conduzir a orientação argumentativa pretendida em relação ao tema a ser investigado. Apesar de ter realizado tais movimentos argumentativos, o escrevente não discutiu os dados apresentados em sua conclusão, sendo extremamente sucinto, elaborando tal seção em apenas um parágrafo, o que comprometeu a clareza nessa seção de encerramento.

A respeito dos operadores argumentativos na seção de introdução, identificamos um excerto em que o escrevente consegue realizar uma sequência argumentativa de nível contra-argumentativo completa. As demais sequências da introdução de IBM são descritivas.

Quanto ao emprego de elementos referenciais, observamos apenas um excerto da introdução em que IBM consegue realizar uma recategorização nominal definicional, cuja especificação conduz a uma determinada orientação argumentativa. Vejamos, no Quadro 16, a seguir, o resumo das ocorrências dos operadores argumentativos e dos aspectos referenciais por nós apresentados na análise da seção de introdução de IBM:

Quadro 16 - Seção de introdução

SEÇÃO INTRODUÇÃO	
OPERADORES (1 excerto)	FUNÇÃO REFERENCIAL (1 excerto)
Apesar disso	1 anáforas nominais definicional

Assim	
Ainda	
Possivelmente	

Fonte: Elaboração própria.

A seção discussão (análise) de IBM é predominantemente descritiva e explicativa, com escasso cumprimento de sequência argumentativa. Encontramos apenas uma sequência argumentativa de valor contra-argumentativo.

Os elementos referenciais nominais na seção de discussão (resultados) do escrevente de Medicina também são raros. Identificamos um parágrafo em que o informante consegue realizar uma recategorização nominal que conduz argumentativamente o leitor a determinada conclusão.

No Quadro 17, a seguir, apresentamos as ocorrências dos operadores argumentativos e das funções dos elementos referenciais por nós identificados na seção de discussão (análise) de IBM.

Quadro 17 - Discussão (análise) de IBM

SEÇÃO DE DISCUSSÃO	
OPERADORES ARGUMENTATIVOS (1 excerto)	FUNÇÃO REFERENCIAL (4 excertos)
Embora	Orientação argumentativa (2)
Que	Atualização na memória (1)
Mas	
É possível que	

Fonte: Elaboração própria.

Para finalizar, apresentamos, os resultados da análise da conclusão de IBM. O informante realiza apenas um parágrafo na sua conclusão. No entanto, emprega os operadores argumentativos de forma a cumprir uma sequência argumentativa completa de nível contra-argumentativo, possibilitando uma visada argumentativa que conduz a determinada conclusão. O mesmo parágrafo conclusivo, no entanto, apresenta apenas uma recategorização anafórica pronominal, não sendo possível observar retomadas nominais que transparecessem uma condução argumentativa.

A seguir, no Quadro 18, apresentamos as principais ocorrências dos operadores argumentativos e das funções referenciais discutidos na seção de conclusão de IBM.

Quadro 18 - Seção de conclusão de IBM

SEÇÃO DE CONCLUSÃO	
OPERADORES ARGUMENTATIVOS (1 excerto)	FUNÇÃO REFERENCIAL (1 excerto)
Assim	Rotulação 1
Que	
Ainda que	
E	
Embora	
Portanto	

Fonte: Elaboração própria.

Em resumo, as seções de introdução e discussão tiveram empregos escassos de operadores argumentativos responsáveis pelo cumprimento de sequências argumentativas e poucos casos de elementos referenciais que conduzem a uma orientação argumentativa. Fazemos uma ressalva acerca da seção de conclusão, pois, apesar de ser composta por apenas um parágrafo, o escrevente consegue realizar uma visada argumentativa através do cumprimento de uma sequência argumentativa prototípica. No entanto, essa mesma seção não apresenta elementos referenciais recategorizadores que possibilitassem orientar argumentativamente o período, como já elencamos.

Portanto, nos valendo da analogia sobre o texto argumentativo presente em Motta-Roth e Hendges (2010), corroboramos com a ideia de que a argumentação precisa ser, por um lado, consistente e com embasamento teórico, mas, por outro, também é resultado da compreensão do sujeito escrevente no momento daquela escrita. Assim sendo, é possível que seu texto venha sofrer futuras reformulações, posto que não há texto acabado, definitivo, que não possa ser alterado. Em se tratando de uma pesquisa, cujo objetivo é tornar-se um sujeito apto a ser considerado graduado, é preciso que seu texto de final de curso cumpra os requisitos necessários para exposição de sua pesquisa na esfera acadêmico-científica. E esse mesmo texto pode, certamente, ser aperfeiçoado no sentido de contribuir cientificamente para aquele objeto de estudo, em futuras investigações, se assim aprouverem os escreventes ou interessados. Feitas

essas considerações, apresentaremos, na próxima seção, nossas considerações finais acerca dos TCCs aqui investigados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto é como um *iceberg*. Tal comparação, descrita pela ilustre linguista Koch (1997), nos permite imaginar as profundezas que podem encobrir o texto em sua superfície. Longe da pretensão de descortinarmos os segredos desse texto, nos instiga o interesse de percebermos o quanto seu explícito, nos elementos linguísticos que o compõem, nos auxiliaria em sua condução argumentativa. A partir de agora, após expor nossas análises no capítulo anterior, apresentaremos nossas considerações finais, sem, contudo, termos a pretensão de encerrarmos a discussão desse assunto, profundamente vasto, o qual certamente encontra e encontrará tantas outras contribuições investigativas

Como vimos, ao longo deste trabalho, nos detivemos em observar a argumentatividade no *corpus* cedido para análise, tendo como parâmetro a realização, ou não, dos processos referenciais e dos operadores argumentativos a serviço das visadas argumentativas. Iniciamos nossa investigação tentando responder à seguinte questão: como os elementos da textualidade, ligados aos aspectos referenciais e aos operadores argumentativos auxiliam os escreventes, concluintes de cursos de graduação, no nível argumentativo necessário para compor o gênero TCC?

Para tanto, iniciamos nosso trabalho estabelecendo os objetivos, a hipótese, a metodologia na seção de introdução deste texto. Ademais, levantamos a questão acima descrita e elencamos uma base teórica que, ao nosso ver, nos instrumentalizaria no sentido de respondê-la. Esses aspectos, além da contextualização sobre o que nos levou a pesquisar os elementos referenciais em TCCs, também foram expressos no primeiro capítulo deste texto, a introdução.

No segundo capítulo de nossa dissertação, cujo título é “Traçando o caminho das práticas de linguagem através dos gêneros”, propomos fazer um panorama sobre a proposta do trabalho com gêneros textuais, abordando o conceito de gêneros do discurso à luz da teoria bakhtiniana. Ainda nesse capítulo, procuramos esclarecer sobre as esferas das atividades humanas de acordo com Bakhtin (1997; 2003) e, por fim, encerramos o capítulo 2 percorrendo sobre a esfera acadêmica, cenário de criação e circulação do gênero acadêmico TCC.

No terceiro capítulo, intitulado “As especificidades do gênero TCC e as sequências textuais”, tratamos sobre o TCC, especificando suas diferentes configurações no meio acadêmico. Também, abordamos as características dos gêneros monografia e relato de caso, visto serem essas as configurações de TCCs por nós investigados em nossa pesquisa. A fim de discorrer sobre o teor argumentativo desses gêneros, apresentamos a conceituação de sequências textuais à luz da teoria de Jean-Michel Adam (1990, 1992, 1999, 2004, 2008, 2009a,

2009b), com o objetivo de embasarmos teoricamente sobre uma sequência textual específica, a argumentativa, visto ser nosso objetivo identificar as construções argumentativas presentes nos TCCs em análise. Ainda nos baseando em Adam (2010), expomos os pressupostos metodológicos da Análise Textual dos Discursos (ATD), a qual foi empregada em nossas análises investigativas.

No quarto capítulo, intitulado “A linguística textual e o processo de referenciação”, relembramos as fases da Linguística Textual, campo teórico base de nossos estudos e, em seguida, expomos sobre o processo de referenciação, baseando-nos em Cavalcante (2012; 2017), Koch ([2004a] 2017), Apothéloz ([1995] 2016) e Mondada e Dubois ([1995] 2016). Por fim, elencamos, ainda no capítulo 4, considerações sobre os operadores argumentativos, baseando-nos em Koch (2010) e Koch e Elias (2016).

No quinto capítulo desta dissertação, procedemos às nossas análises acerca dos TCCs investigados, observando o cumprimento de aspectos sociorretóricos, baseando-nos em Swales (1990; 2014) e na realização de operadores argumentativos e de elementos referenciais que auxiliem no cumprimento de função argumentativa, considerando as seções de introdução, análise de dados e conclusão dos TCCs investigados.

Nosso percurso metodológico iniciou-se, primeiramente, após aprovação do nosso projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em 27 de outubro de 2017. A partir dessa aprovação, entramos em contato com concluintes de três cursos de graduação de áreas distintas e solicitamos que cedessem seus TCCs para análise. Três ex-alunos de cursos de graduação de uma Universidade pública da Bahia concordaram em ceder seus textos para essa pesquisa. Depois dos seus consentimentos, entregamos a cada um deles o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A partir do cumprimento desse rito, recebemos os três TCCs por e-mail, no formato de arquivo *Word*: um da área de Ciências Humanas, do curso de bacharelado em Comunicação Social (na forma de monografia), um da área de Ciências Exatas, do curso de licenciatura em Matemática (na forma de monografia) e um da área de Ciências Biológicas, do curso de bacharelado em Medicina (esse na forma de relato de caso).

Após a coleta, passamos à análise dos referidos gêneros, selecionando, em cada TCC, as seções de introdução, de resultados e discussões e de considerações finais para serem analisadas, uma vez que são nessas partes que se requer maior posicionamento argumentativo do escrevente, como nós demonstramos, sobretudo baseando-nos em estudos de Motta-Roth e Hendges (2010). Três critérios de análise foram aplicados: os aspectos sociorretóricos (conforme esquema prototípico de Swales (2004)), os operadores argumentativos, a serviço das sequências argumentativas, conforme modelo prototípico proposto por Adam (2008 apud

ADAM, 2010) e os movimentos referenciais orientadores da argumentatividade, com vistas a uma dada conclusão, baseando-nos nas classificações de Koch [2004a] 2017], Koch e Elias (2016) e Apothéloz ([1995] 2016). Os aspectos sociorretóricos, no entanto, só foram adotados nas análises da seção de introdução, com o intuito de investigar se houve o cumprimento do propósito comunicativo de introduzir pesquisa, conforme postulados da teoria. Em relação aos escreventes dos TCCs investigados, com intuito de resguardar suas identidades, decidimos nomeá-los da seguinte forma: IHC (Informante da área de Humanas do curso de Comunicação), IEM (Informante da área de Exatas, do curso de Matemática) e IBM (Informante da área de Biológicas, do curso de Medicina).

Procedemos à discussão dos resultados dos TCCs logo após a análise de cada um deles. Uma vez que a discussão dos resultados de cada TCC foi realizada logo após sua análise no capítulo cinco desta dissertação, procederemos, nesta seção, a uma comparação dos três TCCs, tendo em vista os pontos analisados de cada um deles, quais sejam: os movimentos retóricos, na seção de introdução, os operadores argumentativos e os elementos referenciais, nas seções de introdução, análise dos dados e conclusão. Após descrição e análise de tais aspectos, obtivemos os resultados descritos a seguir.

Em se tratando da seção de introdução dos TCCs analisados, chegamos às seguintes conclusões: quanto aos aspectos sociorretóricos, o TCC de Comunicação, do escrevente IHC, cumpre grande parte da estrutura prototípica de introdução de pesquisa, conforme o modelo dos movimentos sociorretóricos. Chegamos a essa conclusão com base nos aspectos sociorretóricos de Swales (2004) de prototipicidade de gêneros, ou seja, entendimento de que os protótipos dos gêneros são capazes de influenciar e restringir a escolha do conteúdo e do estilo através do contexto em que está inscrito. Em vista disso, reconhecer os protótipos, defende o linguista, é um importante procedimento a ser seguido pelo analista do texto. O informante IHC realiza os movimentos retóricos que se aproximam da prototipicidade dos movimentos de introduzir pesquisa descritos no modelo desenvolvido por Swales (1990; 2004). Então, os movimentos realizados por IHC na sua introdução cumprem a funções retóricas de asseverar a importância do assunto, fazer generalização sobre ele, revisar itens de pesquisa prévia, fazer questionamentos, esboçar os objetivos, anunciar (apresentar) o tema da pesquisa, anunciar possíveis resultados (hipótese) e indicar a estrutura do artigo.

Contrariamente, esses movimentos retóricos prototípicos de introduzir pesquisa não foram observados com a mesma regularidade nos TCCs de Matemática e de Medicina. O informante do TCC de Matemática, IEM, realiza os movimentos de apresentação do tema, a justificativa da pesquisa, objetivo geral, a apresentação da pergunta e a descrição da estrutura

composicional. Quanto ao TCC do informante de Medicina, IBM, notamos que o escrevente se distancia da prototipicidade dos movimentos retóricos na introdução de pesquisa. IBM faz, sucintamente, no último parágrafo, o que identificamos como três movimentos retóricos: apresentação do objeto a ser investigado, justificativa e objetivo da pesquisa. Importante lembrar que não há uma ideia de obrigatoriedade em cumprimento dos movimentos retóricos, apenas eles são vistos a partir de padrões de uso; assim, não podemos desconsiderar o contexto de produção do gênero. Em se tratando de relato de caso, notamos uma predominância na descrição do objeto na introdução do TCC de Medicina. Talvez, nesse contexto de produção, seja o movimento comunicativo que atenda à necessidade do meio de produção e circulação daquele gênero. Como dissemos no capítulo três desta dissertação, nem todas as introduções apresentam a mesma organização retórica, mas as regularidades dos movimentos retóricos nos gêneros acadêmicos atendem ao propósito de relatar pesquisa. Diante de tal demanda, instigamos uma questão: a flexibilidade na composição de um gênero em situação de pesquisa em contexto acadêmico justificaria a escassez de informações na divulgação, ou discussão, de um objeto que um concluinte de graduação se propõe a investigar e expor os resultados dessa investigação? Apenas levantamos a indagação que porventura pode surgir ao lidarmos com trabalhos dessa natureza.

Ainda nos referindo à seção de introdução, identificamos que os operadores argumentativos foram recursos promissores para a realização de sequências argumentativas aos moldes do modelo prototípico de Adam (2008), no entanto, notamos que tal ocorrência não ocorreu com regularidade na seção de introdução dos três TCCs analisados. A realização de sequências argumentativas mais frequentes nessa seção ocorreu no TCC de Comunicação. No TCC de Matemática, a realização de sequências argumentativas foi escassa, ocorrendo uma predominância de períodos descritivos. Do mesmo modo, no TCC de Medicina, não conseguimos observar uma prevalência de sequências argumentativas, ocorrendo em uma em toda a seção, portanto, assim como no TCC de IEM, o TCC de IBM, nesta seção, foi predominantemente de construções descritivas. Quanto aos elementos referenciais, concluímos que também foram escassas as visadas argumentativas que tiveram como auxiliares elementos referenciais nominais nas seções de introdução dos três textos. Os referentes constantemente empregados foram os pronominais e as repetições, cumprindo a função de atualização do referente na memória do interlocutor.

As seções de análise de dados dos TCCs de Comunicação, Matemática e Medicina foram, em sua maioria, compostas de sequências descritivas. Raros foram os momentos em que os escreventes desses textos realizaram uma sequência argumentativa. Percebemos, sobretudo

em relação ao TCC de Matemática, construções de períodos que apresentaram falhas no emprego de conectivos, o que comprometeu a clareza e coesão textuais em alguns momentos dessas análises. Vale ressaltar que observamos a realização de operadores argumentativos, logo, embora possa haver construções em que o emprego de conectivos seja inferido, portanto, implícito no texto, não levamos em consideração tal ocorrência em nossas análises, por não ser o propósito na presente investigação. No tocante à realização de operadores argumentativos que auxiliassem no cumprimento de sequências argumentativas, percebemos que o TCC de Medicina foi, quase em sua totalidade, descritivo nessa seção. Quanto aos recursos referenciais que auxiliariam numa visada argumentativa do escrevente, percebemos que os três TCCs os realizaram de forma escassa. Vale ressaltar que a seção análise de dados se propõe a discutir os dados da pesquisa, portanto, mesmo que haja descrição a respeito do que o pesquisador observou em seu objeto, o esperado é que o sujeito pesquisador proceda à reflexão sobre o seu objeto de pesquisa, pois precisaria atualizar os conhecimentos teóricos por ele elencados e correlacioná-los aos resultados encontrados. Observamos que nesses momentos em que as passagens necessitavam de recapitulações que denotassem o posicionamento do escrevente, corroborando ou refutando a teoria por ele evocada, houve uma prevalência de recategorizações pronominais, no entanto, Koch e Elias (2016) nos chamam a atenção que a seleção lexical constitui uma das mais significativas estratégias para uma boa argumentação, precisando ser adequada à situação comunicativa. Talvez as recategorizações lexicais, se empregadas mais frequentemente, auxiliassem o escrevente nesse propósito.

Por fim, percebemos que a seção de conclusão segue a um padrão não prototípico no que se refere à composição de sequências argumentativas e emprego de elementos de recategorização nominal que auxilie a uma visada argumentativa. Chamamos a atenção para a conclusão do TCC do informante de Medicina, que construiu um parágrafo, no entanto, nesse parágrafo consegue cumprir uma sequência argumentativa completa. Em relação à atualização de referentes nessa seção, percebemos que IBM realiza constantes repetições de referentes ou atualiza-os em realizações pronominais. Tal ocorrência em relação aos referentes é identificada nos demais TCCs analisados.

Com base nos resultados relatados, podemos afirmar que a nossa hipótese se confirma, ou seja, os escreventes dos textos investigados apresentam dificuldades quanto ao emprego dos elementos referenciais e dos operadores argumentativos que poderiam auxiliar em um cumprimento de visadas argumentativas no gênero TCC, tomando por base nossas considerações neste trabalho expostas acerca do auxílio desses elementos linguísticos como auxiliares na condução argumentativa do texto. Com isso, cumprimos nosso objetivo de

analisar como os escreventes dos TCCs investigados conseguem empregar os elementos referenciais e os operadores argumentativos necessários para auxiliar no cumprimento da função argumentativa na produção desse gênero.

Quanto à realização da função argumentativa no gênero TCC, voltamo-nos aos pressupostos bakhtinianos, referência nos estudos da linguagem, sobretudo na defesa do domínio do gênero na esfera social. Bakhtin (1997) já nos chamava a atenção sobre a importância da experiência na prática das comunidades que usam determinados gêneros, e nos assegurava que “são muitas as pessoas que, dominando magnificamente a língua, sentem-se logo desamparadas em certas esferas de comunicação verbal, [...] pelo fato de não dominarem, na prática, as formas de um gênero de determinada esfera” (BAKHTIN, 1997, p. 303). Essa situação pode ser análoga à dos alunos universitários, quando o autor argumenta que o homem pode dominar a fala numa esfera de comunicação cultural, mas calar-se diante de uma convenção social. Desse modo, Bakhtin (1997) relembra que essa dificuldade não é ocasionada por uma pobreza de vocabulário ou estilo, mas de inexperiência no domínio do gênero naquela esfera social, pois pode se considerar inapto diante de determinadas formas estilísticas e composicionais. Como nos chama a atenção Marinho (2010), professores universitários podem avaliar os textos de seus alunos como inadequados e pouco proficientes em estratégias discursivas próprias do gênero acadêmico. Tal problemática, ao nosso ver, reside no fato de que o aluno é aprendiz de uma escrita própria, a científica, em um meio em que ele ainda não exerce uma voz de autoridade, o acadêmico. Defendemos que o entendimento no processo de composição do gênero TCC, com vistas a uma consciência linguística para o graduando sobre as estratégias de textualização que auxiliem no cumprimento da argumentatividade daquele gênero, possa ser um caminho proeminente nessa atividade de linguagem.

Diante de tais constatações, reafirmamos que, do ponto de vista argumentativo, as marcas linguísticas de superfície textual, principalmente os elementos referenciais e os operadores argumentativos, construídas no texto são promissoras para o direcionamento das visadas argumentativas do sujeito, tendo em vista o propósito comunicativo e o projeto de dizer do texto produzido. A partir dessas inferências, observamos que o explícito, a partir da materialização desses recursos, nos permite inferir o implícito da língua, posto que linguagem pressupõe sempre implícitos, conforme declaram Koch e Elias (2016). Então, a depender de dada escolha lexical, há a compreensão de implícitos insinuados a partir das marcas linguísticas presentes na superfície textual.

Percebemos que, mesmo que haja a defesa de que a argumentação esteja na língua, há estratégias de conduzi-la a serviço de um determinado projeto de dizer. E, nessas estratégias,

podemos conduzir o leitor a dadas conclusões. Como discutimos, os elementos da textualidade por nós investigados se mostram promissores na condução dessas visadas argumentativas e, por conseguinte, são recursos que podem auxiliar o escrevente num momento determinante, ao instrumentalizá-lo com estratégias que corroborem para a apresentação escrita de sua pesquisa, cumprindo o teor argumentativo esperado no gênero TCC.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. **Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicações**/Jean-Michel Adam, Ute Heidmann, Dominique Maingueneau; Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passegui (Orgs.) – São Paulo: Cortez, 2010.
- APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. 1. ed. 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2016 [1995], p. 53-81.
- ASKEHAVE, Inger; SWALES, John M. Genre identification and communicative purpose: a problem and a possible solution. **Applied Linguistics**, v. 22, n. 2, 2001, p. 195-212.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 279-287.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo, Martins Fontes. 1992.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: Barros, D.; Fiorin, J. L. (orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade: Em torno de Bakhtin**. São Paulo, 1994, p.27-38.
- BENTES, Anna. Christina. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
- BERKENKOTTER, C.; HUCKIN, T. N. **Genre knowledge in disciplinary communication: cognition, culture, power**. Hillsdale, NJ: LEA, 1995.
- BONINI, Adair. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). **Gêneros: teorias, métodos e debates**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 208-236.
- BRASIL. PCN. **Parâmetros curriculares Nacionais**. Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília. MEC/SEF, 1999.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014, 171p.
- DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. **Rev. Téc.** Trad. GUIMARÃES, Eduardo. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- FIGUEIREDO, Débora. de Carvalho.; BONINI, Adair. Práticas discursivas e ensino do texto acadêmico: concepções de alunos de mestrado sobre a escrita. In: **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 6, n. 3, set./dez. 2006, p. 413-446.
- FOLLMANN, Elizabet Beatriz. A explicação na divulgação científica dirigida a crianças. **Revista do EDICC** (Encontro de Divulgação de Ciência e Cultura), v. 1, out/2012.

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. 1. ed. 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2016 [1995], p. 191-228.

HEMAIS, Barbara; BIASI-RODRIGUES, Bernadete. A proposta sociorretórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. In: **Gêneros: teorias, métodos, debates.**/ J. L. Meurer, Adair Bonini, Désirée Motta-Roth, organizadores. – São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 108-129.

KIENLE, Gunver S.; KIENE, Helmut. Como escrever um relato de caso. Tradução de Bernardo Kaliks com autorização dos autores e da Revista Der Merkurstab, do original em alemão: Methodik der Einzelfallbeschreibung. **Der Merkurstab**, 62(3): 2009, p. 239-242.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____.; ELIAS, Vanda. Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016. 240 p.

_____. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2. ed., 1ª reimpressão. _ São Paulo: Contexto, 2017 [2004a].

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. Ingedore Villaça Koch. São Paulo: Contexto, 1997. (caminhos da linguística).

LEMOES, Patrícia Souza. **Escrita acadêmica e revisão textual: a construção do sentido em tese de doutorado**. 2017. 211f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin. Vitória da Conquista, 2017.

LOPES, Marildo de Oliveira. **O gênero discursivo debate em cena: argumentação, ideologia e interação em aulas de língua portuguesa**. 2017. 230f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, Vitória da Conquista, 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola, 2012.

MARINHO, Marildes. A escrita nas práticas de letramento acadêmico. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, vol. 10, núm. 2, abril-junio, 2010, p. 363-386.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Atividades de (re)textualização em práticas acadêmicas: um estudo do resumo. **Revista Scripta**, v. 6, n. 11. Belo Horizonte: PUC Minas. 2002.

MICHIELINI, Roziane do Amparo Araújo. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientações para elaboração de trabalhos técnicos científicos conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**. 2. ed./ Belo Horizonte. Elaboração: Roziane do Amparo Araújo Michielini, PUC Minas, 2016.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs). **Referenciação**. 1 ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2016 [1995], p. 17-49.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

POSSENTI, Sírio. Teorias do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIN, F. & BENTES, A. C. **Introdução à lingüística 3**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 353-392.

RIBEIRO, Josélia. **A sequência argumentativa e as categorias de argumentos no texto escolar nos níveis de ensino fundamental e médio**. 2012. 197f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Curitiba, 2012.

ROJO, Roxane Helena R.; BARBOSA, Jaqueline P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SIMÕES, Darcília. A produção de textos acadêmicos. In: _____; HENRIQUES, C. C. (Orgs.). **A redação de trabalhos acadêmicos**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2002.

SOUZA, Clara Regina Rodrigues de; SILVA, Williany Miranda da. Gênero monografia em contexto de produção acadêmica escrita. **Raído**, Dourados, MS, v. 12, n. 27, jan./jun. 2017 - ISSN 1984-4018.

SOUZA, Graciete da Silva de. **Língua Portuguesa no ensino médio**: o texto como ponto de partida (?). 2017. 162f. Dissertação (mestrado em linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, Vitória da Conquista, 2017.

SOUZA, Clara Regina Rodrigues de. **Do projeto à monografia: o imbricamento da retextualização em gêneros acadêmicos**. 2011. 73f. Monografia (Curso de Especialização/Princípios Organizacionais da Língua e Funcionamento Textual Discursivo) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

SWALES, John M. **Genre analysis**: English in academic and researching seings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWALES, John M. **Research genres**: exploration and applications. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

YOSHIDA, Winston Bonetti. Redação do relato de caso. **J Vasc Bras**, 2007, Vol. 6, nº 2.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado (a) Senhor (a), sou Jaqueline Feitoza Santos e estou realizando, juntamente com Márcia Helena de Melo Pereira, o estudo acerca de **“O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO EM TCCS: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO TEXTUAL CIENTÍFICA EM CURSOS DE GRADUAÇÃO”**.

O Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), desta pesquisa. Para participar deste estudo, o Sr. (a) não terá nenhum custo, também não receberá qualquer vantagem financeira. Suas dúvidas referentes a esta pesquisa serão esclarecidas e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelos pesquisadores, que tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores.

Este **Termo de Consentimento livre e Esclarecido – TCLE** encontra-se impresso em duas vias originais de mesmo teor, sendo que uma será arquivada pelos pesquisadores responsáveis, e a outra será fornecida ao senhor. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 05 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Atendendo a Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, sua identidade será tratada com sigilo profissional, como já foi aqui mencionado, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

A Pesquisa tem por objetivo: investigar como ocorrem os processos de referenciação na produção do gênero TCC, produzidos por estudantes concluintes de curso superior, a fim de analisar os contextos de produção e assimilação dos referidos processos. Desse modo, pretendemos conhecer, através de questionário socioeconômico dos seis informantes e da análise de seus TCCs, os objetivos propostos para sua produção e a forma como são empregados e analisar a correlação entre o referencial teórico específico e a aplicação do recurso textual-discursivo da referenciação na produção desses TCCs. Logo após a coleta do corpus, compararemos como ocorre a aplicação da referenciação em TCCs entre os diferentes cursos analisados. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é o desejo de contribuir com as pesquisas que discutem a referenciação e sua importância para a elaboração de gêneros discursivos mais padronizados, a exemplo do TCC, uma vez que os elementos da referenciação permitem compreender os mecanismos de estruturação do texto.

Para este estudo, adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): procederemos à coleta de seis TCCs, sendo dois de cada área (Humanas, Exatas e Biológicas), seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes da pesquisa. Para a coleta de dados, partiremos a uma visita às salas de três cursos, um da área de Ciências Humanas, um da área de Ciências Exatas e um da área de Ciências Biológicas. A escolha do curso em suas respectivas áreas se dará mediante sorteio. Em seguida, visitaremos essas turmas em fase de aulas da

disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, mediante autorização prévia do professor da referida disciplina. Após essa apresentação, solicitaremos de dois voluntários de cada turma visitada, que respondam a um questionário socioeconômico e que, voluntariamente, forneçam seus textos (TCCs), para serem analisados na pesquisa. Solicitaremos, também, que esses TCCs sejam enviados pelos seus respectivos autores via e-mail para a pesquisadora, sendo que todas as versões serão encaminhadas no formato Word. Na análise dos textos recebidos para pesquisa, não faremos interferência textual de nenhuma forma.

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou orientador (a). Os resultados gerais obtidos nesta pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos propostos, incluída sua publicação.

Considerando que toda pesquisa pode oferecer RISCOS e BENEFÍCIOS, nesta pesquisa os mesmos podem ser avaliados como:

RISCOS: Este estudo apresenta risco mínimo. Caso você sinta algum desconforto em participar da pesquisa, poderá deixar de participar a qualquer momento. Apesar disso, você tem assegurado o direito à compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

BENEFÍCIOS: Os benefícios deste estudo são: apesar de não trazer benefício imediato para os participantes, em médio prazo contribuirá com as pesquisas que já são realizadas nessa direção, refletindo e ampliando a compreensão de como os alunos utilizam os mecanismos de referência em trabalhos de TCCs. Dessa forma, uma vez que o objetivo sociocomunicativo da produção do TCC é avaliação final que possibilitará o aluno a graduar-se, ao investigar o processo da referida produção em cursos e áreas distintos, comparando o emprego e a apropriação da norma culta, no que se refere ao recurso da referência, sendo, assim, avaliada sua capacidade de se comunicar do ponto de vista linguístico e gramatical em linguagem científica, percebemos a relevância dessa investigação acerca da produção do referido gênero discursivo.

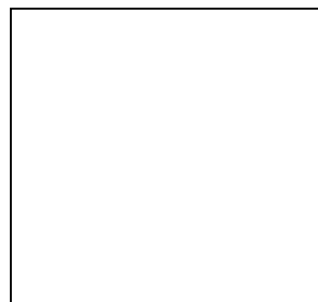
Eu, _____ fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e posso modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Jequié, ____ de _____ de 20____.

Impressão digital

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador(a)



Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: Jaqueline Feitoza Santos

ENDEREÇO: Estrada do Bem Querer, km 4, Caixa Postal 95. Vitória da Conquista - BA

CEP: 45083-900

FONE: (77) 98839-8040 / E-MAIL: jaquelinefeitoza@gmail.com

CEP/UESB- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

RUA JOSÉ MOREIRA SOBRINHO, S/N - UESB

JEQUIÉ (BA) - CEP: 45206-190

FONE: (73) 3528-9727 / E-MAIL: cepuesb.jq@gmail.com